Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23298 DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA TERÇA-FEIRA 7 AGOSTO 90 70$00

Barco português carrega petróleo iraquiano

O «New York Times» acusa a Soponata de «furar» o embargo ao Iraque

O petroleiro português «Marofa» efectuou um carregamento de 130 mil toneladas de crude iraquiano no terminal de Ceyhan, na Turquia, no domingo, um dia depois da decisão da CEE de proibir o comércio com o Iraque, o que já suscitou, por parte do "New York Times", a acusação de violação das sanções impostas . No entanto, segundo disse esta manhã ao «DL» Leonor Aires, directora comercial da Soponata, empresa portuguesa responsável pelo petroleiro, «o carregamento cumpriu todas as normas legais», já que o contrato foi estabelecido no dia 25 de Julho, antes da invasão do Kuwait. O «Marofa» cumpriu um contrato com um fretador jugoslavo, de Zagreb, deixou Ceyhan na madrugada de hoje e está neste momento a dirigir-se ao porto de Rijeka, na Jugoslávia. Leonor Aires assegurou que «não há mais nenhum contrato estabelecido antes da imposição das sanções» . O Governo português não tomou ainda medidas concretas em relação à resolução da CEE, ao contrário de outros Estados-membros, como a Grã-Bretanha e a França, que de imediato decretaram o embargo ao Iraque.

EPA/LUSA/DL

Petróleo pega «fogo» Agitação na Bolsa de Valores do Petróleo, em Londres. O preço sobe, pega fogo. Os corretores, no momento do instantâneo, acabavam de saber do embargo contra o Iraque decretado pelo Conselho de Segurança da ONU. Entraram num frenesi de actividade.

Pág. 11

42 países pobres à espera de futuro

São 42 e a ONU classifica-os de Países Menos Avançados (PMA), o que quer exactamente dizer que estão na situação da mais extrema pobreza. Não podem pagar o que devem nem comprar o que mais imediatamente precisam.

Nem futuro têm - esperam-no da conferência mundial que para isso vai reunir-se em Paris.

Págs. 2, 3 e 4

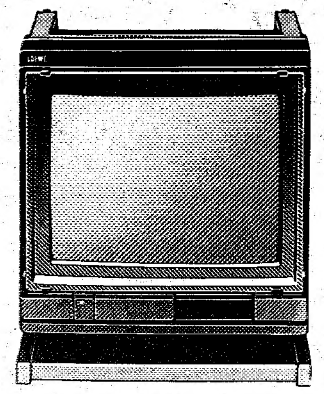
DL

600 árbitros com ordenados em atraso
Pág. 27

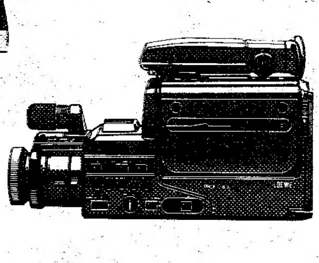
Rui Veloso: novo disco já tem platina
Pág. 21

RTP: notas de culpa apontam para despedimento de jornalistas
Pág. 15

Lotaria Popular
1.º - 349 167
2.º - 111 961
3.º - 38 525
4.º - 346 083



Loewe Profi P115
TV portátil/monitor
50 programas
Cinescópio de 40 cm,
Flat-square
Hiperbanda



Loewe Camcorder
Profi 810
1 170 gr de
técnica de vanguarda

LOEWE.

Representante em Portugal:
SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 ◦ Lisboa ☎ 777824

Vaqueiro de Gaia no pódio da Volta

Centro e três «resistentes» da Volta a Portugal partiram esta manhã a caminho de Fundão e da sempre difícil escalada da Torre. Na tirada de ontem, a vitória coube ao português do Alguerra.

Amílcar Neves, um jovem vaqueiro de Gaia que rejubilou com a subida ao pódio de honra, conforme damos conta em reportagem que publicamos nas páginas 23 a 25 com o patrocínio de

urbicidade
MEDIADORES
ALMADA

Hoje: Suplemento de Economia

PORTE PAGO

GRANDE ANGULAR

Dependentes, quase exclusivamente, da ajuda dos países desenvolvidos, os Países Menos Avançados têm de jogar com as regras impostas por estes últimos, sujeitando-se à lógica de uma economia de mercado para a qual não se encontram preparados. Enquanto isso, milhões de seres humanos limitam-se a sobreviver...

Povos à beira do abismo

Os Países Menos Avançados (PMA) são as nações mais pobres do mundo, se quisermos utilizar linguagem directa. De tal modo carenciados que, de alguns deles, o leitor não terá nunca ouvido falar. Tão esquecidos que não são objecto de notícia, senão muito raramente.

São cerca de 440 milhões de seres humanos, originários de 42 países (a maioria dos quais pertencentes ao continente africano) que política, social, cultural e economicamente vivem (?) em condições inimagináveis. Encontram-se à mercê dos países ricos e industrializados para sair desta situação, em grande parte criada por estes últimos.

Paradoxal? Difícil de compreender? Nem por is-so, se atentármos nas pala-vras simples de Julius Nyerere, antigo presidente da Tanzânia: «Eles (o Norte industrializado e desenvolvido) fixam os preços daquilo que compramos e fixam o preço daquilo que nós vendemos. O que é que se pode fazer? Que tipo de situação é esta?

«Eu penso que, mesmo que tratássemos com anjos ainda teríamos problemas. Mas, na verdade, não tratamos com anjos, antes com pessoas cuja única religião é o lucro».

A ajuda ao desenvolvimento destes países tratase, pois, para além de um a questão económica (como quase sempre é abordada), de uma questão moral, de solidariedade. De um problema de vontade política e de alteração das mentalidades na perspectivação de um mundo não dividido (ou pelo menos não tão dividido) entre pobres e ricos, entre norte e sul.

O relatório de 1987 da CNUCED

Mas vejamos, em termos mais técnicos, o que são os PMA. Em 1987, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) publicou um extenso documento que abordava e analisava a situação dos então 40 PMA, durante a década de 80.

O «retrato» não era optimista, bem pelo contrário. Os PMA, com um total (naquela altura) de 350 milhões de habitantes, tinham em média, um Produto Interno Bruto (PIB) por habitante próximo dos 200 dólares (menos de 30 contos), ou seja, uns meros dois por cento do dos países desenvolvidos de economia de mercado.

Para além disso, a maioria daquelas nações enfrenta grandes obstáculos de natureza geográfica ou climatérica: situação de enclave (15 países) ou de ilha distante (8), seca e desertificação (22), e grandes riscos de catástrofes (ciclones, inundações e sismos).

Aquele relatório lembra também que os PMA são extremamente vulneráveis e sensíveis às flutuações da economia mundial: com uma capacidade de aforramento (poupança) diminuta, são obrigados a voltarse para o exterior, em busca de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua economia.

Com pouca capacidade de exportação, grande parte destes países está inteiramente dependente das oscilações da procura, no mercado internacional (dentro do qual não possuem a mínima influência, como já foi referido), de matérias primas tradicionais; para alargarem a sua base industrial, dependem do alargamento e da diversificação das exportações, dado o seu diminuto mercado interno.

Por outro lado, devido às insuficiências da sua infraestrutura tecnológica, o desenvolvimento da sua indústria passa pela aquisição de conhecimentos e técnicas estrangeiras. Daí a importância que, para os PMA, reveste um quadro saudável da economia internacional, bem diferente daquele que se fez sentir na década que ora terminou.

Quanto à sua dívida externa, os PMA, embora não se incluam na lista dos grandes devedores, com a sua capacidade de assegurar o serviço da dívida condicionada por factores estruturais, encontram-se numa situação cada vez mais difícil. Como a sua economia se deteriorou bastante durante os anos 80, também os encargos resultantes dos empréstimos, em especial os contraídos junto dos governos e instituições internacionais, se foram revelando cada vez mais insustentáveis.

No total, a dívida externa atingiu os 41,7 milhões de dólares no final de 1985, evoluindo para 65,4, em 1987. Se em termos absolutos o total pode parecer pequeno, o certo é que ultrapassa largamente os 50 por cento do PIB total destes países, constituindo, naturalmente, um excessivo peso para a sua economia, ultrapassando já o valor da própria dívida e impedindo, por isso, os investimentos necessários ao desnvolvimento. A ajuda externa revelou-se insuficiente, tendo atingido os 8,8 milhões de dólares em 1985.

Como referiu a jornalista Susan George, «é evidente que nem todos os problemas do hemisfério sul são causados pela dívida. Mas, na verdade, ela agrava-os a todos. O FMI e o Banco Mundial não resolvem esses problemas. De facto, desde que, em 1982, eles assumiram a gestão da dívida do Terceiro Mundo, não só se deteriorou a situação das pessoas, como a própria dívida aumentou.

«Em nenhum outro sítio a situação se tornou tão dramática como em África. A grande maioria dos países africanos têm um programa de reajustamento do FMI».

Há que ter em conta que os PMA estão cada vez mais dependentes da ajuda pública ao desenvolvimento. Em 85 essa ajuda representou 96 por cento dos financiamentos entrados nesses países. Dessa percentagem, 79 por cento era originária de membros do Comité de Apoio ao Desenvolvimento e de instituições multilaterais com ele relacionadas. Pode parecer suficiente, mas o certo é que se tivermos em conta o Produto Nacional Bruto dos membros deste organismo da OCDE, a ajuda concedida não ultrapassou 0,08 por cento daquele agregado macro-económico.

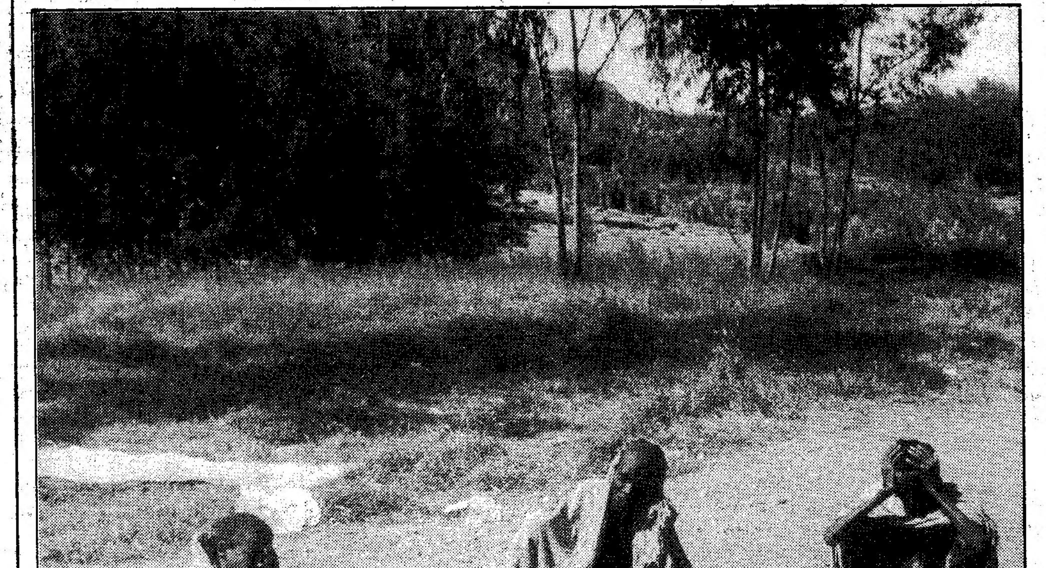
O relatório de 90

O relatório da CNUCED, editado já este ano, adianta dados absolutos e relativos importantes que permitem uma melhor elucidação.

Na década de 80, pode lerse naquele documento, apesar dos esforços nacionais e internacionais em favor dos PMA supostamente se terem intensificado, a taxa de crescimento do PIB atingida por aqueles países, considerados como um todo, foi menor do que a registada nos anos 70: 2,3 por cento anuais, durante o período que medeia entre 1980 e 1987, contra uma média de 3,6 por cento durante os anos 70. Tornando as coisas mais difíceis, verificou-se uma taxa de crescimento da população superior à dos anos 70 o que piora o PIB per capita nos anos 80.

A produção alimentar não conseguiu acompanhar o cerscimento populacional, tendo a taxa por habitante decrescido 0,8 por cento anuais, entre 1980-88. A indústria e a manufactura, também decresceram anualmente per capita em 0,4 por cento, durante o quinquénio de 1980-85.

O número de PMA que obtiveram quer crescimento industrial negativo, quer uma taxa de crescimento que não acompanhou a evolução do PIB aumentou de 12, entre 1975-1980, para 16, no período que medeou entre



O desespero marca o quotidiano dos povos de pobreza extrema

Não tendo sido atingidos os objectivos definidos na I Conferência, em 1981, e atendendo à degradação das condições de vida nos países menos desenvolvidos, organismos governamentais e não governamentais preparam propostas para a II Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA)

Países de extrema

Entre 3 e 14 de Setembro do ano em curso vai realizar-se, em Paris, a II Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA).

Ali será discutido um Programa de Acção (PA) para os Anos 90 em favor dos PMA.

O documento foi elaborado pela comissão preparatória da II Conferência a partir de uma proposta da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), em reunião que decorreu em Genebra, entre 26 de Março e 6 de Abril.

O texto inclui oitenta passagens sobre questões a que os membros não conseguiram chegar a acordo, que ficarão para debate e negociação em Paris. Existem ainda assuntos actualmente em discussão entre os países industrializados e os PMA.

Entre aquelas questões contam-se os «Princípios Orientadores do PA», acerca dos quais existe acordo quanto ao objectivo de travar a degradação da situação sócio-económica dos PMA e de reactivar e acelarar o seu desenvolvimento e crescimento económicos. O desacordo centra-se sobre o princípio no qual se afirma que «o desenvolvimento e o crescimento económicos dos PMA depende de uma responsabilidade partilhada, ou de uma cooperação reforçadas.» Os representantesdos PMA alegam não se poder falar de algo que nunca existiu realmente, «do reforço de uma cooperação que nunca existiu». O Japão, inclusivamente, recusa qualquer responsabilização pelos resultados do PA.

O problema da dívida externa encontra-se também, ainda, em debate, sendo de referir - para se ter a ideia da importância desta questão - que o encargo do serviço da dívida absorve cerca de 35 por cento do Orçamento Geral dos PMA. Quanto às medidas a adoptar para aliviar a dívida, verificaram-se duas posições diferentes. Assim, os EUA discordam que a discussão deste problema tenha cabimento na reunião de Paris. Por outro lado os países do grupo B, embora apoiando a proposta dos PMA com vista ao cancelamento da dívida bilateral, não se pronunciaram sobre as medidas a adoptar em relação à dívida multilateral, a sua maior preocupação.

Os delegados dos PMA, duvidando que a dívida multilat-

As despesas com a dívida externa inviabilizam investimentos que poderiam dar condições de vida minimamente dignas às populações dos PMA

1981 e 1986.

Em termos sociais continuam a verificar-se níveis extremamente baixos de alfabetismo e de educação. O mesmo acontecendo com a saúde, como se pode verificar pelas altas taxas de mortalidade infantil. A taxa de mortalidade em geral é muito elevada o que contribui para a baixa produtividade no trabalho. A deterioração ambiental tem vindo a crescer também.

Por outro lado, durante os anos 80 assistimos à redução drástica do aforro, consequência da necessidade de manter níveis mínimos de consumo face ao declínio do crescimento económico e à pioria provocada por condicionantes nas trocas externas. Mais de um terço dos PMA tiveram aforros negativos durante períodos longos dos anos 80. Isto traduz-se, como já referimos, num declínio do investimento per capita que caiu a uma média de 5,5 por cento, entre 1980-86, contra um crescimento de 1,6 por cento, durante os anos 70.

Os objectivos estabelecidos pelo «Novo Programa Substancial de Acção para os PMA», estabelecido pela Primeira Conferência de Paris para os PMA, realizada em 1981 não foram atingidos: a taxa de crescimento proposta de 7,2 por cento ficou-se pelos 2,2; os 4,4 de produção agrícola prevista não foi além de 2 por cento.

Em suma, os anos 80 foram uma década de retrocesso, com um agravamento de todos os problemas. A modesta evolução verificada nos anos 70 perdeu-se, segundo a CNUCED, devido a três tipos de factores: um quadro económico internacional desfavorável, condicionantes estruturais básicas e deficiências na política interna.

«Há razões para esperança», refere o relatório. Os anos mais próximos o dirão, bem assim como a II Conferência sobre os PMA a realizar em Paris, em Setembro deste ano.

Lista dos PMA

Afeganistão; Bangladesh; Benim; Butão; Botswana; Burkina Faso; Burundi; Cabo Verde; Comores; Djibouti; Etiópia; Gambia; Guiné; Guiné Bissau; Guiné Equatorial; Haiti; Kiribati; Laos; Lesoto; Malawi; Maldivas; Mauritânia; Moçambique; Myanmar; Nepal; Niger; República Centro Africana; Rwanda; Samoa; São Tomé e Príncipe; Serra Leoa; Somália; Sudão; Tanzania; Tchad; Togo; Tuvalu; Uganda; Vanuatu; Yemen; Yemen Democrático.

Mário Rocha

pobreza necessitam de maior e melhor ajuda

eral venha a ser cancelada, apelam para os países ricos no sentido de que o peso da dívida seja financiado pelos lucros das instituições credoras e por novas contribuições voluntárias.

Outra questão em aberto é o ajustamento estrutural. Os representantes dos PMA aceitam a necessidade de algum ajustamento, mas recusam as receitas macro-económicas preparadas no exterior que lhes são impostas (a referência é clara ao FMI e ao Banco Mundial). A atitude fica a dever-se ao facto de não disporem de instituições financeiras e administrativas adequadas às novas necessidades, nem de técnicos preparados para gerirem as mudanças sócio-económicas impostas (por exemplo, a desvalorização da moeda que embora facilitando, por um lado, a entrada de divisas com o aumento das exportações, dificulta, por outro, a importação de bens absolutamente essenciais).

O PA afirma que o ajustamento estrutural proposto deve ter em conta, também, factores de natureza social, de forma a proteger as parcelas da população mais desfavorecidas, vulneráveis e pobres, não sugerindo, no entanto, medidas concretas sobre a forma como este objectivo pode ser atingido.

Objecto de debate é também o que diz respeito ao princípio número três do documento, o qual propõe «uma ajuda adequada e regular» para os programas de desenvolvimento dos PMA. A não tradução deste princípio em propostas concretas revelou a indecisão dos participantes na reunião: os PMA pedem que a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) seja duplicada nos próximos cinco anos, procurando atingir os 0,20 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países doadores.

Tendo em conta o crescimento da população nos PMA, os aumentos propostos ficam, ainda aquém dos 0,15 por cento aprovados durante a I Conferência de Paris, realizada em 1981.

A França, apoiada por um grande número de PMA, propõe que, nos próximos cinco anos se atinja, de facto, aquela percentagem, ainda que o Japão e os EUA se oponham a que determinados objectivos sejam quantificados. Os PMA esperam, no entanto, que, com o apoio dos países nórdicos, se atinjam os 0,20 por cento

Novos condicionalismos para a cooperação

No documento preparado em Genebra, prevê-se uma maior ligação entre «ajuda ao desenvolvimento», «o exercício dos direitos humanos» e uma «maior participação da população local» na vida política dos seus países, ou seja, uma maior democratização.

Os delegados dos PMA receiam, no entanto, que as mudanças políticas verificadas no leste europeu venham a prejudicar a ajuda aos seus programas de desenvolvimento.

Quanto aos problemas ecológicos e ambientais, os países mais pobres afirmam que a o subdesenvolvimento é a causa da degradação do meio-ambiente (é o caso, por exemplo, do abate de florestas, como forma de fazer face ao pagamento de dívidas).

Por isso propõem que sejam criados novos fundos para a protecção do meio-ambiente, reforçando os programas de desenvolvimento já existentes.

Proposta das ONGD

No âmbito do Comité de Ligação das ONGD junto da ONU, e com vista à preparação da já referida II Conferência sobre os PMA, realizou-se, também na cidade de Genebra, entre 31 de Março e 2 de Abril de 1990, um encontro daquelas organizações, de países do norte e do sul, para reflexão sobre a situação dos PMA.

Estiveram representadas 12 ONGD por parte dos PMA, 28 dos países do norte, entre elas a OIKOS portuguesa, e representantes do secretariado da CNUCED, dos governos do Sudão, Bangladesh, França e Dinamarca.

Aquelas organizações, depois de identificadas as questões estruturais que impedem, e em alguns casos fazem regredir, o desenvolvimento dos PMA, decidiram propôr aos representantes governamentais na Conferência de Paris, quanto à dívida externa, e considerando: que ela estrangula a economia dos PMA; que é crescente a incapacidade destes

Cont. na página 4

COMENTÁRIO

A independência formal dos pobres

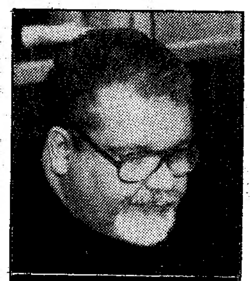
O futuro dos mais pobres dos países pobres vai ser decidido no decorrer de uma conferência no âmbito da ONU que se realiza no próximo mês, em Paris. Esses países são 42 e ostentam a designação de PMA - Países Menos Avançados -, eufemismo atrás do qual se escondem as condições sub-humanas em que vivem 440 milhões de pessoas ou em que morrem por ano, à fome ou à míngua de cuidados de saúde elementares, muitos milhões, na sua maioria crianças.

A quase totalidade desses países, a par de condições climatéricas extremamente adversas, herdaram de uma descolonização mais ou menos recente, fronteiras artificiais, traçadas à mesa dos acordos entre as potências colonizadoras, fronteiras que cortam os territórios naturais das diferentes etnias e juntam os bocados debaixo da mesma bandeira. Para a maioria dos PMA, pouco mais do que essa bandeira, símbolo de um país construído, dimensionado, desenhado pela ocupação colonial, sobrou de uma independência que é hoje puramente formal. Escravizadas ao crédito externo, que surgia como a única condição de sobrevivência, as suas economias, além de sacrificarem, em alguns casos, metade do PNB às despesas da dívida, definham entre as progressivas desvalorizações da moeda local impostas pelo FMI, que inviabilizam qualquer importação, mesmo de medicamentos essenciais, e a contenção dos preços das matérias primas que exportam, decididas pelos carteis industriais dos países ricos. Para estes países não há, de facto, independência. Como sublinha o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, nas dramáticas declarações que se transcrevem nestas páginas, há uma dependência agravada por ser de «homens para quem o lucro é a única religião».

É, no entanto, bem claro, que, em países onde o receituário economicista do FMI está literalmente a matar grande parte da população, pela fome, pela falta de medicamentos, pelos esforços desesperados para atingir as metas que lhe impõe, a solução não pode ser encontrada numa perspectiva de lucro. Antes de mais, urge cancelar a dívida deste grupo de países de debilidade económica extrema e que, sendo incomportável para eles, é, no entanto irrisória, se comparada com a dívida externa de muitos dos países mais ricos ou medianamente desenvolvidos.

No entanto, como aconteceu na I Conferência das Nações Unidas sobre os PMA, que há dez anos definiu os programas de ajuda para os anos 80, na II Conferência, que vai realizar-se de 3 a 14 de Setembro, serão provavelmente os mais ricos - é deles o dinheiro - a estabelecer (e mais uma vez a não cumprir) as condições em que se processará o apoio aos PMA durante esta década.

Nessa perspectiva, ganham particular importância os esforços que o movimento Survie 90 está a desenvolver para que, além do cancelamento da dívida externa, seja proporcionada aos PMA mais ajuda e sobretudo melhor ajuda, e as posições que em Paris irão certamente assumir alguns países que não podem negar especiais responsabilidades na situação dos mais pobres dos mais pobres. Entre estes, estão todas as ex-colónias portuguesas, à excepção de Angola.



Rui Camacho

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Diário de Lisboa, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vitor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo, Brito e Pedro Palma**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP
- Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.

Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Delegação Norte: Rua Monte dos Pipos, 326 - Custóias - 4450 Matosinhos - Telef. 9531566 Fax 9531023

Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 70$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

GRANDE ANGULAR

A situação na Tanzânia, depois de uma fase promissora de desenvolvimento, tem regredido nos últimos anos. É um exemplo de deterioração económica por via das despesas da dívida, que consomem dois terços do valor das exportações

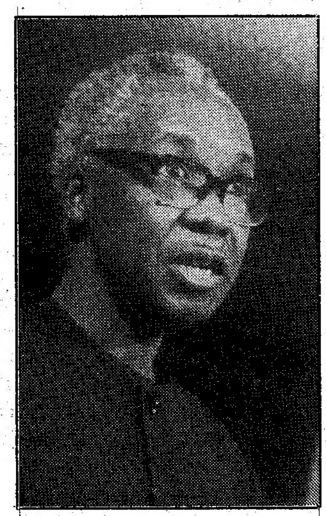
Julius Nyerere: «Tratamos com pessoas cuja única religião é o lucro»

«A Tanzânia é um dos países mais pobres do mundo. Deve cinco biliões de dólares a quase todas as instituições públicas, não obstante a redução da dívida. Os encargos da dívida significam dois terços das exportações. Esta situação está a minar os resultados conseguidos desde a independência», afirmou a jornalista Susan George, numa reportagem filmada sobre aquele país.

A forma como essa degradação foi atingida é explicada pelo antigo presidente daquele país, Julius Nyerere, em afirmações algo dramáticas (como se refere em comentário incluído nestas páginas), num testemunho de impotência perante o poder do dinheiro: «A Tanzania tornou-se independente em 1961. Então tinhamos 2 engenheiros, 12 médicos, apenas 50 por cento das nossas crianças frequentavam quatro anos de escolaridade primária e 85 por cento dos adultos eram analfabetos. Esta foi a nossa herança de 80 anos de colonialismo alemão e inglês. Quando deixei a Presidência da República, todas as crianças tinham possibilidade de frequentar sete anos de educação básica. De facto, não frequentavam, mas por problemas de inscrições. Mas havia o espaço e os meios para o fazer.

«Em 25 anos tinhamos lançado os fundamentos do desenvolvimento».

Por força das leis da economia de mercado, por falta de ajuda dos países mais ricos e também por razões que se prendem com factores internos, a situação começou a regredir e a esperança de desenvolvimento tornou-se nula.



Julius Nyerere: «O que é que se pode fazer?...»

Em 1981 o grupo dos sete países mais industrializados reuniu-se em Toronto. Os seus líderes anunciaram a redução da dívida das nações africanas a sul do Sahara. Ouçamos Margaret Thatcher: «Compreendemos que alguns dos países mais pobres, especialmente em África, têm uma dívida de tal modo grande que nunca poderão pagá-la, nem resolver os seus problemas. Então nós dissemos: "Se vocês estão dispostos a aceitar as novas condições do FMI, nós podemos cancelar a dívida e já não têm de a pagar. Quanto à dívida comercial o pagamento poderá ser adiado e obter uma redução dos juros a pagar". Isso significa uma grande ajuda para eles, permite-lhes começar de novo. E se é uma ajuda para eles é uma ajuda para todo o mundo».

Julius Nyerere responde: «O encontro de Toronto terminou terminou com uma proposta muito bonita. Consta-me que a proposta foi aplicada por cinco países affricanos. A redução foi de dez milhões de dólares por ano. Esses países pagaram menos dez milhões de um total de 500 milhões... É absolutamente ridículo».

A dependência externa é de tal ordem que «o preço do algodão, do café, do cobre e de outros produtos é determinado em dólares no exterior, não em Shilling (moeda da Tanzania).

«Há três anos recebemos um preço razoável pelo algodão e a produção quase duplicou num só ano.

«Eu ouvia na rádio todos os dias as cotações do algodão em Londres. O que posso fazer, tenho que ouvir todos os dias Londres, Paris, Nova Iorque para saber os preços dos nossos produtos.

«Uma manhã nem queria acreditar, o preço do algodão era 65 centésimos de dólar. Nessa manhã ouvi que o preço era 34 centésimos. Pensei que não podia ser verdade, que não tinha ouvido bem. (...) Não foi dada alguma explicação.

«Enquanto for o norte a estabelecer os preços dos produtos de base que nós exportamos e os preços dos produtos manufacturados que nós importamos, não podemos ganhar. Como é que se pode ganhar?

«Eles fixam os preços daquilo que nós compramos e fixam os preços daquilo que nós vendemos. O que é que se pode fazer? Que tipo de situação é esta? Eu penso que mesmo que tratássemos com anjos ainda teríamos problemas. Mas na verdade não tratamos com anjos, mas com pessoas cuja única religião é o lucro».

M.R.

Até a água é um luxo raro em alguns países

A ajuda internacional dos PMA

Cont. da página 3

países de pagar os encargos do serviço da dívida; que os encargos da dívida pagos pelos PMA já ultrapassaram em muito o valor da dívida contraída, sem falar da «dívida histórica» dos países do norte, que sendo de outra ordem, não é menos real; que as responsabilides perante a dívida devem ser repartidas pelos credores por imprevidência e pelos devedores por deficiências e falhas de gestão, as ONGD presentes decidiram pedir aos países credores o cancelamento da dívida.

Quanto ao ajustamento estrutural, tendo em conta que a política que dita esse ajustamento nos PMA não pondera a especificidade sócio-económica e cultural desses países; que as condições impostas pelo FMI correspondem a uma visão economicista e, portanto redutora do desenvolvimento; que essas medidas se dirigem exclusivamente ao sector macro-económico, desfavorecendo a pequena economia e a sobrevivência dos cidadãos; que na prática tais soluções conduzem a um maior empobrecimento das camadas mais desfavorecidas, as ONGD propuseram que o ajustamento seja substituído por medidas de desenvolvimento perdurável, ou continuado, a definir conjuntamente pelos governos do norte e sul, com a participação dos cidadãos.

Quanto à ajuda ao desenvolvimento, receando que a evolução nos países do leste europeu provoque uma redução da ajuda aos PMA, as ONGD propõem que as nações do norte aumentem a sua ajuda ao desenvolvimento daquelas nações, mantendo, pelo menos, os compromissos assumidos na I Conferência de Paris (não cumpridos), alcançando os 0,15 por cento do seu PNB para ajuda aos PMA. As ONGD esperam que os resultados do desarmamento em curso, sejam aplicados em actividades de ajuda e desenvolvimento aos PMA.

Por último, aquelas organizações propõem que a Conferência de Paris reconheça o papel das mulheres no desenvolvimento dos PMA e garanta a sua participação na vida social e política dos seus países, assegurando-lhes um maior contrôle dos resultados do seu trabalho e da sua acção e que defenda o estabelecimento de um «código de conduta» para as actividades das empresas multinacionais, com particular incidência nas que actuam no sector biotecnológico.

M. R.

Proposta da Survie-90 ao Governo português

O Comité Português Survie-90 (organismo internacional para a cooperação e desenvolvimento) que, através de um dos seus membros (OIKOS), participou na reflexão das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) a nível internacional, no âmbito da preparação da II Conferência das Nações Unidas sobre os PMA , afirmou-se em consonância com as conclusões obtidas em Genebra, local onde decorreu o encontro.

A Survie-90 propôs ao Governo português que defenda na Conferência de Paris o cancelamento da dívida (bilateral e multilateral) dos PMA; tome uma atitude significativa, ao cancelar a dívida externa de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe; aumente a sua ajuda aos PMA, atingindo pelo menos os 0,15 por cento do PNB, tal como proposto na I Conferência de Paris em 1981; reconheça e valorize a cooperação das ONGD portuguesas com os PMA, aprovando uma lei quadro da cooperação que viabilize os seus projectos com apoio institucional e financeiro.

Deve referir-se que esta proposta foi já subscrita por inúmeros deputados do PS, PCP, PSD e pelo deputado Herculano Pombo, do partido «Os Verdes».

M. R.

PS quer inquirir Oliveira e Costa

O Grupo Parlamentar do PS, através do deputado Manuel dos Santos, pediu a convocação urgente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, na qual deverá estar presente o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, para debater um alegado perdão fiscal concedido a uma empresa de cerâmica de Aveiro.

Segundo o PS, o alegado perdão terá acarretado um prejuízo para o Estado na ordem dos 500 mil contos. No entanto, o secretário de Estado negou já que se tivesse verificado tal situação e mostrou-se «disponível 24 horas por dia» para ir à Assembleia da República falar sobre o caso.

A questão do perdão fiscal foi levantada há cerca de um mês, envolvendo a Cerâmica Campos, de Aveiro, que terá sido adquirida em Maio de 1984 por cerca de 30 mil contos e vendida em Maio deste ano por um preço 15 vezes superior.

«As recentes medidas relativas à habitação anunciadas pelo primeiro-ministro poderiam ter sido divulgadas pelo seu porta-voz porque afinal não trouxeram nada de novo. Tratou-se apenas de uma actualização», considerou Nuno Portas, o delegado nacional do PS para a Habitação e Urbanismo, durante a habitual conferência de Imprensa que se realiza todas as segunda-feiras após a reunião do Secretariado Nacional do partido.

Nuno Portas sublinhou o facto de o Executivo estar a «confundir a opinião pública anunciando 'novidades' que não passam de medidas de simples actualização de custos e do crédito» e ainda de esconder «ao mesmo tempo que bloqueia os funcionamentos públicos e torna ainda menos acessíveis os créditos, como reflexos sobre as empresas cooperativas e autarquias».

Sustentando a posição de que «a política de habitação não é só o crédito para a compra de casa», Nuno Portas recordou que os socialistas haviam já alertado para o facto de o Governo «alargar no papel o acesso ao crédito e depois pela calada o fechar nos guichets das instituições de crédito» e também de ter anunciado um Plano de Desenvolvimento da Habitação a Custos Controlados que afinal «era um bluff».

Manuel dos Santos

A alternativa socialista baseia-se, segundo Nuno Portas, no incentivo à oferta pública, cooperativa e privada de arrendamento para baixos rendimentos, na existência de mais lotes acessíveis para a auto-construção, no apoio público à recuperação das casas antigas, uma vez que o sistema actual (o Recria) é «restrito e restritivo», e ainda no respeito pelos compromissos assumidos com o sector cooperativo, municipal e convencionado.

«Não se pode continuar a pedir paciência a um terço das famílias que não têm casa decente, nem têm rendimentos para pagar as que se constroem», dizem os socialistas que para grandes males apresentam «grandes remédios», um dos quais é a aplicação de um plano de emergência «entre patronato, sindicatos, cooperativas, administração central e municípios, para conseguir formas inovadoras de poupança privada e de aplicação dos sempre limitados recursos públicos».

Redacção «DL»

Mota Amaral critica Marques Mendes

«Ao negar provimento às justas e justificadas solicitações açorianas, o Governo da República impõem aos Açores uma redução de 25 por cento no seu esforço de investimento público por causa de uma verba que não passa de pouco mais de vinte décimas milésimas do total da despesa do Estado prevista para o ano em curso». Nestes termos responde Mota Amaral às afirmações proferidas por Marques Mendes, na passada semana a propósito da alteração do Estatuto Político-Administrativo daquele arquipélago.

«É lamentável que o Governo da República se declare, por palavras do seu porta-voz, 'perfeitamente alheio e completamente indiferente' às questões dos Açores», continua o comunicado.

Para o Governo chefiado por Mota Amaral, «a inserção do arquipélago na comunidade nacional não se pode reduzir a uma conta de deve e haver. Ainda por cima, as contas apresentadas pelo porta-voz do Conselho de Ministros estão erradas, pois incluem como se fossem transferências benévolas do Estado para a Região Autónoma dos Açores, as próprias receitas desta, das autarquias locais e até as pensões dos açorianos reformados». Mota Amaral considera ainda que o Governo Regional «tem sempre reconhecido publicamente o empenho do actual primeiro-ministro, professor Cavaco Silva, em promover, nas instâncias da Comunidade Europeia, as questões específicas dos Açores, conforme é aliás da sua estrita obrigação nacional».

Entretanto, os órgãos autárquicos da freguesia da Bretanha, de maioria PSD, na ilha de S. Miguel, demitiram-se por alegada incapacidade financeira para a execução de empreendimentos previstos. Segundo os autarcas, pertencentes ao concelho de Ponta Delgada, entre as obras urgentes contam-se caminhos de acesso a explorações agrícolas.

Após reunião da Comissão Política

Comunistas acusam Governo de «delapidar sector público»

A Comissão Política do PCP acusou ontem o Governo de transferir recursos nacionais para grandes grupos económicos estrangeiros, no decurso do actual processo de privatizações, cujo episódio mais recente consistiu na alienação do Banco Totta & Açores.

Os comunistas, que dedicaram à análise do processo de privatizações grande parte da reunião daquele órgão executivo, afirmam que a «delapidação do capital público» consumada pelo Governo se insere numa política objectivamente destinada a abrir as portas da nossa economia à penetração do capital transnacional.

Chamando a atenção para o facto de se estar longe do «capitalismo popular» que constitui a grande bandeira do Executivo, o PCP alerta para a possibilidade de a anunciada privatização da Centralcer a cem por cento se processar por forma a criar um monopólio no sector cervejeiro. Na mesma linha, o comunicado da Comissão Política lido em conferência de Imprensa por Edgar Correia contesta a entrega ao sector privado da exploração do serviço público de abastecimento de gás natural.

As questões económicas mereceram dos dirigentes do PCP especial atenção, na reunião de ontem.

Além da problemática das privatizações, foi abordado o «preocupante» défice da balança comercial (mais de 490 milhões de contos), em grande parte resultante do aumento de 50 por cento da importação de bens de consumo, e a ligação a Portugal da rede de comboios de alta velocidade, o chamado TGV.

TGV pelo percurso mais curto

A este respeito, os comunistas consideram que, decidida a outorga à Espanha de financiamentos para o TGV, Portugal deve estudar urgentemente a possibilidade de efectuar ligações não apenas através do percurso Elvas-Madrid, mas igualmente por Vilar Formoso-Salamanca-Valladolid, encurtando distâncias.

A Comissão Política anunciou ainda a decisão do partido de solicitar ao primeiro-ministro uma audiência para debater o agravamento da situação financeira das autarquias.

Em causa não apenas os «vícios de cálculo» do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas a transferência de encargos e as isenções fiscais decididas sem a correspondente compensação.

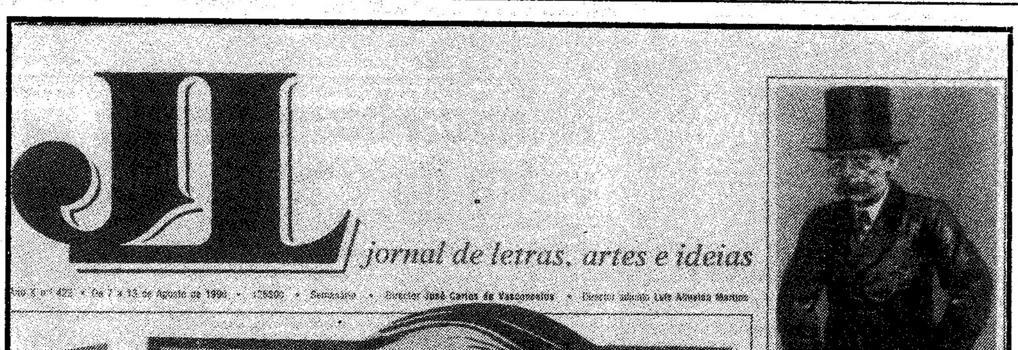
A crise dos Verdes

Quanto à crise n'«Os Verdes» o PCP expressa «natural preocupação». Defende a clarificação da situação interna do seu aliado no quadro da CDU, recusando «afirmações marcadamente agressivas e inaceitáveis acusações» proferidas por membros daquela formação política.

Recorde-se que o partido ecologista continua mergulhado numa crise interna patente na existência de duas comissões executivas e dois conselhos nacionais.

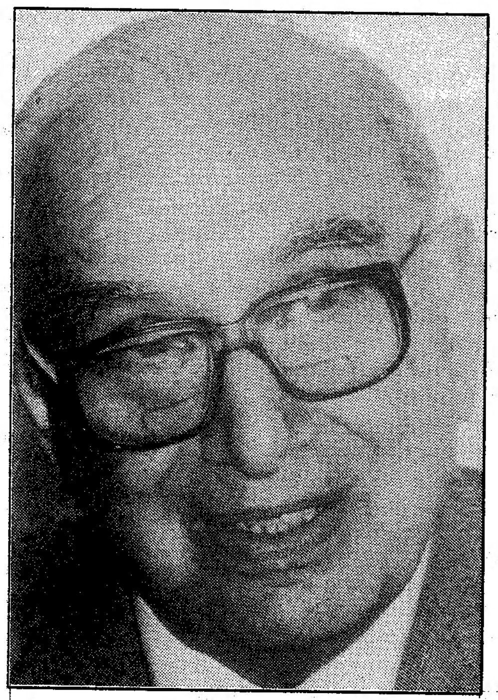
Como pano de fundo da controvérsia, o posicionamento face ao PCP. De um lado, os deputados Maria Santos, Herculano Pombo e Valente Fernandes, aparentemente dispostos a protagonizar uma estratégia autónoma para o partido; do outro, dirigentes como Isabel Castro, Manuela Cunha e André Martins, favoráveis à prossecução da aliança com o PCP.

Redacção «DL»



Apagaram-se os blocos e o nacionalismo regressou à boca de cena. Antes, dizia-se que, quando os Balcãs espirravam, a Europa se constipava. Hoje, verifica-se que os anos em que viveram acamados não prejudicaram a pujança dos nacionalismos. Nos Balcãs e noutros lados. Este o pretexto para um inquérito «DL»

Renascimento dos nacionalismos será um facto inevitável?



Calvet de Magalhães

«Nacionalismo ideológico é xenófobo»

«Deve distinguir-se o nacionalismo como sinónimo de patriotismo, que é um sentimento natural e politicamente saudável, e sobre o qual nada tenho a observar neste momento; do nacionalismo ideológico que advoga a supremacia do *nacional* sobre o *internacional* e que é, fundamentalmente, xenófobo, exclusivista e, por vezes, até agressivo.

Há ainda que distinguir os movimentos nacionalistas de independência que pretendem sobretudo libertar uma nação ou um povo de determinado poder supranacional. Temos assistido ultimamente à explosão de tais movimentos na Europa austral e oriental com a tendência para a autonomização dos chamados países satélites e os movimentos independentistas dentro da própria União Soviética, como no caso dos países bálticos e de outras regiões soviéticas. Obtida a independência destes povos não quer dizer que adoptem uma ideologia política nacionalista. É sobre esta, pois, que deveremos concentrar a nossa atenção.

Na Europa ocidental existiram sempre tendências nacionalistas nos vários países que a compõem que, por vezes, dominaram as suas políticas com consequências catastróficas. Tais tendências continuam a manifestar-se e tendem, no presente, a parecer mais relevantes com a evolução política europeia e a afirmação, cada vez mais forte, do movimento para a unificação política da Europa, centrada na Comunidade Europeia. Pela sua fraca racionalidade a ideologia nacionalista não consegue, porém, conquistar a maioria das classes política e intelectual. É uma ideologia no fundo contraditória pois, afirmando o primado do *nacional* denota uma falta de confiança sobre a capacidade dos povos de saberem preservar a sua independência e a sua identidade. Daí a sua aversão a todo o internacionalismo. Não consegue também conquistar as massas populares, apesar de um fácil discurso demagógico, em virtude do completo fracasso das experiências nacionalistas europeias. Não se poderá esquecer que o nacionalismo de De Gaulle, apesar do enorme prestígio pessoal que ele tinha em França, não conseguiu destruir ou abalar a Comunidade Europeia, embora lhe tenha causado sérios estragos.

Não creio, pois, num sério ressurgimento do nacionalismo ideológico na Europa ocidental embora possam surgir, de tempos a tempos, aqui e ali, manifestações nacionalistas de grupos minoritários que tentem provocar a confusão nos espíritos da juventude e confundir mesmo a opinião pública. É necessário, por conseguinte, estar atento e desmascarar sempre o nacionalismo que se faz passar por simples patriotismo, arrogando-se mesmo, abusivamente, o monopólio deste sentimento natural e vivificador.»

Pedro Pires de Miranda

«Prudência nas transferências de soberania»

«Na década de 90 encontramo-nos numa nova fase da vida internacional. Como é manifesto, desagregou-se a ordem dominada pelas duas superpotências que vigorou rigidamente desde os anos posteriores ao fim da guerra até há bem pouco.

Se olharmos apenas os aspectos militares, área em que a União Soviética ainda mantém muitos dos seus trunfos, realisticamente apenas se poderá, hoje, falar de uma superpotência, os Estados Unidos - e mesmo essa em perda relativa no confronto económico internacional.

A ordem que durante quarenta anos vigorou no mundo acaba de se esboroar devido à incapacidade do colectivismo para promover o desenvolvimento económico e social - ele que já havia suprimido as liberdades. A fraqueza dos regimes comunistas foi posta a nu pelo comportamento firme dos ocidentais (designadamente Reagan, Thatcher e Kohl) em matéria de desarmamento.

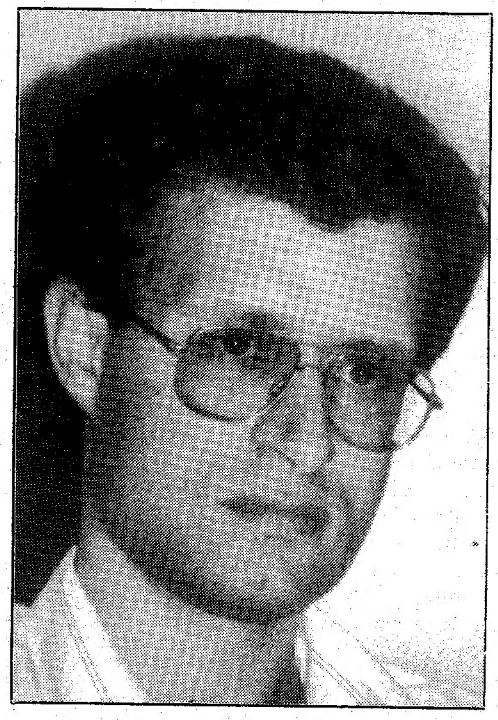
Não cedendo a desarmamentos unilaterais e a pacifismos vários - no fundo, não cedendo à chantagem do medo - os ocidentais forçaram os dirigentes comunistas mais lúcidos, como Gorbachov, a reconhecerem que o seu regime estava falido, mostrando-se incapaz de sustentar uma competição com o Ocidente no campo militar e económico simultaneamente. E com os progressos das tecnologias da Informação e Comunicação (os alemães de Leste viam a televisão da RFA...) passou a ser também impossível camuflar tais evidências às populações.

Sobre os escombros dessa ordem que ruiu com surpreendente rapidez constrói-se agora algo de novo, que ainda não sabemos muito bem o que virá a ser. Entretanto, realidades que haviam permanecido abafadas durante quarenta anos voltam a manifestar-se em força - é o caso dos nacionalismos longamente reprimidos ou oficialmente ignorados. As nações do império soviético, as nações balcânicas, os nacionalismos incentivados pelo fundamentalismo - tudo isso emerge agora com virulência num mundo onde nem sempre os Estados coincidem com as nações, com todo o potencial de instabilidade daí decorrente. Não é fácil prever mas vamos provavelmente assistir a tensões regionais, de vária natureza, decorrentes de confrontações culturais bem diferentes.

Numa ordem internacional cada vez mais multipolar - e não já bipolar - será decisivo o papel da Alemanha para a contenção dos nacionalismos do centro e do Lesta da Europa. As Comunidades Europeias e os seus mecanismos poderão eventualmente ser uma das respostas adequadas para ajudar a conter nacionalismos exacerbados, partilhando a nível comunitário alguma da soberania que possa ser melhor exercida pelo conjunto do que isoladamente.

Portugal tem a sorte de ser um dos mais antigos Estados-nações da Europa e do Mundo. Por isso estamos particularmente bem situados para valorizar o fenómeno nacional naquilo que ele tem de positivo, rejeitando as suas aberrações. Por isso podem os portugueses empenhar-se na construção de uma Europa mais forte, no respeito pelas identidades e diversidades nacionais que a compõem, e agindo com muitíssima prudência e ponderação nas transferências para a esfera comunitária de poderes de soberania nacional.»

> *«Há que agir com muitíssima prudência e ponderação nas transferências para a esfera comunitária de poderes de soberania nacional»*
>
> **Pedro Pires de Miranda**



Francisco Louçã

«O neotribalismo contemporâneo»

«Será o nacionalismo inevitável? Sem dúvida.

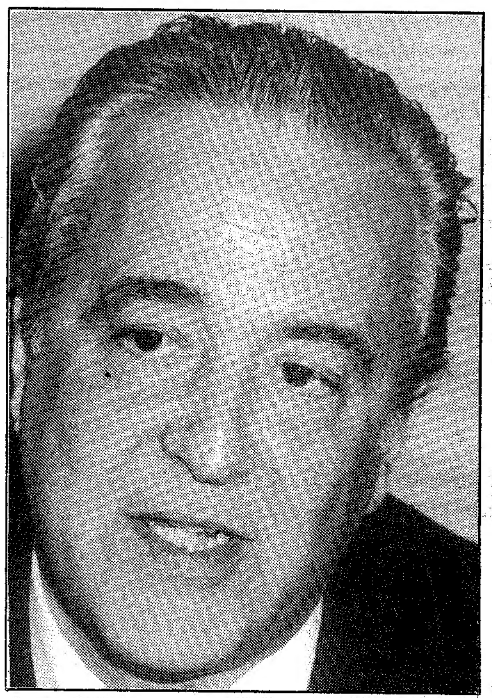
Mas o nacionalismo assume faces diferentes. Inevitável, é a afirmação dos sentimentos de unidade nacional contra a ocupação estrangeira, a repressão da língua e da cultura nacional — como em Euzkadi, na Irlanda, nas periferias da URSS, nos índios do Paraguai. É, em todo o caso, a Nação antes do Estado.

Mas a outra face, a da actualidade, é a da esgrima do discurso nacionalista como pretexto da exclusão, até do racismo. Le Pen defende, como La Palisse, que a Europa só de brancos é uma Europa sem racismo: a maioria dos governantes, descontando as fórmulas de ocasião, parecem dar-lhe razão. Assim, a CEE escreve directivas sobre a livre circulação de pessoas — com o sugestivo nome de directiva «Playboy» — enquanto as polícias dos principais países da Comunidade se entendem para celebrar um acordo de Schengen, que toma como alvo os imigrantes.

O nacionalismo aparece assim a justificar o culto da superioridade branca, como nas Comemorações dos Descobrimentos, ou até o ódio racial, como nos extremismos de inspiração neonazi.

É, em todo o caso, um neotribalismo, agressivo, que procura delimitar um território e um privilégio.

Em tempos de incerteza, em fim de século, instalado pelas concorrências selvagens, pelo desastre do Terceiro Mundo, pela desagregação da ordem repressiva a Leste e pela falta de soluções sociais do capitalismo contemporâneo, estes nacionalismos enfrentam-se em guerras de fundamentalismos religiosos ou políticos, desprezando a razão da humanidade. Inevitável, portanto; mas condenável, a todos os títulos. Agora, antes que seja tarde.»



Victor de Sá Machado

«Os múltiplos equilíbrios»

«A evolução rapidíssima a que estamos assistindo no mundo, tem a caracterizá-la, creio eu, dois movimentos particularmente interessantes: por um lado, e como nota Paul Kennedy, o da substituição do *hard power* das duas superpotências próprio da bipolaridade, pelo *soft power* do dinheiro, baseado sobretudo na capacidade económica e força industrial dos países ricos como a Alemanha e o Japão.

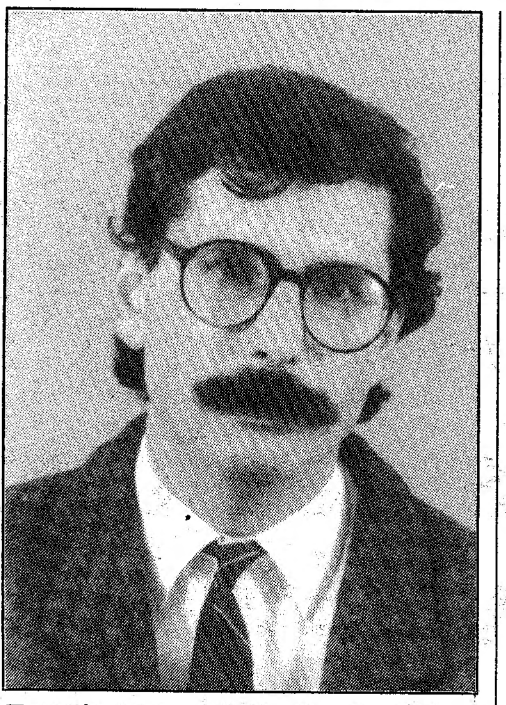
Essa substituição é acompanhada por uma relativização da multipolaridade do poderio militar, traduzida na emergência de potências regionais, mais ou menos agressivas, como é o caso, recentemente em foco, do Iraque.

O outro movimento, de algum modo induzido pelo primeiro, tem a ver com o reforço, paradoxalmente paralelo, das lógicas de integração, no plano supranacional, e da autonomia, no plano nacional. São duas lógicas interligadas e complementares: a última, como parece evidente, resulta do fenómeno da multipolarização; reforça, por seu turno, o fenómeno da integração supranacional, e acentua ou agudiza os nacionalismos.

Esta agudização é inelutável: ou como efeito residual do *éclatement* dos impérios e do apagamento do *hard power*, que fez desaparecer a *pax imperii* sobre estados-nações subitamente libertos, ou, a dentro dos estados - nações ocidentais, por arrastamento ou indução do fenómeno anterior, que estimula regionalismos e nacionalismos étnico-culturais, como parece ser o caso de muitas das regiões em grandes países da Europa e do Canadá e até mesmo da África.

Nesta perspectiva, creio que vamos, por um lado, regressar a um sistema de múltiplos equilíbrios, de valorização dos regionalismos e da afirmação nacionalista, e por outro e por compensação, ao reforço dos movimentos de integração ou federação supranacional, suficientemente flexíveis para gerir os nacionalismos regionais.

Resta, como hipótese inquietante, a dos nacionalismos medularmente religiosos, como é o caso do Islão, que parece ter trocado a sua tradicional tolerância por uma agressividade que radica curiosamente na miséria do povo e na riqueza governamental dos petro-dollars sobre um fundo de ressurgência cultural que as circunstâncias facilitam e que pode tornar-se indomável.»



Domingos Lopes

«Que os povos possam optar»

«Nas sociedades nada surge a partir do vácuo. As contradições, os problemas, os dramas estão nas sociedades. Às vezes à superfície. Outras vezes à espera de uma oportunidade para se «mostrarem».

Conhecemos o drama e a tragédia dos irlandeses face à ocupação britânica e o rosário de violência desencadeada.

Na Espanha de Franco, os nacionalismos tinham um conteúdo: hoje têm outro; nem por isso desapareceram todas as condições que os alimentam. Os bascos continuam ancorados na sua aspiração nacional. O terrorismo, sempre condenável, é muitas vezes o ricochete da violência opressiva e repressiva.

A Perestroika soviética no seu esforço para aprofundar o carácter democrático e humano do socialismo (tantas vezes pervertido) criou condições para o que «jazia» no interior da sociedade soviética despertasse e se revele hoje pujante e afirmativo.

O mesmo noutros países do Leste e Centro da Europa cuja história é a história de séculos de problemas «resolvidos» defendendo a lei do mais forte. Toda a região dos Balcãs. Toda a Transilvânia. De império em império, países e povos foram talhados à medida dos imperadores.

O fundamental, parece-me, é que se criem as condições para que os povos respirem livremente e assim possam optar.

Ninguém duvida que a Perestroika é o oxigénio dos povos da URSS. O atiçar do nacionalismo por via da violência e do terrorismo é muito perigoso, dada a crise aberta em que se encontra a sociedade soviética. Ninguém tem o direito de se ingerir para tentar aproveitar-se dos problemas internos da URSS.

Só neste gigantesco processo de transformação (a Perestroika) é possível encontrar saídas para a solução dos problemas nacionais da URSS. Sem ingerências. Sem pressões. Livremente.

Não têm direito a dar lições os que ocupam Porto Rico ou que invadem o Panamá. Nem os que ocupam a Irlanda. Nem os outros, amigos dos amigos dos ocupantes.

Ainda há outros nacionalismos. Os nacionais-nacionalismos. Ainda recentemente vieram a Sesimbra brandindo os elmos da suástica. Estes necessitam do combate de todos os democratas, cheiram a morte.»

«Creio que vamos, por um lado, regressar a um sistema de múltiplos equilíbrios, de valorização dos regionalismos e da afirmação nacionalista, e por outro e por compensação, ao reforço dos movimentos de integração ou federação supranacional, suficientemente flexíveis para gerir os nacionalismos regionais»

Victor Sá Machado

De Marrocos para Portugal

Emigração clandestina atrasa emissão de vistos

Tentativas localizadas de emigração clandestina têm atrasado, nas últimas semanas, a emissão de vistos por parte da Embaixada de Portugal em Marrocos, a potenciais a turistas. Um funcionário desta Embaixada de Marrocos em Lisboa disse ao «DL» que oficialmente a missão não tem conhecimento do caso. No entanto, ressalvou o facto do embaixador se encontrar de férias.

Uma outra fonte, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, admitiu ao «DL» que a tentativa de emigração clandestina é a principal das causas da situação, de que se queixam vários marroquinos. Alguns deles, alegadamente funcionários bem colocados na Secretaria dos Transportes e no Ministério da Juventude e Desportos de Marrocos.

A mesma fonte observou que cidadãos de outras nacionalidades, designadamente da Mauritânia e do Zaire, se infiltraram entre os marroquinos que solicitaram vistos como turistas, complicando todo o processo. A agravar a situação, não é muito o pessoal de serviço na Embaixada de Portugal em Rabat mobilizado para a passagem de vistos.

Em condições normais, a emissão de vistos turísticos não é difícil, embora possa ser morosa, já que em muitos casos a própria Embaixada assume a responsabilidade pela autorização de visita a Portugal. Mas há outros em que a comunicação dessa pretensão tem de ser oficiada a Lisboa, através do respectivo canal, o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Quando assim acontece, por razões que têm a ver com a prevenção e segurança, face à política comunitária em relação aos cidadãos dos países do Maghreb e da zona subsaariana, o pedido transita para o Ministério da Administração Interna e vai ao Serviço de Fronteiras e dos Estrangeiros. Depois, percorre o mesmo itinerário, mas em sentido contrário. «É um processo bastante moroso mas que se justifica», afirmou ao «Diário de Lisboa» a mesma fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A Embaixada de Portugal em Rabat estranhou inicialmente o «extraordinário afluxo» de pedidos de visto, tomando algumas medidas, uma delas a de envolver o MAI na sua emissão. Se já não era fácil responder à avalanche, mais difícil se tornou.

Mais de mil pessoas concentraram-se em finais de Julho e primeiros dias de Agosto, junto da Embaixada de Portugal em Rabat, com o objectivo de solicitarem autorização de entrada turística no nosso País. A Embaixada de Portugal, que até há dias havia concedido três mil vistos e recusado dois mil, tem mais três mil pedidos para atender.

J.R.

Urgências de Lisboa vão ser reformuladas

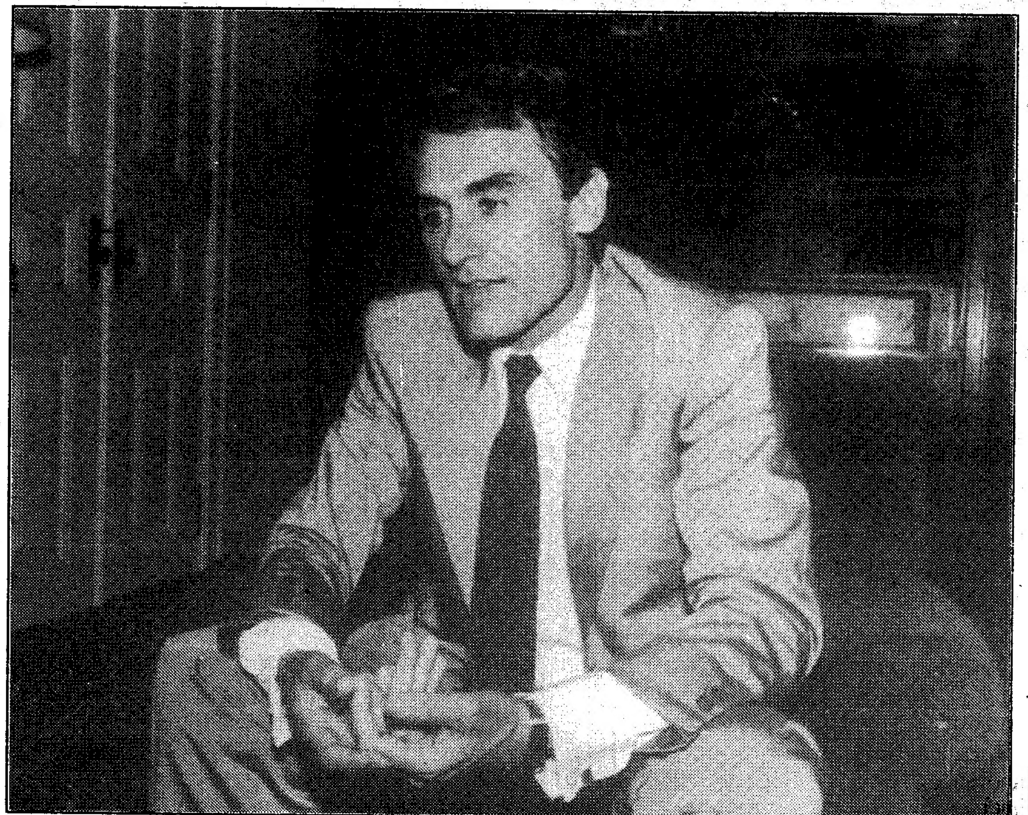
A reformulação das urgências de Lisboa deverá começar até ao fim do ano e custará dois milhões de contos - anunciou ontem o primeiro-ministro durante a visita ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

O programa dessa reformulação inclui a realização de obras e a aquisição de equipamentos para os hospitais de S. José, Capuchos, Desterro, Santa Marta, Curry Cabral, Estefânia e Santa Maria.

«O lançamento dos novos serviços de urgência passa pela descentralização da urgência do S. José e pela abertura de quinze novos centros de atendimento urgente nos centros de saúde dos concelhos limítrofes», acrescentou o ministro Arlindo Carvalho, que acompanhou Cavaco Silva nesta visita.

O Instituto Nacional de Emergência Médica transporta para os hospitais um doente de dois em dois minutos, muitos dos quais são recém-nascidos. Assegura também consultas médicas à distância, através do Centro de Informação Anti-Venenos (CIAV), do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e do CODU-MAR, para navios de alto mar. Além destes serviços, o INEM transportou 222 mil pessoas em 1989.

Quanto ao Centro de Informação Anti-Veneno, os números divulgados causam alguma perplexidade: recebe treze mil chamadas por ano, 60 por cento das quais de médicos de hospitais e 40 por cento de casas particulares.



Cavaco Silva anunciou a criação de 15 novos centros de atendimento urgente nos centros de saúde

QUANDO A CITAÇÃO É UM DELITO

Há cerca de duas semanas, Guido Almansi escrevia sobre a diferença que existe entre o crítico literário e o crítico de artes visuais, teatro e cinema. O primeiro tem possibilidade de fazer citações. Naturalmente Almansi esclarecia que existe uma citação despropositada que isola uma frase do seu contexto, e uma outra, aguda, precisa, rápida e saborosa.

Penso, no entanto, que a arte da citação pode ser praticada em ensaios de grande fôlego, mas dificilmente se aceita em diários ou semanários. Imaginemos que eu vos digo que um tal Laurence Sterne inicia, deste modo, um dos seus romances: «Gostaria que o meu pai ou a minha mãe, ou melhor, ambos (já que os dois se empenharam nisso em igualdade de circunstâncias) tivessem prestado mais atenção àquilo que faziam quando me geraram». Engraçado, talvez, mas só citando pelo menos mais uma página é que se chega ao sublime: «Desculpa, querido - disse a minha mãe em pleno auge - não te esqueceste de dar corda ao relógio?» E, no entanto, nem um resumo deste género é suficiente; mas se tivesse citado tudo teria já chegado ao fim desta crónica.

Existem alguns inícios espressivos: «Docemente, Outono morria» ("Annunzio, «Il Piacere»); «Encontrava-me, nesse Inverno, possuído por abstractos furores» (Vittorini, «Conversazione in Sicilia»); mas já «Chamem-me Ismael» (Melville, «Moby Dick»), que soa na nossa comovida memória como o início da Quinta Sinfonia, pouca coisa significa fora do seu contexto. E se «Senti o tremular da maresia», só por si, pode dizer que estamos diante de um poeta, o que aconteceria se, de toda a Divina Comédia, tivesse simplesmente ficado: «No meio do caminho da nossa vida»? Sem dúvida que isto poderia ter sido escrito por qualquer um. «O Infinito», de Leopardi, é uma das mais belas poesias de todos os séculos, mas «Sempre queridas me foram essas ermas colinas» não deixa, de modo nenhum, adivinhar o que vem depois.

«Nasci no ano..., na cidade de York, de uma boa família, que não era, no entanto, originária deste local». Quem será? Gascoigne, Lineker, Shilton? Não. Trata-se de Robinson Crusoé e o ano é o de 1632. Mas para saber isso, é necessário ir mais para diante. Existem pré-finais fabulosos, como este, da «Educação Sentimental», de Flaubert, sobre o qual Proust escreveu uma belíssima página: «Viajou, conheceu a melancolia das viagens a bordo...», mas o que dizer de «pensava que também o amante viesse ao baile e antecipadamente saboreava um agradável serão»? É, todavia, o final de «Os Indiferentes» (Moravia).

Houve uma época, na crítica literária, em que o autor procedia como se fosse um jornalista, com um número reduzido de linhas à disposição. Foi o período do Maneirismo, chamado «crociano» (na sua origem está Benedetto Croce), no qual se sustentava que, de poesia, numa obra, não há mais que fugazes jactos e fúlgidos fragmentos. Fiz o meu curso tendo como base a História da Literatura de Flora, que era, seguramente, um homem de bom gosto, mas que, por vezes, era capaz de pôr em causa a minha admiração ao citar um verso ou uma frase, com os quais chegava mesmo a absolver qualquer autor de ínfima ordem. Enquanto que parecia duvidoso diante de obras tomadas no seu conjunto, na sua granítica e articulada estrutura, em vão procurando nelas um breve vestígio poético.

Umberto Eco

Quando se chega à publicação de um livro em colecção de bolso, os publicitários das editoras procuram, nas recensões à primeira edição, uma frase curta e elogiosa para colocar na contracapa. E sucede encontrarem artigos, sem dúvida extremamente positivos, que sancionaram o triunfo dessa obra, mas onde nenhuma frase isolada nos diz que o livro é belo, pois o juízo feito não é explícito, mas argumentado de maneira complexa. A bolsa frase, essa, encontramo-la talvez num artigo cheio de reservas. Sempre me impressionou o facto de que a publicidade dos espectáculos e dos livros nos Estados Unidos fosse sempre feita de frases curtíssimas e entusiásticas: «Sensacional» (New York Times); «O livro mais belo dos últimos dez anos» (Philadelphia Enquirer); «Foi um verdadeiro deleite» (Variety).

Depois, percebi que os críticos americanos, conhecendo bem a arte da citação, sabem que, se exprimem um juízo positivo em menos de quatro palavras, serão mencionados na publicidade da obra. Ou seja, como adquirir carisma e autoridade dizendo aquilo que se pensa, mas em adequado formato.

Exclusivo L'Espresso/«DL»

Tradução de Manuela Ferreira de Almeida

OS HOMENS COR-DE-ROSA

O mínimo que se espera dos eurocratas é que sejam competentes europeus.

Por exemplo, naquilo de que se reivindicam: a integração europeia.

Sobretudo, se forem especialmente responsáves pela implementação das medidas de 1992.

Se forem, por exemplo, especialmente responsáveis pela implementação dos pareceres do Tribunal Europeu de Justiça.

Se, por exemplo, forem especialmente responsáveis pelo esclarecimento da opinião pública quanto às grandes opções políticas, económicas, monetárias, colocadas por essa integração.

Ora parece que o «Economist» acaba de demonstrar que alguns dos seus mais zelosos leitores portugueses, alegados campeões da integração europeia, não estão entre os europeus mais zelosos.

Artur Portela

Fê-lo num índice que mede o empenhamento comunitário de cada estado membro da CEE.

Esse índice atribui a cada estado uma nota em função de seis critérios:

1) o grau de implementação das medidas de 1992;

2) o grau do ainda auxílio estatal à indústria;

3) a quantidade de pareceres do Tribunal Europeu de Justiça que cada país não implementou;

4) o entusiasmo dos governos perante as reformas políticas que a integração perspectiva;

5) o entusiasmo dos governos perante as reformas económicas que a integração abre;

6) as atitudes das opiniões públicas nacionais para com a Comunidade.

Portugal - como se comporta neste índice do «Economist»?

Vejamos, *item* por *item*.

Quanto à implementação das medidas de 1992, Portugal está em - *penúltimo.*

Quanto ao ainda auxílio estatal à indústria, Portugal está, vamos lá, sensivelmente a - *meio da tabela.*

Quanto à quantidade de pareceres do Tribunal Europeu de Justiça não implementados, Portugal está entre aqueles que - *não cumpriram o maior número de pareceres.*

Quanto ao entusiasmo dos governos perante as reformas políticas que a integração perspectiva, Portugal está em - *penúltimo.*

Quanto ao entusiasmo dos governos perante as reformas económicas que a integração abre, Portugal está entre os - *antepenúltimos.*

E quanto às atitudes das opiniões públicas nacionais para com a Comunidade, Portugal também está entre os - *antepenúltimos.*

Vamos a pontos atribuidos pelo «Economist».

Máximo: 60 pontos.

A França, o país melhor classificado, tem 39.

Segue-se a Holanda, com 38.

Seguem-se a Dinamarca, a Irlanda e a Espanha, com 36.

Segue-se a Alemanha, com 35.

Seguem-se a Bélgica e o Luxemburgo, com 34.

Seguem-se Grécia e Inglaterra, com 31.

E Portugal?

Portugal está, com a Itália, em - *último.*

Tem 28 pontos.

Menos 8 do que a Espanha.

Menos 3 do que a Grécia.

É curioso.

O «Economist», tão imediata, tão extensa, tão festejadamente citado pelos nossos homens de cor-de-rosa quando diz a mais pequena *performance* da economia oficial portuguesa, desta vez que nos vem dizer que levamos por diante um dos mais penosos processos de integração comunitária de toda a Europa, quase tudo se passa como se ninguém o tivesse lido.

Quando o jornal de que se é competente leitor sugere que esse leitor não está a ser demasiadado competente, *l'important ce n'est pas la rose.*

Ou seja, *le rose*, do «Economist».

O IRAQUE E AS GUERRAS DO GOLFO

Saddam Hussein assumiu a presidência do Iraque em 16 de Julho de 1979. Um ano e dois meses depois, invadiu o Irão. A guerra durou oito anos.

A reacção iraniana foi uma surpresa e o objectivo de Hussein não foi atingido. Passaram-se dois anos apenas e ele procura agora alcançar, do país mais fraco da área (um sexto de Portugal e um milhão e meio de habitantes) o que não alcançou à custa do forte que o havia humilhado.

Se não recuarmos até ao nascimento do Kuwait sob a protecção da Inglaterra (1961) e à definição de fronteiras por acordo no âmbito da ONU, a história é curta, mas não deve ser ignorada.

Era Saddam Hussein vice-presidente do Iraque quando, em 1975, teve que assinar um acordo de fronteiras com o todo poderoso Irão, ainda Império do xá da Pérsia. Para além de uma concessão territorial por parte do Iraque, ficou definido que a fronteira entre o Irão e o Iraque passaria pelo meio do rio Shatt-al-Arab, único corredor de saída para o mar da grande riqueza petrolífera do Iraque.

Esta saída ficava assim a constituir uma vulnerabilidade e, além disso, estava traçada através duma área muito cobiçada, pois toda ela é economicamente rica e estrategicamente importante.

O acordo foi considerado humilhante pelo vice-presidente Hussein que de tal não se esqueceu quando, em Julho de 1979, assumiu a presidência do Iraque. Foi nesse mesmo ano que se iniciou a revolução iraniana, chefiada pelo ayattolah Khomeiny. Perante o Irão em revolução, instável, com a economia depauperada e as Forças Armadas enfraquecidas por anárquicos saneamentos, Saddam Hussein decidiu, em 17 de Setembro do ano seguinte (1980), denunciar o Tratado de 1975; cinco dias depois, em 22 de Setembro, atacou o Irão.

Simplesmente, como muitas vezes acontece perante uma ameaça externa grave, os povos esquecem as suas divergências internas e conseguem congregar forças que se julgavam já esgotadas. Até militares saneados regressaram voluntariamente às fileiras e mostraram-se melhor treinados do que seria de supor. O Irão resistiu surpreendentemente e terminou a guerra sem cedências territoriais.

Saddam Hussein não saiu prestigiado nem conseguiu o seu objectivo. Passaram-se cerca de dois anos apenas, recompôs-se e lançou-se contra a outra fronteira *do corredor* que o liga ao mar, o Kuwait.

O Iraque não pretende simplesmente resolver um problema económico, rasgar a sua dívida ao Kuwait, resolver uma questão de preços ou de volumes de extracção de petróleo.

O Iraque pretende alargar a sua saída para o mar e valorizar pela força a sua posição geoestratégica, para se poder impor como potência dominante da área. Como país interior nunca o conseguirá. Os seus programas nucleares inseriam-se nesta mesma política de procura de prestígio e de hegemonia regional. Além disso pretende, logicamente, conquistar, uma área riquíssima que, geograficamente, está integrada na histórica bacia da Mesopotânia a que sempre considerou sua província. A nomeação de um governo para o Kuwait composto por iraquianos é disto mais uma prova.

Uma das sessões do Conselho de Segurança da ONU. Criadas numa época de bipolarização de superpotências, as Nações Unidas deveriam agora ser, talvez, repensadas em termos de um mundo multipolar

O Iraque recebeu o refugiado Khomeiny em 1968 e apoiou-o na luta contra o xá, seu maior inimigo. Mas, durante a revolução iraniana, incitou os curdos contra os persas e fomentou a revolta dos árabes do Khuzistão, a província do Irão mais rica em petróleo e mais próxima do Shatt-al-Arab. Depois, usou armas químicas para esmagar a rebelião curda e acabou por invadir o Irão.

António Emílio Sacchetti

Para lançar uma última ofensiva com possibilidade de sair vitorioso e que lhe permitisse negociar a paz com o Irão, Hussein usou o território do Kuwait, seu aliado durante toda esta guerra de oito anos e a quem ficou a dever muito dinheiro. Agora é ele a vítima. Se da primeira vez os cálculos iraquianos consideraram o desgaste provocado pela revolução iraniana, hoje contam com a retracção das superpotências e com a vontade que estas vêm manifestando de moderar as intervenções nos conflitos regionais (este conflito mexe com interesses globais).

A atitude conjunta já assumida pelas duas superpotências é um acontecimento notável. Mas se, neste caso, não for imposto o restabelecimento da situação política anterior à invasão, para além de tal constituir o abandono injustificável de um pequeno país gravemente agredido, criar-se-á um precedente que encorajará ainda mais esta e outras potências regionais, que tudo farão para ocupar o vazio de poder assim criado e dominar a região que definem como sua área de interesse.

A Nigéria acaba de informar que está disposta a intervir na resolução do conflito liberiano, na costa da África Ocidental onde ela é potência dominante. Será a internacionalização de uma crise interna.

Libertadas da tutela da bipolarização, algumas potências, menores numa classificação global mas maiores numa classificação regional, esperam poder impor-se e resolver a seu contento alguns problemas regionais até hoje subjugados pelo perigo da escalada que representava a intervenção, quase automática, de uma das duas superpotências em confronto.

Num mundo multipolar, as organizações internacionais criadas em período de bipolarização deverão rever os seus estatutos e competências para que possam, se necessário com o apoio das grandes potências, adquirir a operacionalidade indispensável à resolução dos muitos conflitos que, certamente, continuarão a surgir.

FORUM

LETRA DE FORMA

Diário de Notícias

De um artigo de Henrique Barrilaro Ruas:

(...) Abandonadas a si mesmas, todas as ideias são passíveis de uma espécie de loucura, ou de inflação. As próprias leis da natureza meramente física, tomadas na sua imediata significação, podem tornar-se mortais para o homem. Se não forem sabiamente, ou pelos menos prudentemente utilizadas, articulando-as em sistemas tendentes a certos fins, sucessivamente mais altos, com certeza que a existência nos será impossível. Que dizer, então, das leis que dizem respeito, já não ao mundo neutro das coisas, mas a essa fronteira (constantemente alargada e flutuante) em que o humano e o terreno se encontram? (...)

6.AGO.90

PÚBLICO

De um artigo de Eduardo Prado Coelho:

(...) O relativo envelhecimento da prática dos abaixo-assinados (a não ser nos períodos eleitorais, e segundo processos que tendem a folclorizar-se) está ligado à crise da figura do intelectual, se por intelectual entendermos aquele que, tendo uma competência provada num determinado domínio (na filosofia, no teatro, na literatura, nas matemáticas, na pintura), usa essa competência para adquirir uma determinada autoridade num domínio onde não é competente: o da política. É claro que na área da política todos temos de ser competentes. M

as, nesse caso, quaisquer nomes serviam, e não é isso o que se verifica nos abaixo-assinados: o que importa são nomes conhecidos, isto é, nomes que possuem em determinada esfera uma imagem de competência. (...)

6.AGO.90

O DIA

De um artigo de Silva Resende:

(...) A táctica dos usurpadores sempre consistiu no facto consumado!

Vivendo no caos económico, derivado de uma guerra que se arrastou contra os seus cálculos por oito anos e terminou de maneira inglória para ambos os beligerantes, o Iraque não pensa reconstruir o país mobilizando nesse sentido as suas energias. Não. Em primeiro lugar, ele exige que os árabes lhe risquem do passivo a dívida de 40 biliões de dólares que lhe emprestaram e que, segundo a sua versão, foram consumidos a defender a causa árabe...

Em segundo lugar, ele deseja uma larga porta aberta para o mar e não apenas o pequenino escoadouro de Fao, deixado pelos colonizadores britânicos. Em terceiro lugar quer dominar o comércio do petróleo, à custa da posse das jazidas do Koweit. Para convencer os recalcitrantes, nada melhor do que uma invasão fulminante. Com o Koweit no papo, com o facto consumado, Hussein vai agora negociar. Não pagará a quem deve nem precisará muito senão de novas armas, que aliás há muito deseja adquirir para o seu arsenal. É que Hussein ainda tem outro ponto no programa: ser o chefe da causa árabe...

Começou pelo Koweit...

6.AGO.90

CORREIO da manhã

De um artigo de Jacinto Ferreira:

(...) Tem sido tomado conhecimento de levas de eleitores conduzidos em transportes de autarquias dominadas pelo Partido Comunista, a pretexto de lhes facilitar a deslocação até às assembleias de voto, coisa muito parecida com as votações na Rússia, feitas debaixo de forma. Ainda há pouco, em Espanha, foram anuladas as votações em algumas cidades por terem sido verificadas chapeladas e outras coisas mais. E se há sociedades onde as eleições são, hoje em dia, sérias e ordeiras, não é por virtude do sistema mas da educação dos cidadãos que não se deixam tentar pelas ilegalidades a que ele, claramente, convida. (...)

6.AGO.90

NÃO PODEMOS IGNORAR

Se estiver na praia, de férias e descontraído, não leia a reportagem de Fernando Dacosta sobre Moçambique no «Público». É o pesadelo que vem de longe.

Se estiver num bom almoço, proíba que lhe mostrem as fotografias da reportagem. É o horror que se senta à mesa. Se viu e leu, já não pode ignorar, como diz o eterno poema de Sophia de Mello Breyner. Aquele olhar esfaimado não precisa de tradução, o grito de socorro diz-se em português.

Quando o mundo foi alertado pela fome na Etiópia, as televisões estrangeiras «invadiram» intencionalmente as consciências à hora de jantar.

Era uma denúncia ao consumismo de uns e à carência de muitos milhões. Aconteceu a solidariedade, muito ficou nos bolsos de quem especula com a fome e a morte reinstalou-se naquela gente, agora mais faminta e menos crédula.

Este é, aliás, um dos argumentos para aquietar os ânimos pouco dispostos ao incómodo desta realidade. O outro, mais científico, é que este drama só se resolve com a paz e o desenvolvimento. É verdade, mas as consciências não ficam mais aliviadas.

Portugal devia liderar uma campanha internacional de apoio urgente a Moçambique. Tem essa obrigação. Nós, cá dentro, devíamos criar mecanismos correctos de solidariedade. É a nossa responsabilidade. Não podemos ignorar...

Perante a tragédia moçambicana perde importância o desbocamento nacional e impõe-se o silêncio e o fazer qualquer coisa... por parentes em dificuldades. Mas o quê?

Pressionar instituições comunitárias e organizações financeiras internacionais. Seria, a primeira vez que Portugal não se apresentaria como pedinte em «causa própria».

Apoiar as organizações não-governamentais como os médicos sem fronteiras.

Dinamizar as aldeias infantis SOS, com «apadrinhamento» de crianças. É mais estimulante salvar uma criança de que se conhece o rosto e o nome, do que enviar dinheiro para um «bolo» de duvidosa aplicação. Não se pode fazer muito mais, mas salvem-se umas quantas crianças.

Há muito que a imaginação nacional sabe fazer, habituada a sobreviver a dificuldades económicas. O departamento de Estado respectivo - a Cooperação - se intermedeia a paz em Angola (com o trabalho correcto de Durão Barroso), não deve esquecer a fome em Moçambique. O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, em viagem por África, tem aqui um bom campo de trabalho e de reconquista de prestígio.

Se está de férias e não tem a reportagem sobre Moçambique, aqui lhe deixo o eco. Talvez você, como eu, se interrogue: Se quiser ajudar, a quem nos devemos dirigir? Não podemos ignorar mais Moçambique. Devemos-lhe isso.

Escutas: é de mais!!

O texto devia ficar por aqui. O doutor Mário Mesquita vai permitir estas linhas. A cena passa-se no dia 30 de Julho pelas 23 e 30. O director do «Independente», dr. Paulo Portas, telefona-me. A chamada foi cortada duas vezes e interrompida ostensivamente a todo o momento.

Ouviram o que não queriam, não nos inibimos nas conversas, mas aqui fica o protesto de uma escuta telefónica que nem tentou a discrição ou a sofisticação...

Há anos, trabalhava na Redacção de o «Diário de Lisboa» e aconteceu uma história semelhante num telefonema com o então chefe da Redacção. Os TLP convidaram-me a visitar as instalações, a Procuradoria investigou e arquivou. Um conselho ao responsável das escutas: há pessoas com quem não vale a pena perder tempo, porque dizem o que pensam, escrevem o que sabem, guardam o que ainda não podem ou querem revelar. Ainda agora estou com pena do funcionário que está a transcrever a conversa...

A capa da revista espanhola «Cambio 16» da passada semana era precisamente a transcrição de uma escuta telefónica entre o director da Judiciária e um famoso jornalista. Ali ao lado, ainda é pior, já toda a gente grava as conversas de toda a gente. A treinarmos desta maneira lá chegaremos.

Fernanda Mestrinho

CARTAS NA MESA

Alerta sobre o Arquivo de Estrangeiros da PIDE

Aproveitando a menção do meu pedido efectuado no debate da Cinemateca (o artigo sobre o ciclo «Lisboa e a Exposição do Mundo Português» foi publicado no «DL» de 27/7/90), gostaria de precisar e acrescentar mais alguns dados sobre este acaso do Arquivo do Serviço de Estrageiros da PIDE-DGS. Assim:

1) Depois de uma vintena de anos na Jugoslávia, uma licenciatura em História e um mestrado, cuja tese, defendida na Universidade de Belgrado, tinha o tema de «Lisboa como centro da emigração jugoslava (1941-45)», tentei completar, no regresso a Portugal (fins de 1986), as pesquisas realizadas nos arquivos jugoslavos;

2) Após obtida a autorização do Serviço de Cooerdenação de Extinção da PIDE/DGS e LP, visitei os ficheiros da PIDE no forte de Caxias. Como nada encontrei, foi-me dito que não tinham qualquer ideia onde se podia encontrar o dito arquivo;

3) Comunicado este facto a um funcionário superior deste Serviço, fui aconselhado a falar com alguém da Guarda Fiscal. Mais uns telefonemas e um oficial falou-me da existência de tal arquivo e que este já se encontrava, há uma boa dezena de anos, no actual Serviço de Estrangeiros do Ministério da Administração Interna;

4) Ali, finalmente, uma dirigente das Relações Públicas disse-me que o arquivo estava num sótão situado na Rua Conselheiro Silvestre Ribeiro, impossibilidade total para qualquer pesquisa historica e teria umas 300 caixas de documentos. Nessas caixas estariam documentos a partir dos anos 30, mas não teriam grande interesse, pois a sua maioria seria constituída por pedidos de vistos e pouco mais. Estava prevista a microfilmagem dos documentos mais imporantes e a destruição dos restantes. Faltavam só as verbas para esta «solução final» ser concretizada;

5) Perante esta situação a que chegou este arquivo, onde talvez se encontrem todos os dados mais importantes dos milhares de refugiados que passaram a viveram em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, não deixei de alertar as instituições e pessoas que podiam estar interessadas na salvaguarda deste património arquivístico;

6) Em 1987, o presidente do Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP prometeu-me que iria comunicar estes factos à Assembleia da República, exigindo a entrega deste arquivo à sua guarda. Igualmente, escrevi uma carta ao presidente da Comissão Instaladora do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Dois anos depois, mais uma carta para o Instituto Português de Arquivos;

7) Como todas as muitas tentativas de conseguir trabalhar no ensino não deram frutos, tive de procurar sobreviver por outro lado e, reconheço, esqueci-me um pouco deste caso de desleixo que chamo somente de arquivístico para não ferir as susceptibilidades mais sensíveis.

A iniciativa do «DL» e da Cinemateca obrigou-me, todavia a não perder esta excelente oportunidade para alertar os possíveis interessados (com responsabilidades e possibilidades) para um solução deste caso as verbas não tenham sido obtidas e as destruições tenham ficado por fazer, então faço votos para que rapidamente este fundo de documentos ocupe uns metros dos muitos quilómetros de estantes do novo edifício da Torre do Tombo. Que assim seja! Que Clio nos ouça, já que os mortais deste País ligam tão pouco a estas pequenas coisas do nosso passado recente...

Jorge P. Santos Carvalho

INTERNACIONAL

Sanções na ONU e preparação de intervenção militar

Comunidade internacional aperta cerco ao Iraque

A comunidade internacional está a apertar o cerco a Saddam Hussein. A aprovação ontem à noite no Conselho de Segurança da ONU de sanções contra o Iraque, a presença na Turquia e na Arábia Saudita dos principais representantes da política externa norte-americana, respectivamente, o secretário de Estado, James Baker, e o secretário da Defesa, Dick Cheney, para além da partida de vários navios de guerra para a região do Golfo, são sinais claros que a ocupação iraquiana do Kuwait está longe de ser «total e irreversível» como defendeu ontem Hussein perante o representante diplomático dos EUA em Bagdad.

Desde a sua criação em 1945 que a ONU não aplicava tão severas sanções contra um país, como as que aprovou ontem à noite por 13 votos e duas abstenções (Cuba e Iémen) pedindo as todos os Estados-membros que praticamente cortem relações económicas e militares com o Iraque. O Conselho de Segurança adoptou a resolução 661, que só encontra paralelo em termos históricos com as aplicadas contra a Rodésia em 1967 e a África do Sul em 1977. A resolução 661 é tão vigorosa na condenação ao Iraque, que o embaixador deste país junto à ONU, não hesitou em comparar o Conselho de Segurança ao «Ministério de Negócios Estrangeiros dos EUA»...

Enquanto esperam uma melhor posição no terreno militar que lhes proporcione outros argumentos para demover Saddam Hussein de permanecer no Kuwait, os norte-americanos não perdem tempo em preparar-se para uma eventual pressão armada.

Está desde ontem na Arábia Saudita (país que é considerado o maior aliado de Washington na região), o secretário da Defesa, Dick Cheney, acompanhado por diversos especislistas do Pentágono. Acredita-se que estarão a preparar, para já, um esquema militar conjunto que dissuada as tropas iraquianas de atacar. Esta hipótese tornou-se mais provável depois da aprovação da resolução da ONU que, no caso de a seguirem, implicaria para os sauditas no fechamento de um oleoduto que leva o petróleo iraquiano para o Mar Vermelho.

O terminal, no Mediterrâneo, de um dos oleodutos iraquianos que atravessa a Turquia transportando petróleo. Bagdad decidiu encerrá-lo ontem

Segundo a edição de hoje do jornal norte-americano «Washington Post», Saddam Hussein convocou ontem o representante diplomático dos EUA em Bagdad, James Wilson (encontro já confirmado pela Casa Branca) para lhe dizer que atacará a Arábia Saudita se esta encerrar o oleoduto e que se os norte-americanos intervirem no conflito sairão dele «envergonhados». Hussein terá ainda sublinhado que o Kuwait pertencia agora ao Iraque e que não há qualquer possibilidade de retorno à situação anterior.

Baker na Turquia

A questão dos oleodutos é também um dos motivos da visita do secretário de Estado, James Baker, à Turquia, prevista para hoje ou amanhã. Membro da NATO e com intenções de um dia vir a pertencer à CEE, a Turquia, onde passam dois oleodutos que conduzem o crude iraquiano ao Mar Mediterrâneo, viu-se num dilema entre a obediência aos seus anseios ocidentais e uma posição mais prudente em relação ao seu poderoso vizinho. No início da tarde de ontem, o Iraque supreendeu tudo e todos ao anunciar que fechava um dos seus oleodutos e reduzia em 30 por cento o volume transportado pelo outro. Há quem diga que Bagdad se antecipou a uma decisão inevitável de Ankara ou que o embargo comercial já começou a funcionar, com o petróleo iraquiano a não encontrar mercados de escoamento.

De qualquer maneira, o presidente turco Turgut Ozal, que há dois dias recebeu uma visita «ameaçadora» do vice-primeiro-ministro do Iraque, deu ontem a entender que o seu país vai fechar completamente o segundo oleoduto, seguindo a indicação da resolução 661 da ONU.

Sob o aspecto militar, a Turquia também parece estar prestes a desempenhar um papel importante na situação que se vive no Golfo. Segundo duas cadeias de televisão norte-americanas, CBS e NBC, os aviões bombardeiros FB-111, os mesmos que foram usados no ataque à Líbia e que normalmente estão estacionados na Grã-Bretanha, chegaram ontem à Turquia e estão a 600 quilómetros da fronteira com o Iraque. Uma fonte do Pentágono disse, no entanto, que se trata de «uma pura coincidência», estando os aviões a participar em exercícios há muito previstos.

Ainda sob o aspecto militar multiplicam-se os indícios de que os EUA estão a apertar o cerco ao Iraque. A força naval comandada pelo porta-aviões «Independence» está já à entrada do Golfo, no Mar da Arábia. Um outro porta-aviões a propulsão nuclear, o «Eisenhower», acompanhado por uma escolta de 12 navios, prepara-se para atravessar o canal do Suez e ficar posicionado no Mar Vermelho. Com estas duas acções, os EUA colocam duas importantes forças navais em pontos estratégicos na Península Arábica.

Mesmo assim, mais cinco navios, equipados com unidades anfíbias e com «marines» a bordo, deixaram ontem portos norte-americanos em direcção ao Mediterrâneo Oriental.

Para responder a uma eventual intervenção militar (comandada pelos EUA ou por uma força multinacional a serviço da ONU), o Iraque dispõe, para além do seu exército de um milhão de homens, de um trunfo importante: os reféns ocidentais.

Chegaram ontem a Bagdad os 35 conselheiros militares britânicos aprisionados no Kuwait e diversos cidadãos norte-americanos e alemães-federais. Hoje foi confirmado que as tropas iraquianas detiveram os 200 passageiros de um vôo da «British Airways» que fazia escala no Kuwait no dia na invasão, tendo-os mandado de autocarro para Bagdad.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

Investidores internacionais

Esperar para ver qual é a situação

A situação explosiva no Golfo Pérsico lançou, não por perigo de vidas humanas mas por inquietação sobre os preços do petróleo, grande inquietação nas principais bolsas de valores do mundo, nomeadamente Wall Street e Tóquio. E, por coincidência inocente ou revelando um excelente sentido de oportunidade, os trabalhadores das plataformas de petróleo do Mar do Norte entraram em greve, exigindo melhores condições de segurança, o reconhecimento do seu sindicato e a reintegração de um milhar de camaradas seus, que foram despedidos por ocasião da greve anterior, na passada quinta-feira.

Wall Street sofreu a sua maior quebra desde o mini-crack de Outubro de 1989 mas isso não impediu - de certo modo causou - uma subida do dólar, como a que se verificou em Tóquio. Desorientados pela conjuntura, muitos investidores continuaram a escolher o dolar como um refúgio seguro para os seus investimentos.

Disparo da inflação

No entanto, em Nova Iorque, os investidores parecem ter adoptado uma atitude de «esperar para ver», não optando pelo dólar - disse um cambista de um grande banco europeu com delegação na cidade - como «refúgio» dos seus capitais.

Naturalmente, o que sobe é o preço do petróleo e isso lançou várias preocupações sobre um provável disparo das taxas de inflação em muitos países do Ocidente. Robert Brusca, economista da Nikko Securities Co., de Nova Iorque (firma de investimentos) qualificou a situação de «confusa e caótica». E acrescentou: «Os investidores não sabem o que fazer».

Não há, contudo, sinais de um clima de pânico nas maiores Bolsas mundiais. Apesar da inquietação e dos movimentos vários, a dominante parece ser a atitude de «esperar para ver», o internacional «wait and see».

No caso particular dos norte-americanos e tendo em conta a opinião de agentes internacionais, começam a ser previstas dificuldades para a habitual operação trimestral de refinanciamento do Tesouto dos EUA, que ocorrerá esta semana e na qual os investidores costumam participar largamente.

Por outro lado, não é segredo para ninguém que a economia norte-americana se encontra com uma saúde frágil, a qual inevitavelmente piorou com a subida do preço do petróleo.

Voltando, por fim, à greve dos trabalhadores das plataformas de extracção de petróleo do Mar do Norte. A menção da reivindicação de melhores condições de segurança deve ser associada à lembrança de que há cerca de seis meses houve, numa das plataformas, uma explosão que causou muitas vítimas mortais. De qualquer modo, o preço do petróleo bruto Brent, do Mar do Norte, subiu dos 26,10 dólares por barril, registados ao fim da tarde de ontem, em Londres, para os 28,65 que esta manhã atingiu no mercado londrino.

Redacção «DL»/AFP

O helicóptero é um dos bons exemplos da «mobilidade» de forças militares que um antigo director da CIA preconiza para as Forças Armadas norte-americanas. Neste caso, um helicóptero prepara-se para descer no convés de um navio dos EUA

Com as suas vendas de armas a países dotados de regimes políticos imaturos e autoritários, países ocidentais e a URSS ateiam incêndios. E, depois, como acontece agora no Golfo Pérsico, com o expansionismo militarista do Iraque, mostram-se preocupados com a manutenção da paz e para a garantir, procedem a concentrações militares, neste caso navais, na zona do incêndio

O porta-aviões norte-americano «Independence» que foi destacado para o Golfo Pérsico, na sua qualidade de «base aérea móvel», característica fundamental para a estratégia dos EUA

Cheney na Arábia Saudita para prevenir o pior

«Quando for necessário, queremos ter opções disponíveis», afirmou o secretário de Estado norte-americano da Defesa, Dick Cheney, que ontem se deslocou a Ryad, a capital da Arábia Saudita, para estudar juntamente com as autoridades locais uma eventual resposta à invasão iraquiana do Kuwait.

A visita de Cheney, acompanhado por uma importante delegação de altos responsáveis do Pentágono, visa obter um eventual acesso às pistas de aviação e às instalações navais existentes na Arábia Saudita, assim como apresentar informações detalhadas às autoridades de Ryad das manobras dos militares do Iraque junto das suas fronteiras.

Actualmente, segundo os observadores internacionais, apenas é considerada como realista a possibilidade dos países árabes e do Ocidente efectuarem um bloqueio militar ao Iraque. Este bloqueio, acompanhado pela manutenção de sanções económicas - que poderiam tornar-se obrigatórias nos termos do capítulo VII da Carta das Nações Unidas -, e o eventual fechamento dos oleodutos que conduzem o petróleo iraquiano através da Arábia Saudita e da Turquia teria duas vantagens: por um lado seria uma das decisões menos difíceis a aplicar a curto prazo e constituiria, por outro lado, a que menos riscos apresenta quanto a uma extensão incontrolável do conflito.

Esta opinião é reforçada por vários círculos diplomáticos, uma vez que se considera que os Estados Unidos não estão preparados para uma intervenção militar rápida no Golfo. Esta opinião foi veiculada antigo director da CIA, os serviços de informação norte-americanos, Stansfield Turner, segundo o qual os EUA devem rever toda a sua estratégia «segundo um princípio simples mas fundamental assente na mobilidade».

Numa entrevista publicada pelo diário francês «Liberation», Turner considera que um bloqueio naval ao Iraque é possível na condição de que todos os países árabes e do Ocidente tomem uma posição nesse sentido. É igualmente necessário, que a Arábia Saudita e a Turquia fechem os oleodutos que transportam o petróleo iraquiano, quer no Mediterrâneo, quer no Mar Negro, acrescenta.

EUA: dificuldades

Turner afirma que os Estados Unidos «não podem, de momento, fazer nada contra um exército de um milhão de homens». Seriam necessárias várias «semanas» para que uma operação conjunta da Marinha e da Força Aérea se pudesse realizar.

«A nossa base deve ser o mar. É necessário levar porta-aviões e esquadras de bombardeiros para a região do Golfo. A partir dos porta-aviões pode-se atacar os alvos iraquianos» afirmou Turner.

O antigo responsável da CIA preconiza igualmente o envio de «divisões ligeiras aerotransportadas pelo mar» - várias «centenas de milhar» - com um número equivalente a metade dos soldados iraquianos.

Turner lamenta o facto de todo o dispositivo militar americano tivesse sido orientado tendo em vista uma guerra terrestre na Europa, apesar de nos últimos anos os especialistas «económicos e militares terem afirmado que a região do Golfo é vital para o mundo livre».

A intervenção iraquiana no Kuwait mereceu também a reflexão do antigo responsável da Direcção Geral da Segurança Externa (os serviços de contra-espionagem) Pierre Marion acusou a França de ter seguido em relação ao Iraque uma «política imediatística» e «incoerente», e de ter negligenciado os interesses geo-estratégicos em proveito dos interesses comerciais.

Numa entrevista concedida ao diário «Le Figaro» Marion considerou «chocante» o facto de a França ter continuado a armar o Iraque depois do fim da guerra com Irão, em 1988. Durante os últimos anos a França permitiu a Bagdad juntar «cerca de um quarto da sua força militar», actual, isto é, uma «esquadra considerável composta de 210 aviões de combate Mirage, helicópteros e mísseis, todos eles equipados com uma tecnologia de ponta».

Marion afirma ainda que no início de 1990, a Thomson vendeu equipamente electrónico de ponta, no valor de 900 milhões de dólares, e que permitiram ao Iraque transformar os aparelhos soviéticos em aviões-radar. Quatro sociedades francesas forneceram a Bagdad tecnologia necessária para aumentar até mil quilómetros o alcance dos mísseis soviéticos Scud, na posse do Iraque, melhorando igualmente a sua precisão de tiro.

Os cenários da guerra

Para o presidente da Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes norte-americana, o democrata Les Aspin, os EUA seriam obrigados a intervir directamente no Golfo caso o Iraque invadisse a Arábia Saudita.

Perante este cenário, os EUA disporiam de três opções como resposta a um eventual ataque-relâmpago por parte do Iraque aos campos petrolíferos situados ao longo do Golfo na costa Nordeste da Arábia Saudita.

Para Aspin, que prestou estas declarações à cadeia de Televisão dos EUA, CBS, a primeira opção consistiria em pôr fim à progressão iraquiana através de ataques aéreos: se, por um lado, o terreno é favorável a uma progressão rápida dos blindados estes, por outro lado, seriam alvos fáceis a um ataque aéreo.

A segunda opção seria a de «levar a guerra até Bagdad» ocupando território iraquiano.

A terceira hipótese, considerada a mais arriscada de todas, seria a de colocar tropas americanas ao longo da linha de progressão das forças iraquianas, com um objectivo estratégico semelhante ao da brigada estacionada em Berlim, durante a Guerra Fria, desempenhando uma função simbólica de dissuasão. Em caso de um ataque por parte do Iraque, estas tropas teriam a função de retirar rapidamente. A sua presença constituiria uma mensagem ao Presidente iraquiano Saddam Hussein: «Se atacarem estas tropas, haverá uma guerra até ao fim».

Informação COMERCIAL

LINHA DE SINTRA

Informa-se os Srs. Passageiros que, por motivo de trabalhos de revisão integral da catenária, são suprimidos, entre **QUELUZ e CACÉM**, nos dias 7, 8, 9 e 10 de Agosto, os seguintes comboios:

QUELUZ-CACÉM

Comboios com saída de Queluz às — 9.57h, 10.13h, 11.13h e 11.49h.

CACÉM-QUELUZ

Comboios com saída de Cacém às — 9.55h, 10.11h, 10.27h e 11.51h.

CP — Caminhos de Ferro Portugueses
Serviço Comercial do Tráfego Suburbano

Caminhos de Ferro Portugueses

Informação COMERCIAL

LINHA DE SINTRA

Informa-se os Srs. Passageiros que, por motivo de trabalhos de revisão integral da catenária, são suprimidos, entre **QUELUZ e SINTRA**, no dia 11 de Agosto, os seguintes comboios:

QUELUZ-SINTRA

Comboios com saída de Queluz às — 11.07h, 11.39h, 12.11h, 12.43h, 14.03h, 14.35h, 15.07h e 15.39.

SINTRA-QUELUZ

Comboios com saída de Sintra às — 11.11h, 11.43h, 12.15h, 14.07h, 14.39h e 15.11h.

CP — Caminhos de Ferro Portugueses
Serviço Comercial do Tráfego Suburbano

Caminhos de Ferro Portugueses

OLIVEIRA & LEAL, Lda

Móveis • Estofos • Decorações

(CASA FUNDADA EM 1945)

— Mobílias de quarto e sala em todos os estilos — Móveis estilo inglês — Móveis TV vídeo.
— Jogos de maples em pele, globlam, veludo.
— Arcas, camas de ferro, colchoaria.
— Mobília em nogueira, incluindo camiseiros. Escrivaninhas, mesas holandesas, etc.
— Mobiliário em pinho — sommiers.
— Móveis em todos os estilos por desenho e por medida.

Entregas em qualquer ponto do país
Rua da Rosa (Bairro Alto), 73-81 — 158-160
Tel. 321872 (200 m2 exposição)

Governo de F. de Klerk e ANC chegam a acordo

ANC suspende luta armada na África do Sul

O Congresso Nacional Africano decidiu suspender «com efeito imediato» a luta armada que dura há 29 anos contra o regime sul-africano, anunciou ontem Nelson Mandela, o vice-presidente do ANC, à saída de 15 horas de conversações com o Governo do Presidente Frederik de Klerk, em Pretória.

A assinatura do acordo entre o ANC e o Governo sul-africano, já conhecido pela «Acta de Pretória», representa um importante passo no levantamento dos obstáculos para o início das discussões da revisão da Constituição, que deverá pôr fim ao regime do *apartheid*, e confirma o clima de optimismo que ontem reinava nos círculos políticos moderados na África do Sul quanto à possibilidade de um entendimento entre as duas partes.

Em consequência da suspensão da luta armada por parte do ANC, o Governo de Frederik de Klerk aceitou igualmente chegar a um acordo quanto à libertação dos presos políticos que se iniciará, segundo o *timing* saído das conversações, a 1 de Setembro, bem como o de amnistiar os exilados políticos apartir de 1 de Outubro.

Segundo ainda a «Acta de Pretória», estes dois processos a encetar pelo Governo de de Klerk deverão ter uma duração de seis meses ou, considerando alguns atrasos devidamente justificáveis, não poderão ultrapassar o mês de Abril do próximo ano.

Entretanto, um calendário sobre a libertação dos presos e do regresso dos exilados deverá ser establecido com exatidão, anté ao fim de Agosto, pelo o grupo de trabalho conjunto constituído entre o ANC e o Governo, após a primeira ronda de conversações de 2 a 4 de Maio em Groote Shuur, perto da Cidade do Cabo.

A suspensão da luta armada constituia uma das exigências fundamentais por parte de Pretória para ultrapassar o impasse nas negociações com o ANC. Por isso mesmo, a par da decisão de ontem anunciada por Nelson Mandela - que considerou a posição ontem assumida pelo ANC como uma «concessão muito significativa» - registaram-se progressos consideráveis em outras áreas sensíveis para a alteração do actual regime sul-africano.

Entre esses progressos, são de assinalar a decisão do Governo de Frederik de Klerk de tomar medidas imediatas no sentido da «abolição» de certas cláusulas da Lei de Segurança Interna, o levantamento do estado de emergência nas províncias do Natal, «logo que possível e à luz das consequências positivas que deverão resultar deste acordo». Esta última referência trata-se de uma clara alusão, segundo os observadores, à necessidade de se registar uma diminuição da violência na região do Natal, onde os confrontos entre os simpatizantes do ANC e os membros da comunidade zulu, afecta ao Inkatha, fizeram já três mil mortos.

De referir ainda que o Governo de de Klerk deverá rever ainda as disposições legais que impõem uma presseguição aos membros do Partidos Comunista da África do Sul (SACP), que se encontra ligado ao ANC.

Redacção «DL»/AFP

Presidente paquistanês demite Benazir Bhutto

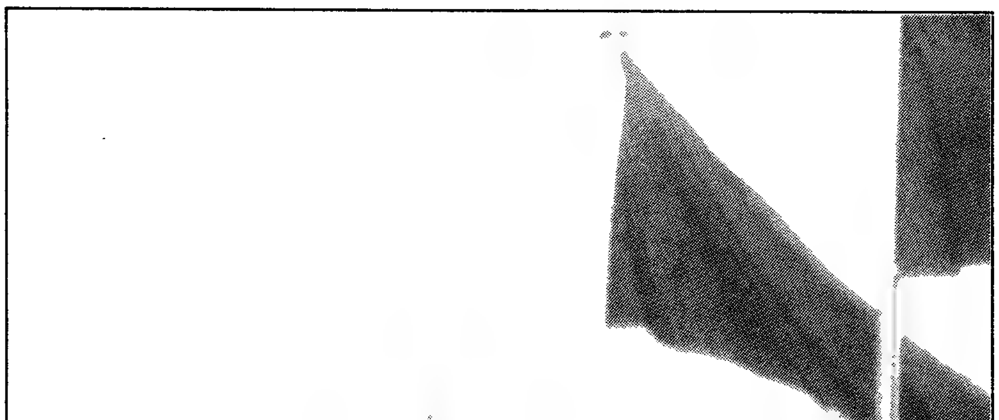
Menos de dois anos após o regresso da democracia ao Paquistão, o chefe de Estado paquistanês demitiu Benazir Bhutto do cargo de primeiro-ministro, anunciou a dissolução da Assembleia e a realização de eleições gerais antecipadas marcadas para 24 de Outubro.

Duas horas antes do anúncio da decisão presidencial, tropas paquistanesas tomaram posições à frente da residência da chefe do Executivo, assim como perante as instalações da rádio e da televisão.

Denunciando a «corrupção» do Governo, a «violação» de vários artigos da Constituição e a impossibilidade das instituições funcionarem normalmente, o Presidente Ghulam Ishaq Khan justificou a sua decisão de demitir o Governo e nomear para primeiro-ministro interino Ghulam Mustafa Jatoi, vindo da oposição.

Benazir Bhutto qualificou de «ilegal e anticonstitucional» a decisão do Presidente paquistanês de a demitir do cargo de primeiro-ministro e de dissolver a Assembleia, e considerou que as razões apresentadas contra o seu Executivo eram «vagas e sem substância»

AFP



Pequim e Jacarta de mãos dadas A actual visita à Indonésia do primeiro ministro chinês, Li Peng, assinala o já previsto reatamento das relações diplomáticas entre Pequim e Jacarta, cortadas em 1967, em resultado do Golpe de Estado anti-comunista dado pelo general Suharto. Camboja e Timor Leste são temas de renovada actualidade. Bandeiras dos dois países flutuam em Jacarta

BREVES

EUA e Vietname reunem pela 1ª vez

Delegações dos EUA e do Vietname reuniram-se pela primeira vez para discutir um acordo de paz que ponha fim à guerra civil cambojana. Na reunião, que se realizou na representação vietnamita na ONU, as duas delegações discutiram assuntos como a auto-determinação do povo cambojano através de eleições gerais e a restauração da paz naquele território impedindo que os «khmers vermelhos» voltem ao poder. Segundo uma porta-voz do departamento de Estado norte-americano, as conversações foram «extremamente úteis», prevendo-se para breve uma segunda roda de conversações.

Kreysky enterrado com honras nacionais

Realiza-se hoje, no cemitério de Viena o funeral do antigo chanceler austriaco Bruno Kreysky, falecido a 29 de Julho. A cerimónia funebre terá um caracter de acontecimento nacional e será precedida de uma cerimónia oficial no Parlamento austríaco. A família, atendendo a um pedido de Bruno Kreysky, pediu para que, em vez de serem depositadas coroas de flores na sua campa, fossem oferecidos donativos à fundação pela defesa dos direitos humanos com o nome do político.

Ex-guerrilheiro torna-se ministro

Um antigo chefe da guerrilha do movimento M19, Antonio Navarro Wolff, aceitou o cargo de ministro da Saúde que lhe foi conferido pelo novo Governo colombiano do Presidente Cesar Gaviria. Navarro que se juntou à guerrilha em 1978, tornando-se em 1985 um dos principais dirigentes do M-16, declarou, na sequência de um encontro com Gaviria, que a sua acção enquanto ministro visará sobretudo a implementação dos serviços sanitários para a população mais desfavorecida.

Brasil prepara-se para a renegociação da dívida

Os trinta bancos privados, credores de mais da metade da dívida externa brasileira, foram convidados pelo Governo de Brasília a enviar os seus representantes à capital para este último tomar conhecimento dos pontos de vista dos seus principais credores privados, antes de lhes apresentar uma proposta de renegociação da dívida. As discussões para a renegociação da dívida deverão ter lugar de 20 deste mês a 14 de Setembro.

Morreu Jaques Soustelle

Jaques Soustelle, antigo ministro do General De Gaulle, etnólogo de fama mundial e membro da Academia Francesa , faleceu aos 78 anos, na noite de ontem em Neuilly-sur-Seine, em França. Soustelle, nomeado governador da Argélia em 1955, especialista da America pré-colombiana, fora eleito membro da Academia Francesa, a 2 de junho de 1983, ocupando o lugar de Pierre Gaxotte.

Líbano pede retirada de combatentes libaneses

Segundo fontes aficiais o Líbano pediu ao Irão para retirar o contingente de 1500 «guardas revolucionários» do seu território. A decisão do Governo do primeiro-ministro Selim Al-Hoss, tornada pública ontem mas tomada há já duas semanas, vem na sequência de relatos segundo os quais o contingente de «guardas revolucionários» iranianos estariam a ajudar os muçulmanos Xiitas do Hezbollah (Partido de Deus) na luta contra as milícias Amal, pró-sirias, no Sul do Libano.

Eltsine dissocia-se do debate económico

Boris Eltsine, o presidente da Federação Russa, dissociou-se dos debates sobre o programa do Governo para a passagem à economia de mercado que deverá ser apresentado, em Setembro, no Soviet Supremo soviético. Pelo contrário, Eltsine está directamente ligado ao trabalho da comissão independente sobre «os princípios económicos do novo Tratado da União, baseados nas relações de mercado». Esta comissão, que será controlada directamente por Eltsine e Gorbachev, «estudará todas as propostas já apresentadas sobre a questão económica pelas Repúblicas, nomeadamente a Russia, a Ucrânia, os Países Bálticos e a Bielorússia.

EXCLUSIVO

Que perigos correm as jovens adolescentes em férias, acompanhadas apenas pelas amigas?
O problema pode ser de como os pais as educaram

«Minha filha quer ir sozinha para férias»

Quais são os pensamentos da mãe ou do pai de uma adolescente que vai uns dias sozinha para a praia com amigas? Que não seja capaz de cuidar da sua vida sexual, que venha a relacionar-se com «gente esquisita», que já não necessite da protecção dos pais, que se esqueça dos conselhos e advertências... que... cresça, definitivamente, e essa viagem se converta num ensaio de como pode e é capaz de viver sozinha...

Minha filha Janet tem 17 anos e foi para uma praia, para um campo de férias, sozinha com três amigas. Não queria que ela fosse, mas minha mulher insistiu. Diz que é uma boa maneira de cortar o «cordão umbilical». Mas a mim incomoda-me. Janet está sozinha e isso incomoda-me, inquieta-me, embora reconheça que durante este período minha mulher e eu poderemos gozar uma maior intimidade.

A psicologia diz que os pais não devem ser castradores e ela quer dar à garota toda a liberdade. A mim, isto faz-me medo, por isso disse a minha filha que telefonasse todos os dias, o que não sucede, para a controlar.

A filha adolescente que resolve partir sozinha para férias é um dos problemas mais frequentes que os pais devem defrontar durante o Verão. Poucas situações são mais difíceis para eles do que saber fazer face a estas ânsias de independência que despertam numa rapariga de 17 anos. Os impulsos de libertação que normalmente sacodem os adolescentes neste período nem sempre são bem aceites pelo núcleo familiar.

Não obstante, a jovem que quer ir sozinha para férias deve ser compreendida e apoiada. As adolescentes, assim como atravessam por momentos aquilo que chamam a sua «independência», noutros preferem ser e sentir-se apoiadas. E esta «ida e volta» deve ser fluida.

Férias a sós: drama para os pais, liberdade para as filhas...

É durante a adolescência que a fé dos pais na sua filha se vê submetida a uma dura prova, mas o que é afectado não é somente a sua confiança, mas sim a confiança naquilo que foi oferecido e transmitido.

Assim como aos 12 anos as jovens tratam de resolver os problemas com os pais no âmbito familiar, na adolescência o normal é tentarem escapar a esse círculo. O período ideal para a experiência são as férias e valerá certamente a pena que Janet a leve a cabo, pois isso permitir-lhe-á ir descobrindo a própria identidade. Estas «férias» que a si mesmos se concederam Janet e os pais serão benéficas para todos. Enquanto a filha está de férias os pais poderão viver melhor a sua relação conjugal. Claro que há pais que não se permitem ou não desejam enfrentar uma intimidade que, na maioria das vezes, os assusta e o resultado é proibirem à filha essas férias «libertadoras».

O outro extremo é formado por aqueles que insistem que a adolescente deve voar, para que se torne rapidamente independente. Muitas vezes tal sucede porque a presença da adolescente se lhes torna insuportável. Este exemplo é mais comum nos Estados Unidos e nos países nórdicos do que na América Latina, onde a ideia de família é um conceito tradicional e arreigado. Mas nem um nem outro são exemplos positivos de como encarar o processo de independência de uma adolescente. Cada coisa em seu tempo e se Janet pede para ir para um campo de férias com as amigas, é porque se sente em condições de fazê-lo.

A reacção suscitada no pai de Janet perante estas férias é normal. Para os pais é quase sempre conflituoso tomar consciência de que uma filha de 17 anos pode e deve estar sozinha. Entre outras coisas recorda-lhes que «se vão fazendo velhos», o que actua como obstáculo para a independência dos filhos.

Os pais racionalizam a situação e procuram como impedimentos causas aparentemente lógicas (muita gente esquisita», «estará sozinha»). Outro inconveniente que trava a independência de Verão é a falta de clareza relativamente à conduta sexual. Há que ter em conta que tipo de vida familiar teve a jovem. Se se trata de um núcleo harmonioso, os pais podem estar tranquilos: quer seja na praia quer numa discoteca, a rapariga levará dentro de si, sempre, a imagem harmoniosa do lar.

O significado erótico que muitas vezes tem esta ideia das férias pode confundir os pais, mas há que lembrar que uma filha de 17 anos tem uma sexualidade muito viva. Na altura em que se acerca da sua plenitude, os pais entram na fase decadente das suas necessidades sexuais. É agora que a jovem tem necessidade de orientar a sua sexualidade. Até ainda não há muito o mundo da jovem era constituído pela mãe e pelo pai, que lhe preenchiam todas as necessidades. A experiência de viver quinze dias ou um mês de férias com um grupo de amigas permitir-lhe-á integrar-se como uma pessoa adulta, encontrar uma identidade própria e combinar os impulsos sexuais e afectuosos numa íntima correlação.

As necessidades de uma garota de 11 anos, aluna do ciclo preparatório, não são as mesmas de uma adolescente de 17, já próxima da Universidade e os pais devem olhá-las de maneira diferente. Assim, como durante a infância o rapaz encontra uma zona livre de conflitos dentro da família, durante a adolescência é fora do âmbito familiar que encontra a identidade própria. Os pais podem acompanhar de maneira amigável a filha na planificação destas férias, por exemplo, colaborando na escolha do apartamento a alugar ou mantendo uma boa relação com as amigas que com ela compartilharão as férias.

O mesmo sucede com as cartas e as chamadas telefónicas que, quando não são utilizadas como meros instrumentos de controlo, permitem que a nova situação se desenrole com fluidez. recordemos que a adolescente quer independência, mas em certas alturas quer ser dependente, isto é, quer sentir-se recordada e querida e que estas são etapas que devem ser respeitadas.

Uma jovem de 17 anos tem maturidade, ainda que as suas regras sejam diferentes e os seus valores se assemelhem mais aos de um cantor em voga que aos de seus pais. A violência da rebeldia reflecte, a miúde, o esforço necessário para superar os laços que a unem aos seus pais. Estes não devem olhar a filha como uma pessoa hostil. O tempo passou e ela já não é uma garota.

«DL»/Agência Europeia de Imprensa

AGITURISMO

Agencia de Viagens e Turismo, S.A.

SEMPRE MAIS LONGE

APOSTAMOS NA QUALIDADE
PARA UM SERVIÇO EFICIENTE

VIAJE CONNOSCO
CONTACTE-NOS

URSS

20/08 a 31/08 — 3 cidades
Moscovo - Leninegrado - Kiev 158 000$
24/08/ a 07/09 — Sibéria
Moscovo, Irkutsk - Alma-Ata - Tachkent - Samarkand 179 000$
31/08 a 14/09 — Moldávia
Moscovo - Leninegrado - Kichinev/Odessa - Kiev 179 000$
03/09 a 14/09 — 3 cidades
Moscovo - Leninegrado - Kiev 158 000$
03/09 a 17/09 — Clássico
Moscovo - Leninegrado - Minsk - Kiev 174 000$
14/09 a 24/09 — 3 cidades
Moscovo Leninegrado - Kiev 126 000$
01/10 a 10/10 — 3 cidades
Moscovo — Kiev - Minsk 131 000$
01/10 a 10/10 — 3 cidades
Moscovo-Leninegrado-Volgogrado 115 000$

AGITURISMO
AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, SA
Rua da Glória, 43 — 1200 LISBOA — Telefs.: 37 31 10/1 - 346 59 52/3 - 346 72 02 — Telex: 16999

Chamas devastam encosta do Caramulo

Rui Pacheco

Panorama desolador na região do Guincho e Malveira da Serra

A encosta do Caramulo e a zona de Miodela, no distrito de Viseu, estão a ser devastadas pelas chamas, «sendo imprevisível a sua extinção» na primeira, disse esta manhã ao DL o operador Oliveira, do Centro da Coordenação Operacional (CCO). A situação no resto do País aparentava alguma acalmia ao fim da manhã, depois de inúmeros fogos que ontem deflagravam terem sido extintos durante a madrugada.

Segundo a fonte do CCO, «o vento que se faz sentir na zona de Viseu está cada vez mais forte, impedindo a actuação dos aviões no auxílio ao controle da situação. Esperamos que em Miodela o fogo esteja extinto no início desta tarde, enquanto em relação ao Caramulo não seja possível prever o seu resultado, uma vez que aquela encosta está repleta de pinhal resinado e o fogo lavra há vários dias».

No distrito da Guarda, «a situação está controlada», informou uma fonte dos bombeiros daquela cidade. Ontem, esta região inspirava algumas preocupações devido aos 20 incêndios que deflagravam por toda a parte. A falta de acessos e o vento forte prejudicam o combate às chamas. Porém, o esforço dos bombeiros, soldados e GNR conseguiu vencer as chamas, que se encontravam, esta manhã, completamente extintas.

Em relação ao fogo de Manteigas, a Polícia Judiciária tem «fortes suspeitas» de que a sua origem tivesse sido criminal, estando neste momento «a proceder a investigações».

O incêndio que deflagrava ontem, ao fim do dia, na floresta da Pampilhosa da Serra, foi controlado durante a madrugada de hoje. Um elemento dos bombeiros locais disse que «neste momento a situação está calma, mas nunca se sabe quando tudo pode reacender. Depende da intensidade do vento nas próximas horas».

Na Malveira da Serra, distrito de Lisboa, o incêndio que tinha sido dado como extinto no princípio da manhã, reacendeu há poucas horas, desconhecendo-se, até ao fecho da nossa edição, o desenrolar dos acontecimentos.

O Centro de Coordenação Operacional da Sertã, informou que «a situação no distrito de Castelo Branco está controlada, procedendo-se, a partir deste momento, a medidas de prevenção». Esta região era considerada, ontem à noite, pelos bombeiros da zona como «um pasto de chamas», uma vez que o fogo lavrava em nove dos onze concelhos. Belmonte, Monte do Bispo, Covilhã, Malpica do Tejo e Serrinha são algumas das localidades onde o fogo teve de ser combatido pelo Bombeiros Voluntários de Castelo Branco e Penamacor.

Desde o início do mês que a vaga de incêndios tem destruído milhares de hectares de eucaliptal, mata, searas e terras de cultivo, chegando mesmo a pôr em perigo várias localidades, transformando, principalmente o centro do País, num verdadeiro «braseiro».

Na região do Alentejo foram registados durante os meses de Junho e Julho 734 incêndios, dos quais 650 foram rurais, tendo sido consumidos mais de 4800 hectares de mato e pasto, disse Jorge Rodrigues, inspector geral de bombeiros do Alentejo.

Deputados e autarcas falam em crime organizado

Presidentesde Câmaras e deputados estão convencidos que a actual onda incendiária que assola o País de Norte e Sul «é crime organizado». É esta a opinião de de Herculano Pombo e Rui Silva, que a exprimiram numa reunião da comissão parlamentar que esta manhã se reuniu com o secretário de Estado-adjunto da Administração Interna, Branquinho Lobo. É também a posição de Abílio Curto, presidente da Câmara Municipal da Guarda, que fala em «crime e terrorismo organizado» e exige do poder central medidas adequadas.

Medidas mais eficazes sugeriu Herculano Pombo ao secretário de Estado Branquinho Lobo, nomeadamente a necessidade de um «estudo sério» com vista à aquisição de um «Canader», o avião canadiano mais apropriado ao combate de incêndios. A sua tese é de que se estão a dispender verbas significativas com aviões e helicópteros no atatque aos incêndios, sem os resultados pretendidos: o País ardeu este ano, em termos relativos, mais do que em 1989.

O deputado dos «Verdes» sustenta que se trata de um problema vital para o País -- a defesa das suas florestas e espaços verdes. «É uma questão de defesa nacional em que as Forças Armadas têm de ser mobilizadas contra o inimigo, que não sabemos se é interno se é externo», frisou.

Na reunião desta manhã, mantida com Branquinho Lobo, este lembrou que o presidente do Serviço Nacional dos Bombeiros afirmara a semana passada através da televisão que a «situação está sob controlo». Herculano Pombo apontou algumas medidas prioritárias e que não são dispendiosas. Recomendou a criação de uma espécie de «115» na luta contra os incêndios - forma de todo o cidadão avisar os bombeiros em situação de fogo - e a mobilização do País numa espécie de alerta contra a situação.

Segundo ele, cerca de 90 por cento são incêndios de origem criminosa. «Quanto mais o Governo faz, mais o País arde», sublinhou o deputado dos «Verdes», em resposta aos pontos de vista expressos por Branquinho Lobo.

Por seu turno, o deputado renovador, Rui Silva, questionou o Ministério da Administração Interna sobre a posição que assumirá no próximo mês, sabendo-se que «com tudo seco e ressequido em Agosto, é em Setembro que os fogos atingem maiores proporções e maior dramatismo». Rui Silva frisou que «o País arde há cinco anos» e «os madeireiros continuam, impunemente, a obter lucros chorudos».

Contactado esta manã pelo «DL», Abílio Curto, presidente da Câmara Municipal da Guarda - uma das regiões mais sacrificadas pelas chamas - admitiu vir a pedir a declaração de «calamidade pública». Pensou fazê-lo ontem na sessão pública da Câmara, adiando a acção para que sejam todos os autarcads da região a fazerem-no.

Abílio Curto acentuou que «o terrorismo organizado» vai ao cúmulo de incendiar, com dois dias de intervalo, zonas que não foram completamente queimadas, exigindo maior autonomia para as forças especiais de prevenção e poder de decisão, que neste momento pertence ao representante do Governo. Apelou ainda à prevenção, sensibilização e atribuição de mais meios aos bombeiros, na linha da intervenção feita esta manhã no Parlamento por Rui Silva.

Júlio Rodrigues

Obras da Via do Infante iniciaram-se com discrição

A construção da Via do Infante, com a qual se pretende eliminar os congestionamentos de trânsito no Algarve, foi ontem iniciada no concelho de Castro Marim, sem parangonas, ao contrário do que seria previsível num acontecimento desta importância. A excessiva discrição deve-se, provavelmente, à contestação de que tem sido alvo o traçado escolhido, criticado por agricultores e defensores do ambiente.

O governador civil de Faro, Cabrita Neto, foi a única entidade oficial que assistiu aos trabalhos de limpeza do terreno onde se irão iniciar as terraplanagens do primeiro troço da via.

Ligando o Nó da Pinheira ao Nó da de Tavira, o referido troço tem uma extensão de 22 quilómetros e inclui igual número de obras de arte, entre as quais uma ponte de 600 metros, sobre o rio Gilão e outra de 400 metros, sobre a ribeira de Almargem.

B R E V E S

RTP insiste em despedimentos

As conclusões do instrutor do processo movido pela RTP às jornalistas Maria Antónia Palla, Margarida Marante e Maria Elisa apontam para o seu despedimento. A apreciação final cabe agora ao Conselho de Gerência que, nos termos da lei, enviou ontem o processo à Comissão de Trabalhadores. Àquelas três jornalistas e a outros trabalhadores da empresa foram movidos processos, nos termos de uma circular interna, de Janeiro, que considera incompatíveis as funções de chefia e direcção em órgãos de imprensa com as que ocupam na RTP. Diana Andringa, que foi alvo de idêntico processo, não figura na lista das conclusões de instrução uma vez que a providência cautelar que apresentou teve parecer favorável no Tribunal do Trabalho e o seu processo encontra-se suspenso. ntretanto, a continuação de Barata-Feyo na direcção da revista «Grande Reportagem» não está ainda decidida, estando a RTP a negociar com a editora D. Quixote a criação de uma empresa editorial conjunta para publicarem a revista. O jornalista foi também alvo de um processo disciplinar.

Negociações suspendem greve nos aeroportos

As negociações entre o Sindicato dos Técnicos de Segurança Aérea (Sitecsa) e o Conselho de Gerência da ANA recomeçam esta tarde, às 15.30 horas, depois de os responsáveis da empresa «terem suspendido, à 1.45 desta madrugada, unilateralmente, a reunião que decorria desde as 15 horas de ontem», afirmou ao DL Rogério Ferreira, dirigente da estrutura sindical, que representa os técnicos de telecomunicações aeronáuticas. «Devido a alguns indícios positivos, o Sitecsa suspendeu a greve às 20.30 horas, mas como eles não se confirmaram, retomou-a quando a reunião foi interrompida e não a suspenderá mais até ao final das negociações», acrescentou. Até à suspensão, a greve provocou a inoperacionalidade de alguns equipamentos, com a consequente perturbação do tráfego, disse o sindicato.

Taxista ferido a tiro por assaltante

Um taxista foi, na madrugada de ontem, alvejado a tiro num ombro pelo cliente que conduziu à Amadora. Delfim Pereira Martins ao chegar ao fim da corrida foi intimado palo cliente, um indivíduo ainda jovem, a entregar todos os valores, sob amcaça de um pistola A tentativa de resistência valeu-lhe um tiro..

LOTARIA POPULAR

1º - 349167	[illegible]
2º - 111961	[illegible]
3º - 038525	[illegible]
4º - 346083	[illegible]
Terminações em 9167	[illegible]
Terminações em 167	[illegible]
Terminações em 961	[illegible]
Terminações em 525	[illegible]
Terminações em 083	[illegible]
Terminações em 00,12,19,39,78,87 e 99	[illegible]

O município de Loures pôs os moradores da Serra da Luz em sobressalto com um comunicado público que parece não ter fundamentos sólidos

A Terra Fervida está a arder

Anabela Loureiro

Uma população no limiar das condições mínimas

«Terra fervida» era o nome dado, no passado, ao actual bairro da Serra da Luz, uma zona de construção clandestina situada na encosta de uma colina do concelho de Loures. Foi crescendo ao longo dos anos com a conivência dos responsáveis das diferentes vereações e hoje é um degradado conjunto de habitações, em situação «de alto risco», segundo a Câmara Municipal cujo gabinete de informação e relações públicas emitiu recentemente um comunicado que veio quebrar a tranquilidade dos moradores, habituados à paz, apesar dos «perigos» que podem correr.

A população do bairro, comerciantes e moradores, está alarmada com as informações difundidas pelos serviços da autarquia. E tem razões para estar preocupada. Uma «folha informativa» municipal, divulgada entre os moradores diz *só isto:* «O bairro da Serra da Luz está em alto risco. Novas construções colocam em perigo a população. A Câmara sugere a sua demolição. Estudos elaborados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Hidrotécnica Portuguesa concluiram que o bairro Serra da Luz encontra-se numa situação de alto risco de desabamentos, devido à sua localização em zona sísmica, colocando em perigo a população do bairro. Este facto é tão preocupante que obrigou a Junta Autónoma das Estradas a desviar a construção da CRIL, inicialmente prevista para esta zona».

Não é preciso chegar ao bairro, basta vê-lo - igual a outros construídos clandestinamente na mesma zona - para ter vontade de sorrir. Quanto custaria deitar abaixo centenas de moradorias e pequenos prédios e cortar a encosta para fazer uma via rápida como a projectada?

O comunicado camarário acrescenta que «a zona onde o bairro Serra da Luz se insere é considerada reserva ecológica nacional devido aos seus declives muito acentuados e aos terrenos sísmicos que interditam qualquer tipo de construção e impedem a sua recuperação».

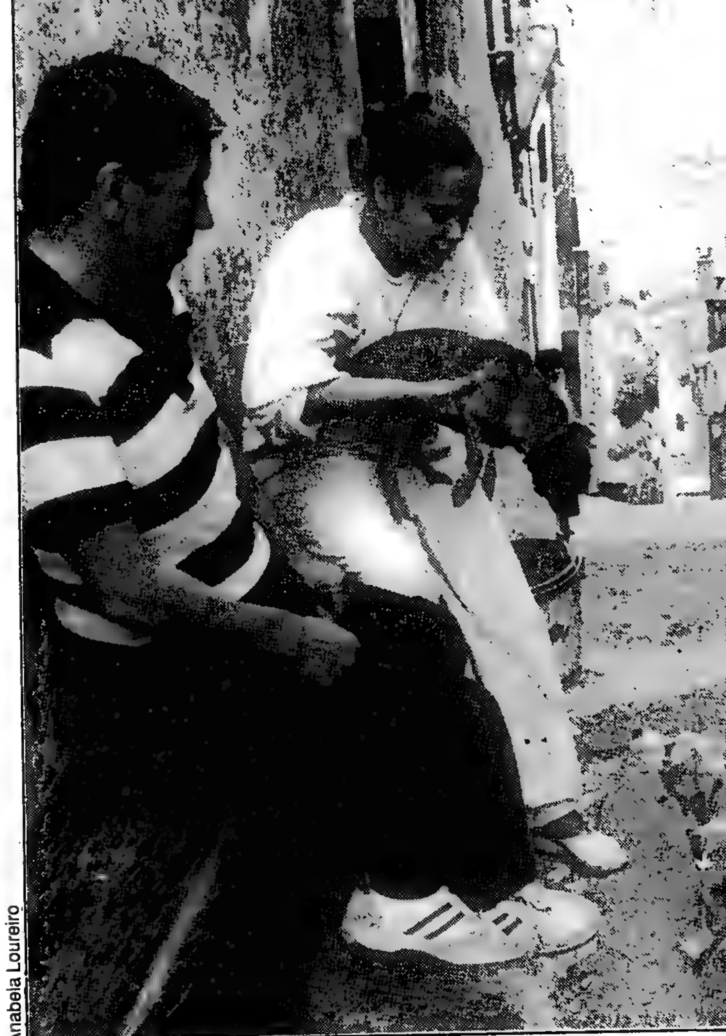
Por estranho que possa parecer, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, através do seu porta-voz, garantiu que o LNEC nunca efectuou nenhum estudo sísmico da zona. «O que pode ter sucedido, é a Câmara ter ido buscar informação a relatórios do laboratório sobre outras matérias», acrescentou a mesma fonte.

Não se faz nada

Por entre a degradada e suja escadaria «Dom João II», por onde passa grande parte das pessoas que atravessam o bairro, subindo e descendo a íngreme encosta, não se ouve uma única palavra de apreço aos responsáveis do município e pouca gente dá crédito aos avisos de risco em caso de sismo.

Leonor Lameirão, doméstica, e mãe de dez filhos - quase todos criados no bairro - diz que zona perigosa é a baixa pombalina, se o mar quiser repetir a tragédia de 1755. «Aquilo, debaixo de terra é tudo água, aqui, nem no terramoto de Fevereiro de 1969 sucedeu nada», diz com ironia, convidando-nos a entrar em sua casa, para mostrar que os alicerces são resistentes. Ela lamenta «o que andam para aí a dizer nos jornais» e faz questão de lembrar, à semelhança dos seus vizinhos, que «aqui nunca se deu nada; não se faz é nada!». Um morador que pára para escutar a nossa conversa tem uma voz igualmente agreste em relação à Câmara: «Há dois anos tivemos uma reunião na junta de freguesia, eles prometeram fazer melhoramentos nas ruas, que no Inverno ainda são piores, mas não fizeram nada».

É praticamente impossível, face ao que é visível, deixar de ter em conta que o município de Loures é muito sensível no jogo político a nível autárquico e não só. De gestão comunista desde 1979, o município passou a merecer importância de primeira página desde que o candidato do PSD às últimas eleições, Pacheco Pereira, levou o Parlamento a abrir um inquérito sobre eventuais facilidades concedidas pela edilidade ao Partido Comunista para a organização da Festa do Avante, entretanto transferida para os terrenos adquiridos pelo PC no Seixal, onde também



Anabela Loureiro

Por enquanto, nada quebra a tra

CONCESSIONÁRIOS
A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

há suspeitas de facilidades dadas pelo município, de vereação maioritariamente comunista. O partido de Cunhal perdeu a maioria absoluta em Loures e sobretudo desde então, nada sucede ali que não mereça uma atenção especial por parte dos analistas políticos.

O mal está nos especuladores

O presidente da Câmara em exercício, Demétrio Alves, na conversa que manteve connosco minorou o tom alarmista do seu gabinete de informação e relações públicas, e foi pouco claro na explicação dos perigos sísmicos da zona. Afirma que a intenção é apenas a de «alertar os moradores da Serra da Luz para a ameaça que constitui o aumento de construções clandestinas». A fiscalização camarária terá encontrado um novo incremento dessas edificações, construídas em grande parte por terceiros, que não as utilizam para habitação própria mas sim para efeitos especulativos. «Há casas que são alugadas por cinquenta contos e mais», diz-nos o autarca.

Uma encosta de «alto risco»

...bra a tranquilidade do quotidiano

Demétrio Alves afirma ter no concelho 15 bairros clandestinos «não recuperáveis» e quatro «de alto risco». A Serra da Luz, onde habitam cerca de oito mil pessoas, é naturalmente um deles.

«Onde colocar essa gente, se me pergunta como vou resolver esse problema», diz-nos. E transfere a situação para o âmbito nacional: «Neste momento, perante a postura da política de habitação social do Governo, não vejo nenhuma solução», afirma.

Curiosamente, muito perto da zona visada, junto à estrada que separa os bairros Padre Cruz do da Serra da Luz, estão a ser construídos 714 fogos residenciais, subsidiados pelo Instituto Nacional de Habitação do Ministério das Obras Públicas. Já no município de Lisboa.

No limiar das condições mínimas

O autarca assegura que a Câmara já gastou 80 mil contos em infra-estruturas no bairro mas que não pode ir mais longe, sob o risco de ser acusada de proteger a construção clandestina, reconhecendo que o bairro está «no limiar das condições mínimas» de habitabilidade.

Os residentes reconhecem que há «negócio» com o aluguer de casas, mas negam que ele seja mais especulativo do que é em outros bairros, sejam eles clandestinos ou não. «E não há nada rendas de 50 contos por mês», asseguram.

Alguns comerciantes, do talho à camisaria, passando pela tasca, têm opiniões comuns. Grande parte está na Serra da Luz há mais de trinta anos e nunca se passou nada como agora. Fazem quase um côro contra a Câmara que afirmam não fazer nada pelo bairro e é perceptível, nas palavras de alguns, uma certa dose de anti-comunismo. «São todos camaradas» dizem-nos. «Em vez de melhorarem as condições em que vivemos, preferiram construir aquele complexo mais para turista ver, que só serve é os moradores do bairro Padre Cruz. À Serra da Luz ninguém liga», lamenta um logista.

Com efeito, dois passos acima há um jardim, com um pequeno complexo desportivo e um miradouro que não estará a ter grande aproveitamento. Estava às moscas quando por lá passamos e é preciso não esquecer que se está em tempo de férias escolares.

E em tempo de férias só o diabo se lembraria mesmo de levantar assuntos antigos sem solução à vista. Ou será um exercício para continuar a perder simpatias?

Pereira de Almeida

Anabela Loureiro

Descer as escadarias do bairro é uma aventura

Portugueses no Japão: cristianismo e tipografia

Portugal está presente na feira «Viagens 1990», em Nagasaki, com uma exposição sobre a nossa presença naquela cidade japonesa, nos séculos XVI e XVII. A réplica de uma igreja e de uma prensa lembram que foram os portugueses que ali introduziram o cristianismo e a tipografia.

As autoridades japonesas gastaram 500 mil contos para montar o nosso expositor denominado «Pavilhão Namban». Este pretende ser a réplica de uma igreja de 1601 construída naquela cidade em forma de templo japonês. São ainda feitas referências à influência portuguesa ao nível da música, vestuário, alimentação, artes e costumes. A iniciativa está patente ao público até Novembro.

A área destinada a Portugal conta um pouco da história de Nagasaki. No porto local foi construída uma ilha artificial que pretende ser a reprodução do único local onde os ocidentais comercializavam com o Japão. Comércio esse iniciado pelos portugueses, no século XVII. Os holandeses foram os segundos a serem autorizados a terem actividades comerciais com este país.

«Dejima» é o nome da ilha artificial com cinco mil metros quadrados, um terço da ilha real, com a mesma designação, que existiu no século XVII. Para além de Portugal, estão representados a Holanda e outros países que assinalam a influência europeia neste país, em particular em Nagasaki.

O embaixador de Portugal no Japão, José de Mello Gouveia, na visita que efectuou ontem à «Viagens 1990», assinalou o facto de as autoridades portuguesas terem aproveitado esta exposição para a promoção turística do nosso país centrada na gastronomia. Este elogiou, também, o trabalho realizado por técnicos e artistas japoneses.

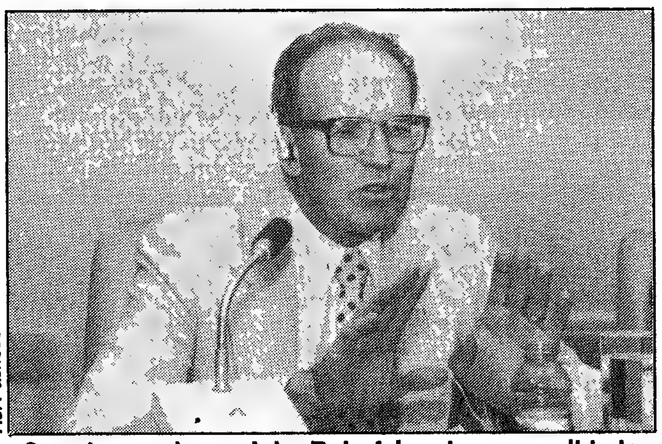
A presença portuguesa foi hoje assinalada com a chegada da Lorcha «Macau», navio da Marinha portuguesa que se encontra no Sul do Japão em promoção de Macau. Amanhã decorrem as celebrações do «Dia do Porto», cidade geminada desde 1979 com Nagasaki.

No interior do pavilhão, uma jovem vestida de minhota recebe os visitantes distribuindo-lhes material turístico de Portugal e de Macau. Existem, também, uma série de cenas sobre a viagem marítima até ao Japão, reproduções de naus portuguesas, um grande painel em azulejos e mapas antigos. Encontram-se ainda na feira produtos portugueses: vinhos, cerveja, cerâmicas, vidros, azulejos e cristais.

Cortesia, isenção e transparência são características que têm de fazer parte de todos aqueles que trabalham nos serviços públicos

Função Pública exige ética

«A ética e a deontologia são valores fundamentais para uma administração pública mais eficiente» disse ontem Joana Orvalho, directora do Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA), durante um colóquio realizado no Ministério da Justiça, por esta instituição e que contou com a participação do norte-americano John Rohr, professor na Universidade de Virginia, que falou da experiência nesta área no seu país.



Rui Pacheco

O norte-americano John Rohr falou de uma realidade bem diferente da portuguesa

Sem apresentar grandes soluções, John Rohr referiu-se a uma sociedade diferente da portuguesa, a uma cultura distinta e a formas de acção que poderão ser aplicáveis em Portugal, com os devidos ajustes.

Por cá foi feito um estudo por João Figueiredo, do Instituto de Reinserção Social, com o objectivo de «fornecer alguns elementos de reflexão aos funcionários e aos serviços. Uma reflexão individual, partilhada ao nível de cada unidade e subunidade orgânica dos serviços, uma reflexão alargada em eventuais debates inter-sectoriais no quadro das responsabilidades», refere o autor na introdução do seu trabalho.

Vargas Moniz, assessor do SMA, disse, ao DL, que «há um modelo que tem de ser atingido. É necessário haver isenção, neutralidade, sigilo, transparência, cortesia, e muitos outros factores por parte do funcionário público. Nós sabemos que isso não acontece, na sua generalidade, o que suscita uma certa preocupação, levando-nos a reflectir sobre o problema».

João Figueiredo refere no seu estudo que «a ética, como conjunto de normas de conduta, não se limita a ser uma 'ciência dos costumes' meramente descritiva. Trata do 'dever-ser' e não apenas do 'ser'. A realidade moral ou ética é o agir livre do homem confrontado com a norma que o rege.

«Entende-se por serviço público uma actividade material desenvolvida por alguém em organismos públicos. A ética dos funcionários traduz-se no conjunto de normas de conduta que os funcionários devem observar na sua actividade profissional», salientou.

Duas das normas para o 'bem agir', incluídas no estudo que foi distribuído aos participantes no colóquio, referem que «os funcionários públicos dever exercer as suas funções com lealdade e obedecer, nos termos da lei, às ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos. Para além disso, os funcionários, quando em contacto directo com o público, devem, com respeito, dignidade e adequada cortesia, esclarecer os cidadãos utentes, quanto aos seus direitos e deveres, nos termos das leis e regulamentos, orientá-los e apoiá-los na resolução dos seus problemas, na satisfação das suas necessidades e no cumprimento das formalidades necessárias».

G. O.

Regiões atlânticas em debate no Porto

O Forum Portucalense organiza, no início de Outubro, no Porto, um ciclo de conferências sob o tema «Arco atlântico». Entre os cerca de 30 oradores das regiões atlânticas europeias, destaca-se a presença do comissário europeu, Cardoso e Cunha, o Presidente do Governo Regional da Galiza, Fraga Iribarne, e os presidentes dos governos regionais da Madeira e Açores, Alberto João Jardim e Mota Amaral.

Prevê-se ainda a participação de Miguel Perez Perez, presidente da Confederação Industrial da Galiza, Agostinho da Silva, Lucas Pires, Adriano Moreira, Jaime Gama, Braga da Cruz, Artur Jorge, Ludgero Marques e Vergílio de Carvalho.

Com esta iniciativa, o Forum Portucalense pretende «suscitar a reflexão e o debate publícos sobre questões que preocupam o quotidiano das regiões atlânticas».

Os temas para discussão neste ciclo de conferências são, entre outros, a política portuguesa em relação à «vertente atlântica», as consequências das mudanças no Leste, a identificação histórica das várias regiões do atlântico europeu e as perspectivas do mercado único europeu para aquela área.

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	44$05	50$05
ALEMANHA FED. (marco)	87$45	88$65
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	4$061	4$311
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	119$60	122$10
(notas de 5 a 1000)	120$10	122$60
DINAMARCA (coroa)	22$90	23$30
ESPANHA	1$383	1$503
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	137$40	140$90
(notas de 5 a 1000)	137$90	141$40
FINLÂNDIA (marka)	36$95	37$55
FRANÇA (franco)	26$05	26$75
HOLANDA (florim)	77$60	78$70
IRLANDA (libra)	235$45	239$45
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$878	$933
NORUEGA (coroa)	22$50	23$00
REINO UNIDO (libra)	259$05	263$55
SUÉCIA (coroa)	23$75	24$25
SUÍÇA (franco)	103$75	105$25
VENEZUELA (bolívar)	2$544	3$344

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MOITA

ANÚNCIO

O Dr. José António Penetra Lúcio, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca da Moita.

FAZ SABER QUE no dia 14 do próximo mês de Novembro de 1990 pelas 9 horas, neste Tribunal Judicial, nos autos de Carta Precatória n.° 36/90, 2.ª secção, vinda da 1.ª secção do 1.° Juízo do Tribunal Judicial de Leiria e extraída da Execução Sumária n.° 86/88 que TITOI — Representações, Ld.ª, move contra FREITAS GONÇALVES E BENILDO, Ld.ª, com sede na Rua 1.° de Maio, n.° 42 na Baixa da Banheira, hão-de ser postos em praça pela segunda vez, para serem arrematados ao maior lanço oferecido acima de matade dos valores indicados no processo, os seguintes bens:

UM lote de 150 pares de sapatos, em vários tamanhos e cores em estado novo;

UM lote de 36 pares de sapatos pretos para senhora, de vários tamanhos de salto raso, em estado novo;

UM lote de 150 pares de sapatos para homem, em várias cores e tamanhos, em estdo novo e uma máquina registadora de marca «DATAMAC» electrónica de cor cinzenta, em bom estado de conservação e funcionamento.

O Juiz de Direito
José António Penetra Lúcio

A Escrivã-Adjunta
Alierta G.R. de Jesus

«DL» — 2.ª PUB. — 7/8/90

Salão português em perspectiva europeia

Expolíngua 90 valoriza aplicações práticas

A iniciativa que em Outubro a Expolíngua Portugal concretiza em Lisboa, no Forum Picoas, será caracterizada, segundo uma fonte das entidades organizadoras, por uma maior atenção dedicada aos aspectos relacionados com a aplicação prática da língua. Este propósito, manifestado ao DL por um membro da organização, constitui simultaneamente um enunciado de programa e um termo de comparação com o primeiro certame, realizado o ano passado.

Com a mostra que estará aberta ao público entre 2 e 4 de Outubro, Lisboa firma a sua posição no grupo de cidades europeias em que decorrem anualmente salões dedicados às línguas -- Barcelona, Bruxelas, Frankfurt, Genebra, Londres, Madrid e Paris. Como membro que é da CEE e na perspectiva da formação do mercado único europeu, Portugal necessita de alargar, aos seus cidadãos, as possilidades de aprendizagem das outras línguas da Comunidade, e de incentivar, entre os seus parceiros e nas instituições comunitárias, a divulgação do português.

O Segundo Salão Português de Línguas e Culturas integra, *grosso modo*, um conjunto de iniciativas culturais e sociais e uma exposição participada por várias dezenas de entidades. As comunicações e debates programados versam diversos temas, entre os quais «Formação profissional e a aprendizagem da língua», «O português no Mundo», «Tecnologias educativas e aprendizagem de língua». Estão ainda agendadas questões como «Cultura, ciência e tecnologia», «Português, anos 90: uma perspectiva multilíngua e multicultural».

O carácter ambivalente da Expolíngua é traduzido na própria definição dos seus objectivos. Segundo a secretária-geral da iniciativa, Vanda Müller, tanto «a oferta de oportunidades de estudo de línguas no estrangeiro aos portugueses» como a «criação de oportunidades aos centros de línguas portugueses e brasileiros especializados no ensino de português como língua estrangeira de se porem em contacto com agências estrangeiras de viagens de estudo» constituem finalidades do certame.

Aquela responsável sublinha também o objectivo de «criar a segunda conferência internacional e intercontinental consagrada à Língua Portuguesa». Enquanto língua mãe falada em quatro continentes, o português vai ser objecto, por parte da Expolíngua, da tentativa de «pôr em contacto especialistas que a apresentem tal como tem evoluído, e continuará a evoluir, em cada um desses países», sustenta Vanda Müller.

Em Braga prepara-se a criação de um centro de investigação para o desenvolvimento produtivo das ciências

Universidade do Minho incuba o futuro

A Universidade do Minho formou uma instituição com uma associação de municípios para a formulação de projectos destinados a servir as empresas

Braga pode vir a tornar-se sede de um Centro de Acolhimento de Investigadores, a concretizarem-se as diligências já em curso para a adaptação das instalações do antigo seminário dos Carmelitas, na Falperra. Desde há muito tempo que a Irmandade de Santa Maria Madalena e Santa Marta procurava adequado aproveitamento do velho edifício, tendo-se já pensado numa unidade hoteleira e em outros projectos turísticos.

A nova hipótese surge com a constituição, em Braga, em Fevereiro passado, do Centro de Investigação Multidisciplinar e Aplicado (CIMA), modelado de acordo com instituições similares da Alemanha e do Japão. O centro assume-se como *forum* para o diálogo multidisciplinar para o desenvolvimento produtivo das ciências.

No CIMA estão reunidos universitários portugueses e estrangeiros que procuram encontrar um espaço onde cientistas e técnicos possam trabalhar em conjunto sobre um lema multidisciplinar e realizar *workshops* e colóquios para intercâmbio de resultados.

A ideia nasceu em Lisboa, mas a dificuldade de encontrar sede adequada na capital fez surgir a hipótese da transferência para Braga, onde foi formalmente constituído.

De momento, resta saber até que ponto as forças vivas da região estarão suficientemente sensibilizadas para apoiarem financeiramente o empreendimento, pois que desde já se sabe que a adaptação do antigo seminário para as suas hipotéticas novas funções representará um dispêndio de 150 ou 200 mil contos.

Isto porque as instalações definitivas do CIMA exigirão a construção de um anfiteatro para 100 pessoas, salas de seminários com 20 e 40 lugares, sala para refeições com cozinha própria, biblioteca para um mínimo de 5 mil volumes, 10 a 20 gabinetes e ainda o alojamento para cientistas e famílias que ali realizem, durante alguns meses, trabalhos de investigação.

Universidade associa-se às empresas

A Universidade do Minho e Associação de Municípios do Vale do Ave acabam de constituir formalmente, em Guimarães, a Tecminho, uma associação Universidade/empresas para o desenvolvimento da região de Entre-Douro-e-Minho, no seio da Comunidade Económica Europeia. Além dos dois promotores iniciais poderão ser consideradas sócios fundadores as empresas que, até 31 de Dezembro, subscrevam uma quota de 500 contos e se comprometam a um apoio de cem contos anuais.

A Tecminho nasce como uma instituição de «chapéu», sob cuja influência se espera venham a nascer projectos que aproveitem e orientem o dinamismo empresarial do Vale do Ave e de todo o Entre-Douro-e-Minho e representa uma nova abertura da Universidade do Minho à comunidade envolvente, embora signifique, em primeiro lugar, um aberto desafio ao tecido empresarial.

Segundo Mário Araújo, um dos seus principais impulsionadores, «O centro de cooperação industrial tem por objectivo a resolução de problemas de curto prazo, sendo um órgão de coordenação e serviços técnicos que a Universidade do Minho e outras instituições que possam prestar serviços às empresas e entidades que o solicitem.»

Com este centro pretende-se criar uma estrutura para prestação de serviços que estabeleça a ligação entre as empresas e os serviços especializados existentes, sobretudo os da Universidade do Minho, a fim de dar resposta rápida aos problemas propostos pelas empresas.

Dois projectos básicos

A Tecminho conta já com dois projectos básicos: o instituto de *design* e *marketing* e a incubadora de empresas. Quanto ao primeiro, pretende ir ao encontro de um dos grandes problemas nacionais que é a falta de capacidade de inovação sistemática da empresa no que diz respeito ao desenvolvimento de novos produtos orientados para mercados, onde os factores dinâmicos de competitividade, nomeadamente o *design*, a qualidade, a imagem de marca e a novidade, sejam aspectos muito mais importantes para o consumidor do que o preço.

Por seu lado, a incubadora de empresas é um instrumento que se pretende utilizar para diversificar de forma planificada o tecido industrial da região. Na incubadora podem iniciar a sua actividade pequenas empresas altamente inovadores em áreas consideradas estratégicas de tecnologia avançada. Estas empresas terão acesso aos serviços centralizados de contabilidade, apoio logístico, telex, fax, correio electrónico, entre outros.

Após o período de incubação e uma vez capazes de por si sós sobreviverem no mercado, estas empresas deixarão a incubadora e reforçar-se-ão na região.

Criminalidade no Porto tem como base a droga

A droga é responsável por 80 por cento da criminalidade com que a polícia se defronta na área do Porto, ao que afirmou, ontem, o comandante da PSP daquela cidade. César Teixeira acrescentou ser «lícito supor que o aumento sistemático de furtos e roubos esteja ligado ao reconhecido agravamento do consumo de narcóticos e que a grande maioria dos autores deste tipo de delitos têm menos de 30 anos».

Aquele oficial, que falava durante as cerimónias alusivas ao Dia do Comando da PSP do Porto, que se realizaram na Foz do Douro, fez um balanço da actuação da corporação durante o ano passado, para esclarecer não ter havido «grande oscilação a respeito de números».

Apesar do seu pessimismo inicial, César Teixeira considerou que os níveis portugueses de delinquência «estão longe de atingir proporções preocupantes ou equiparáveis a outras regiões da Europa, embora exijam ponderação».

Durante a cerimónia alusiva aos 123 anos da PSP/Porto, foram condecorados 6 graduados com a medalha de assiduidade, enquanto outros 11 elementos receberam a medalha de ouro de comportamento exemplar. O ministro da Administração Interna, Manuel Pereira, que presidiu à cerimónia atribuiu o prémio de dedicação ao guarda mais antigo, Serafim Martins da Silva.

Redacção «DL»/Lusa

Feira de Grândola repensa futuro de toda a região

Há meia dúzia de anos não passava de um mercado mensal como tantos outros que se realizam por esse país fora, um lugar despretencioso onde a população procurava abastecer-se para uns tempos.Passando, mais tarde, a uma manifestação anual, o mercado ganhou mais força e tornou-se num polo de atracção das populações limítrofes, criando-se o hábito de organizar a feira durante o mês de Agosto.

Falamos da Feira de Agosto de Grândola, que, este ano, decorrerá entre os dias 24 e 27 deste mês, novamente com organização do município local. O certame, de ano para ano, vem ganhando maior projecção, constituindo hoje uma das principais manifestações que se realizam no sul do país, com um mercado que, embora de âmbito regional, procura divulgar as potencialidades tanto do concelho como de toda a região envolvente.

Nos últimos anos, as prementes questões do desenvolvimento económico e social do Alentejo têm vindo a lograr cada vez maior peso no conjunto das várias vertentes da Feira de Agosto. Desta maneira, este ano, no espaço da Feira assumiram particular relevo a introdução de inciativas ligadas à elaboração e debate do Plano Director Municipal (PDM) que se encontra em fase de conclusão.

Assim, num grande pavilhão,serão expostos os aspectos mais relevantes do programa base daquele PDM, pretendendo-se estabelecer um amplo debate sobre o futuro do concelho, que abarca o desenvolvimento turístico e a faixa litoral, a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida das populações, a agricultura e as suas potencialidades de desenvolvimento, o comércio, a indústria, os serviços, ou sejam, as grandes linhas para o futuro do concelho.

No último ano, o tema central da Feira fora, essencialmente, o passado, debruçando-se os organizadores sobre o que fora feito em prol do desenvolvimento do concelho e da melhoria de vida da sua população.

Paralelamente, não faltarão as diversões, desde as tradicionais de qualquer feira, a concetos de jazz, exibições de grupos musicais da GNR, um festival de folclore, grupos corais alentejanos, etc.

Redacção «DL»

MUNÍCIPIO DE LISBOA

ANÚNCIO N.º 70/90

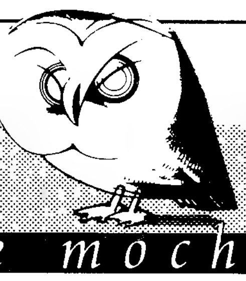
Concurso público para «Empreitada de Conservação dos Equipamentos de Controlo Automático de Tráfego de Lisboa — 1990/1991»

1 — Concurso público promovido pela Câmara Municipal de Lisboa — Departamento de Tráfego — Rua 1.º de Dezembro, 120-5.º — 1200 Lisboa.
Telefone 436 22 81.
2 — Concurso público nos termos do Art.º 49.º do Decreto-Lei n.º 235/86, de 18 de Agosto.
3 — a) Local de execução — Todos os locais da cidade de Lisboa, onde estão instalados equipamentos de controlo automático de tráfego;
b) Designação da empreitada — conservação dos equipamentos de controlo automático de tráfego de Lisboa — 1990/1991;
c) Características gerais da empreitada — Conservação preventiva, reparação de avarias, recuperação de equipamentos, alterações de modos de funcionamento, testes de fornecimento, fornecimento e instalação de equipamentos novos;
d) O preço base do concurso é de Esc: 116 500 000$00 (cento e dezasseis milhões e quinhentos mil escudos), com exclusão do IVA.
4 — Prazo de execução — O período de vigência do contrato será de um ano após a consignação dos trabalhos.
5 — a) O processo de concurso pode ser consultado no DAG — Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal, Avenida 24 de Julho, 171-D e no D.T., Rua 1.º de Dezembro, n.º 120-5.º, durante as horas de expediente;
b) As cópias do processo podem ser requisitadas no Departamento de Tráfego, até oito dias antes do prazo para a entrega das propostas;
c) O montante a pagar pelo fornecimento do processo de concurso é de Esc: 763$00, acrescido do IVA.
6 — a) As propostas deverão ser apresentadas até às 17 horas e trinta minutos do 30.º dia contado a partir do dia seguinte à data da publicação deste anúncio no Diário da República;
b) A sua entrega far-se-á na Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal do Departamento de Administração Geral, Av.ª 24 de Julho, 171-D — 1300 Lisboa;
c) As propostas deverão ser redigidas em português.
7 — a) Poderão intervir no acto público do concurso representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o efeito;
b) O acto público do concurso terá lugar na morada indicada no n.º 6, alínea b), a partir das 14.00 horas do dia últil seguinte ao da entrega das propostas.
8 — A caução é de 5% do valor total da adjudicação.
9 — A empreitada é por **Série de Preços,** nos termos do Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 235/86 de 18 de Agosto.
10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem intenção de se constituirem juridicamente numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.
11 — Natureza e classificação do alvará ou alvarás de empreiteiro de obras públicas:
Apenas serão admitidas as propostas de concorrentes titulares de alvarás da 6.ª subcategoria da VI categoria e da classe correspondente ao valor da proposta, ou ainda os concorrentes que apresentarem alvará equiparado, de acordo com o anexo V do Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março.
12 — O prazo de validade das propostas é de 90 dias.
13 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação da empreitada:
1.º — Número, qualificação, experiência e organização do pessoal a afectar aos trabalhos;
2.º — Relativamente aos meios humanos a afectar aos trabalhos, grau de conhecimento dos Sistemas de Controlo de Tráfego da Cidade de Lisboa;
3.º — Número, qualidade e adequação aos trabalhos dos equipamentos, meios e instalações a afectar ao serviço;
4.º — Prazo considerado necessário para, após comunicação de adjudicação, dispor dos meios humanos, instalações e equipamentos mínimos exigidos antes da consignação;
5.º — Preço.

Paços do Concelho de Lisboa, em 1990/07/23

Publique-se em Diário da República
1990/07/23

O Vereador
A. Anselmo Aníbal



olhar de mocho

Clássicos da TV

O cidadão comum distingue perfeitamente entre carros novos e em segunda mão, entre roupas que se podem comprar nas boutiques da moda e trastes velhos da Feira da Ladra, entre supermercado e sucateiro. Os que comercializam produto novo e os que só vendem o usado são, eticamente, dignos do mesmo crédito, desde que não pretendam enfiar barrete ao consumidor. Na RTP as coisas não se passam exactamente assim. O canal 2 tem há tempos um rubrica curiosíssima: «Clássicos da TV». Para o consumir de cultura média-baixa, que já viu televisão algures na Europa, os programas passados nessa rubrica há anos que foram exibidos e há anos que foram merecidamente esquecidos por não apresentarem qualquer motivo de interesse. Fazem parte do caixote do lixo, e os contentores do lixo são ferramenta de trabalho dos homens que andam ao cartão: buscam e remexem, encontram matérias susceptíveis de serem recicladas nas fábricas de papel, e é esse o seu ganha pão. Se por acaso acontecesse que os homens do cartão encontrassem num contentor de lixo um Van Gogh ou um Picasso, de sucateiros passariam a milionários. Mas não é essa a regra.

Agora temos a época das «Ruas de São Francisco», rebaptizada pelos serviços promocionais da RTP em «Clássicos da TV».

Não se sabe bem o que é que os geniais crânios das programações da 5 de Outubro entendem por «clássico».

Segundo os dicionários, clássico é um autor que por ser acima do vulgar, serve de modelo nas classes onde os alunos aprendem a infância das artes. Mas clássico também pode ser algo que é tradicional. Assim, os homens do papel, vulgo sucateiros, são clássicos nas profissões liberais portuguesas: trabalham por conta própria, têm o mesmo regime fiscal que médicos ou advogados com consultório e escritório próprios, se calhar, até pagam os mesmos impostos, e por último, contribuem para dignificar a respectiva profissão. Vamos a supor que a RTP não está mesmo convencida, ao apresentar-nos as «Ruas de São Francisco», que exibe peças de génio para que os candidatos a profissionais de televisão aprendem a distinguir bons programas de mera sucata. Então fica a ilação de que a nossa produtora de imagens do pequeno ecrã está apenas, a valorizar a digna profissão do sucateiro, ferro-velho, ou homem do cartão. Não podemos negar que se trata de uma maneira de ser clássica e de apresentar profissões clássicas: existe o sucateiro, o homem que anda ao cartão, e o sucateiro de TV, os homens que vasculham os contentores do lixo mais ou menos pelo mesmo preço que o cartão velho é transaccionado nas fábricas de papel sem que ninguém tenha o direito de se queixar _ tudo bem, tudo legal.

Mas verdadeiramente clássica foi aquela anedota exibida em pleno jornal informativo: imagens de mais um prédio que ruiu em Lisboa, imagens das novas casas inteligentes, pergunta do locutor ao técnico americano, «acha que Portugal poderá vir a liderar o processo de comercialização de casas inteligentes?», resposta do americnao, «não, acho que não». É ou não, uma anedota clássica? O sucateiro a pretender liderar o processo mundial de produto novo. Nem o Charlot se lembrou deste *gag*.

José Sousa Monteiro

Música de câmara no Festival do Estoril

A música de câmara tem tido sempre um lugar de relevo no Festival da Costa do Estoril. E este ano assim aconteceu mais uma vez. O Festival iniciou-se, aliás, com um jovem conjunto de grande qualidade: o «Quarteto com piano de Moscovo». Este agrupamento diversificou, porém, a sua actuação, quer agregando um talentoso instrumentista português fixado em Moscovo (o violinista Luís Cunha) para a execução do admirável *Quinteto* do compositor soviético Alfred Schnitke e para a constituição de uma formação apenas de cordas (no *Quarteto* de Luís de Freitas Branco, um dos expoentes da produção portuguesa do género), quer proporcionando ao notabilíssimo pianista Alecsei Eremin (componente do referido agrupamento moscovita) uma actuação solística, precisamente em páginas significativas de Luís de Freitas Branco e Jorge Peixinho, cujos centenário e cinquentenário, respectivamente, de nascimento se comemoram no presente ano.

Um outro conjunto excelente, o «Opus Ensemble» - de constituição cosmopolita mas havendo tido em Lisboa a sua motivação de arranque (de resto elegeu esta cidde como sede oficial) - fez recentemente mais uma das suas sempre categorizadas aparições por estas bandas, integrado igualmente no Festival do Estoril. Foi um programa também variado, inclusive nas diferentes formações em que este agrupamento se metamorfoseou. A constituição algo insólita do «Opus Ensemble» (viola, oboé, piano e contrabaixo) e a envergadura dos intérpretes que o integram explicam fundamentalmente tal orientação. E a verdade é que o «Opus Ensemble» não só utiliza, para seu repertório, um apreciável número de transcrições ou arranjos, como procura suscitar o aparecimento de obras contemplando a sua original composição colectiva. Uma dessas obras é precismente a *Suite de Danças* de Joly Braga Santos, uma das últimas realizações do autor, a qual mereceu, no concerto efectuado no Casino Estoril, uma versão vivaz e comunicativa, em correspondência, afinal, com o teor dessa música.

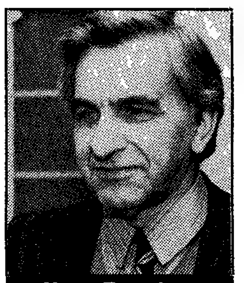
O programa inseria outras duas obras em que o «Opus Ensemble» se fez ouvir *au complet*: a miniatural *Suite Breve* de Frank Martin, de expressão singela, e uma *Homenagem* de Gustavo Beytelmann, peça de linguagem arejada no seu para-expressionismo e escrita para celebrar o 10.º aniversário de existência do «Opus Ensemble».

Os restantes número do programa deram ensejo a uma demonstração das virtualidades individuais dos quatro instrumentistas, através de páginas de épocas e estilos diferentes, assinadas pelo russo Ivan M uller (um *Concerto* em que a versatilidade escorreita e impecável de Anabela Chaves esteve em particular destaque), por Hindemith (*sonata para oboé e piano*, primorosamente tocada por Bruno Pizzamiglio e Olga Prats) e pelo «veterano» e sempre actual JS Bach (Sonata em trio na qual Olga Prats trocou adequadamente o piano pelo cravo). Uma palavra ainda para a musicalidade e a maleabilidade do contrabaixista de eleição que é Alejandro Erlich-Oliva.

O «Quarteto Búlgaro» acaba de efectivar, já com o 16.º Festival do Estoril prstes a encerrar, uma vasta incursão pelo repertório do quarteto de cordas. A Haydn, Schubert, Brahms vieram juntar-se Mozart, Beethoven e Chostakovitch.

Trata-se de um agrupamento fundado em 1956, e portanto ostentando largo currículo, prestigiado com vários galardões e documentado em numerosíssimas gravações, que incluem nomeadamente integrais de Beethoven e Schumann.

A «seriedade» das suas concepções estilísticas, prezando os valores construtivos e traduzindo-se em versões compenetradas e musculadas, encontrou terreno particularmente fértil no *Quarteto op. 18 n.º 3* de Beethoven. Mas não deve passar sem referência especial a interpretação tão impressiva do *Quarteto n.º 2* de Chostakovitch, um dos mestres novecentistas que melhor ilustraram esta forma de câmara por excelência. Vigor, amplo lirismo, ensimesmamento, clima mais desanuviado, pinceladas de humor: tudo isso animou a versão que o «Quarteto Búlgaro» nos deu desta obra atraente e rica de substância.



Nuno Barreiros

O Rei de Nova Iorque

Por coincidência, espero, que não por moda, os ecrãs de Paris cobrem-se de filmes que guardaram os títulos americanos, e já vimos, há pouco, como o matar se apresentava na sua língua original para designar aventuras sem tradução francesa - ou portuguesa, talvez, quando chegar a ocasião da importação... Ao mesmo tempo, é agora caso dum «Maniac cop», duma «War Party» - e deste «The King of New-York», certamente o melhor dos três e por isso merecedor de referência e crónica. E mesmo de atenção especial.

O filme é de Abel Ferrara, jovem marginal do cinema americano, do lado novaiorquino, o seu herói Mack-the-Knife, ou seja um excelente actor de composição, Christopher Walken, misterioso e frio, implacável e romântico como aos «gangsters» compete ser, gente maldita, fora da sociedade e da ordem que com o Bem procura confundir-se. Desde «Scarface» que assim é - título também americano que ficou sem tradução ao longo dos decénios clássicos...

O «King» em questão sai da prisão e procura recuperar o seu reino por outros tomado, agindo para isso em consequência, através de um argumento de esquema convencional, certamente, mas com cenas de fascinante originalidade, pela situação criada e pela montagem do seu desenrolar, altamente sofisticada. Logo a protecção aproximada de que o «gangster» beneficia, de duas guarda-costas, loura uma, negra a outra, de lésbica beleza, situa o ambiente em sua ambiguidade _ que até poética é, ou surreal... Massacres ou atentados mais pessoalizados, desastres provocados, uma violência pura de intenções, quase abstracta na sua amoralidade, - e o filme adquire uma qualidade, senão uma categoria clássica também, duelo final que é, entre forças do Bem e do Mal que nunca são o que convencionalmente deveriam ser, mas assim e ao contrário, se medirmos bem o nosso fascínio de espectador inocente, ou imanente... A morte acaba por apanhar um e outro inimigo, equivalentes de sentido. Porque se a lei é a lei, um «king» é sempre um rei, mesmo em Nova Iorque. Já, por assim dizer, Chaplin o sabia...

J. A. França

BREVES

Faleceu Pedro do Prado

Realizou-se esta tarde para o cemitério dos Prazeres, o funeral do compositor Pedro do Prado, de 81 anos, que ontem faleceu em Lisboa. Pedro do Prado fazia parte do chamado grupo dos quatro, que integrava também os compositores Fernando Lopes Graça, Croner de Vasconcelos e Armando José Fernandes. Fundador e director da «Revista de Música», Pedro do Prado foi o promotor do gabinete de estudos musicais da ex-Emissora Nacional que permitiu a encomenda de sinfonias e concertos de câmara a compositores portugueses como Joly Braga Santos e Armando José Fernandes.

Secretário geral do Círculo de Cultura Musical, Pedro do Prado, até 1974, ano da sua aposentação, foi responsável pelas orquestras sinfónicas da RDP em Lisboa e no Porto e pela Orquestra Ligeira da Emissora Nacional. Pedro do Prado era casado com Lenor de Sousa Prado.

Subsídio da SEC a José Pinheiro e Rosa

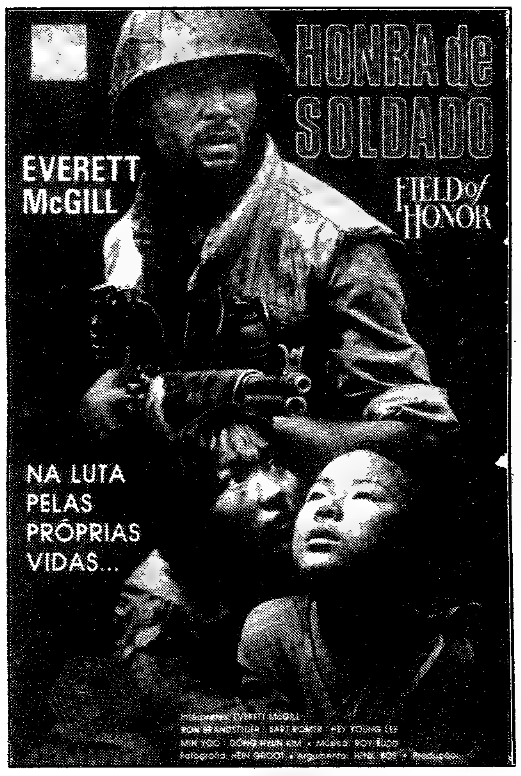
A SEC acaba de atribuir um subsídio por mérito cultural ao escritor algarvio José Pinheiro e Rosa. O subsídio, no valor de 40 contos mensais, visa reconhecer a actividade desenvolvida pelo escritor em prol da cultura algarvia. Pinheiro e Rosa tem 85 anos.

Miso Ensemble na Finlândia

O Miso Ensemble actua hoje e amanhã na Finlândia, dando dois concertos em Helsínquia no âmbito da Conferência Mundial da International Society of Music Education. O Miso Ensemble, desta vez a convite do trombonista Vinko Globokar, dá no dia 9 um concerto em Lahti. O Miso Ensemble, formado por Paula e Miguel Azguime, foi fundado em 1985.

VIDEO CATÁLOGO

Porrada e pouca conversa



É possível que o Verão predisponha as pessoas para a aventura. Caso contrário, como justificar que o género inflacione, quer nas salas de cinema quer nos clubes de vídeo, em detrimento de outros que reaparecem com as primeiras chuvas? O pior é que, sob a designação vasta de «acção e aventura» se ocultam sobprodutos que não têm outro objectivo senão passar imagens de uma extrema violência que, evidentemente, encontram adesão junto de um público próprio, mas bem mais numeroso do que pensam os optimistas. Ou então optam por repetir até à quinquaségima potência a fórmula do justiceiro na senda do criminoso, com a conversada do segundo a passar rapidamente aos braços do primeiro.

São «pas-de-deux» que se resumem a um copinho e cama , acompanhadas de alucinantes perseguições com muita porrada e pouca conversa, até porque a interpretação atrapalha um tanto os heróis de tais aventuras.

A pensar nos apreciadores do «género», a Ecovídeo lançou um vasto pacote de películas, em que, a verdade seja dita, se incluem todas as variantes conhecidas a perseguições a criminosos, vinganças implacáveis e atracções fatais.

«Honra de Soldado» é a história de um militar enviado para a guerra da Coreia e do muito que ele tem que fazer para assegurar a subsistência. E esse muito inclui de um pouco de tudo, desde o acto mais altruísta em prol dos pobres e das criancinhas até à aberração. No fundo, quem acredita que o realizador, um tal Hans Scheepmaker, que, ninguém conhece se não compraz, com a exibição daquilo que pretende exibir, papagueando as melhores intenções possíveis?

«A Fúria e as Armas», da mesma editora videográfica é um produto mais elaborado, dotado para o bem e para o mal, de uma estética essencialmente televisiva. Há uma história base, em torno de exploradores de petróleo no deserto persa, há muita conversa (mole, refira-se) e há ainda mais porrada porque, entretanto, tais hóspedes não são benquistos junto dos nómadas que frequentam a área.

O cinema de aventuras não nasceu, no entanto, quando Harrison Ford vestiu a pele de Indiana Jones. Remonta aos primeiros anos do século e ao tempo em que o Tarzan passava de uma selva de papel a uma selva de celulóide. Entretanto, houve requintes de espadachim apaixonado e galantarias de corsário traído pelo destino. Filmes em que a brutalidade não era requisitada e em que o derrotado conhecia as honras do combate entre homens.

A colecção «os mais da Warner» editou, assim, em regime de venda directa «As Aventuras de Robin dos Bosques», realizado por Michael Curtiz em 1938 (v. coluna «cinco estrelas»). Protagonistas: Olivia de Havilland e Errol Flynn, no fundo, a matéria de que eram feitos os sonhos em Hollywood...

Mas no aluguer, há mais preciosidades destas: «Barba Negra, o Pirata» de Walsh, «A Condessa Pirata» de Borsage, «Moby Dick» de Huston...Antes do Bruce Lee e do Rambo andarem pelo mundo a maltratar o cinema.

M.J.M

CINCO ESTRELAS

Coluna Cinco Estrelas
A Vida Privada de um Herói

«As Aventuras de Robin dos Bosques» é um filme de ideais. Nele estão reunidos todos os ideais de 1938: o realizador ideal, especializado em histórias de foras de lei bonzinhos, o actor mais bem parecido, a actriz que, não sendo feia de todo, conseguia usar o título de «donzela», sem dar vontade de rir... Michael Curtiz, Errol Flynn, Olivia de Havilland, todos eles numa da mais prósperas realizações dos irmãos Warner até que, anos depois, o mesmo Curtiz assinou um milagre chamado «Casablanca».

As personagens eram também as ideais, num mundo, cujos horizontes recomeçavam a toldar. Robin dos Bosques seria, por exemplo, um herói digno do Prémio Nobel da Paz, caso não lhe adivinhássemos o prazer com que desbaratava os esbirros do duque de Nottingham. Na sombra desse prazer havia, no entanto, (como quase sempre) uma boa causa: tirar aos nababos da Inglaterra medieval para redistribuir a riqueza por quem não tem a culpa de nascer em

berço de estopa. Só que um herói não é de pau e o amor pelo próximo não era o único a ocupar o coração de Robin. Cada um é como cada qual e ele, como nós, zelava pela sua vida privada. Há que contar com o amor pela próxima que, no caso, era Lady Marian .

Rapariga às direitas, uma espécie de Melanie do século XV, ela aguarda pacientemente as idas e vindas do seu homem para, depois, se lhe lançar ao pescoço e garantir que aspira a nada mais que não seja o amor e uma cabana, onde possam viver felizes por bons anos, com muitos Robinzinhos. Assim se queriam as mulheres no tempo em que se iniciava uma outra guerra: esposas amantíssimas, mas castas na hora da espera, mães estremosas. Assim soube Hollywood transformar as pessoas em mitos.

Maria João Martins

BREVES

«Mingos e Samurais» à venda desde hoje

O novo album de Rui Veloso, «Mingos e Samurais» foi hoje posto à venda com o selo de platina (20 mil exemplares), o que constitui uma situação inédita na indústria discográfica portuguesa. Por se tratar de um album duplo, as 20 mil cópias equivalem a um disco de platina (40 mil exemplares), nos termos do regulamento da atribuição de galardões da Associação Fonográfica Portuguesa (AFP).

«Mingos e Samurais» foi apresentado ao público, noa Alunos do Apolo, a 30 de Julho, dia do 33º aniversário do cantor.

Constituído por 22 faixas originais de Carlos Tê e Rui Veloso, o album conta a história de um grupo de baile dos anos 60 e 70, banda de reconhecido insucesso, que se arrastou sem glória, mas com alegria e sedução, por diversos palcos, animando recintos dançantes.

Ao longo das 22 canções fazem-se referências a Marino Marini, à revista «Plateia» ao Portugal-Coreia do Norte em futebol, ao twist, a «Love Like A Man», à Guerra Colonial, aos blusões negros e a «Satisfaction».

Do álbum já foi extraído um primeito single, «Não Há Estrelas no Céu», actual número 3 do top português, segundo a Lusa.

Entretanto, Rui Veloso actua no dia 11 em Vila Nova de Cerveira, sendo «Mingos e Samurais» o mote para um espectáculo a relembrar a Bienal que este ano , como se sabe, não se realiza naquela vila.

Livro de Maria José Freitas do Amaral

Será lançado no dia 18 de Setembro o livro «Sorri, Francisca» da autoria de Maria José Freitas do Amaral.

Museus e palácios: facilidades para os deficientes

A SEC acaba de determinar a criação de condições necessárias de acesso e atendimento específico aos deficientes nos museus e palácios sob a tutela do Instituto Português do Património Cultural. Assim, devem ser criadas infraestruturas adequadas e deve ser ministrada ao pessoal dos museus e palácios formação para o bom atendimento de visitantes deficientes. Devem igualmente, segundo a SEC, ser promovidas iniciativas e actividades de natureza educativa e cultural, as quais deverão incluir, obrigatoriamente, a definição de percursos próprios para o visitante deficiente.

Whitsnake em Cascais

O grupo de rock Whitsnake , actua amanhã, no Pavilhão de Cascais, sete anos depois da sua anterior apresentação no mesmo local. Do anterior concerto em Portugal, só resta na composição do grupo o seu líder David Coverdale.

Projecto Caminus no Algarve

Integrada no projecto de museu vivo «Moçárabe em Peregrinação a São Vicente», que a Associação Caminus realiza no Sul do país, será inaugurada no próximo dia 10, pelas 18 e 30, na Junta de Freguesia da Praia da Luz (Lagos), a exposição «Identidades» - pintura e escultura de Carlos Barroco, Jorge Camões e Romualdo.

No dia seguinte, sábado, será inaugurada na Galeria Quinta dos Arcos a exposição «Barcos de Papel», incluindo pinturas de Alda Nobre, Fátima Pinto e Teresa Silva.

Entretanto, prossegue em exposição, na Galeria de Arte de Vilamoura, uma exposição de desenhos de Manuel Gantes, subordinado ao tema do projecto Caminus.

Uma outra exposição documental com fotografias de Álvaro Rosendo e ilustrações de Manuel Gantes prossegue a sua itinerância pelos concelhos algarvios que o itinerário da Caminus atravessa. Até 12 de Agosto poderá ser visitada em Loulé (sala de exposições municipal), seguindo imediatamente a seguir para Lagos. Será também posta à venda a brochura que a Caminus editou como suporte a este projecto.

Crítica de Teatro

O génio do bicho-homem

Francisco Paraíso

BICHOS, de Miguel Torga. *Versão cénica/Encenação:* João Brites. *Dramaturgia:* Cândido Ferreira/João Brites. *Assistência de Encenação:* Anna Pasztor. *Direcção de Actores:* Kot Kotecki. *Cenografia:* José Carretas. *Música:* Luís Pedro Faro. *Caracterização:* Luís de Matos. *Figurinos.* Altina Martins, Andrea Marta, Luís de Matos e José Carretas. *Interpretação:* Adelaide João, António Carvalho, Bibi Gomes, Cândido Ferreira, Dina Lopes, F. Pedro Oliveira, Horácio Manuel, Isabel Piecho, Paula Só, Pompeu José, Vasco Gil e Luís Castanheira. Teatro O Bando. Estreia: Convento do Beato/3-08/90.

O teatro potencializa um relacionamento novo do público com a cidade, como se pode verificar pelo novo espectáculo d'O Bando. Aliás, deste grupo já tivemos outros convites para outros percursos, além daquele mais constante, da Praça de Espanha, agora prejudicado, como se sabe, pelo incêndio da pequena sala que utilizava na Comuna. O primeiro espectáculo que vi do grupo dirigido por João Brites levou-me, salvo erro, ao Sabugal, isto era em 1975. Depois disso, como já antes disso, O Bando percorreu o País, além de ir ao estrangeiro, em digressões mais ou menos constantes. Em 1987, levou-nos a Tondela, a uma mata de Tondela, onde estreou «Montedemo» de Hélia Correia, proporcionando ao público a visão, que era também participação activa, de um espectáculo arripiante, pelo próprio local, pela hora nocturna, pelo imaginário da história. Não posso esque-cer a actuação dessa actriz inesquecível que foi Maruga.

Depois de ter passado pela Sala Estúdio do Teatro Nacional que transformou num lugar, também ele, assombrado, O Bando chamou-nos ao Convento do Beato.

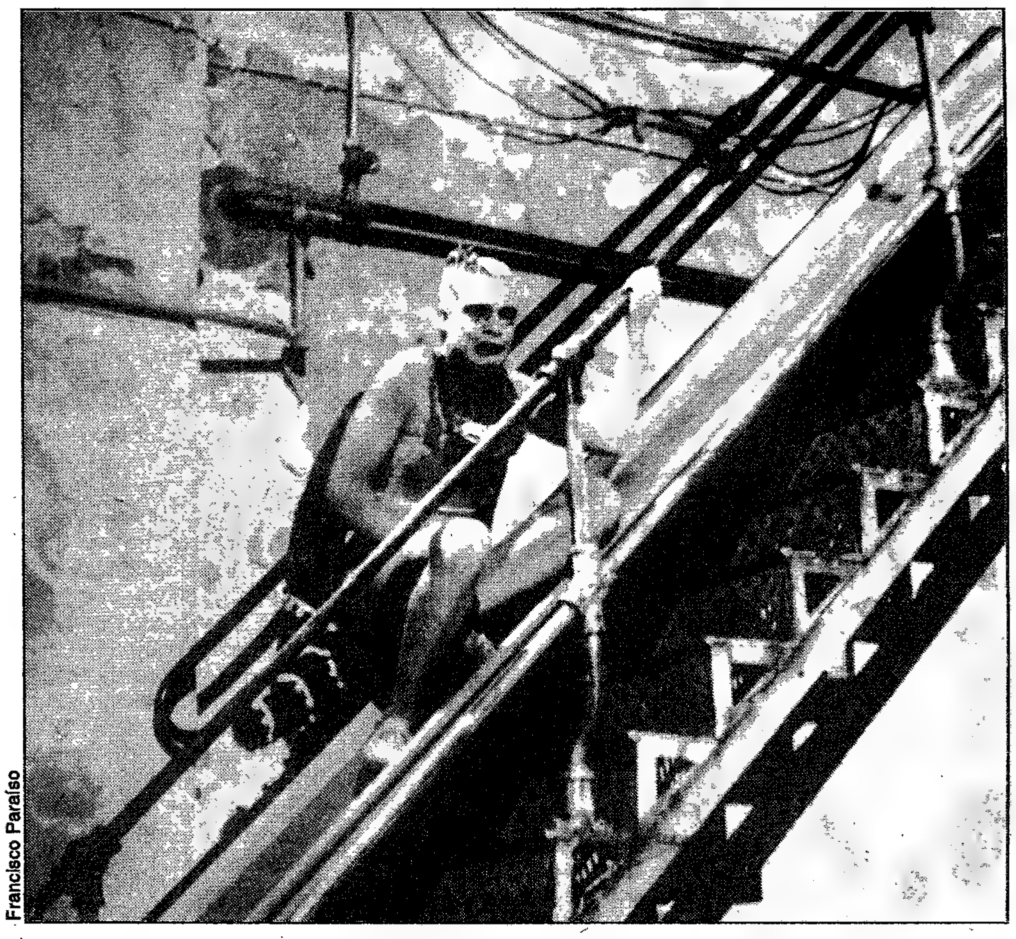
Ir ao Beato para quem está habituado, em Lisboa, aos roteiros rotineiros, é desde logo uma pequena aventura partilhada por um motorista de táxi, como nós, desconhecedor deste itinerário da cidade. O novo espectáculo d'O Bando começa por ser a descoberta de uma outra cidade; é, depois, a descoberta de um lugar fabuloso, um espaço arquitectónico, histórico (em recuperação) de uma teatralidade admirável. Ainda antes do espectáculo começar sentíamos-nos já invadidos por sinais que tinham a ver com a antropologia do lugar que envolvia coisas como a história e a situação actual do convento, a sua ligação com o seu actual proprietário, fabricante de coisas doces («A Nacional»), o significado da sua recuperação e da sua futura utilização.

Depois de descoberta de um lugar, de um espaço tão teatral, um espectáculo, o novo espectáculo d'O Bando, elaborado a partir dos contos do mais conhecido livro de Miguel Torga, «Os Bichos». Mas falar do espectáculo é precisamente falar do espaço e do magnífico aproveitamento que João Brites, com a colaboração de José Carretas, cenógrafo, lhe deu. O resto virá depois.

Quem conheça o livro de Miguel Torga recordará as suas personagens, os bichos, cuja fronteira com o bicho-homem e o bicho-mulher são extremamente ténues. Quando se ouve um cão a contar a sua história pela voz de um actor, e depois passamos para a história dos gatos, com as suas graças e as suas malícias tão humanas, vemos como o teatro é capaz de nos abrir para a vida (e para a poesia) como se estivéssemos outra vez a nascer. Mudámos com frequência de lugar, levando ou não as cadeiras, para observarmos os vários espaços de representação: a história do sapo Bambo e o seu amor pelo Tio Arruda; o impressionante espaço virtual onde decorre a espantosa narrativa de Madalena, (ela) «arrastava-se a custo pelo íngreme carreiro cavado no granito...» e do seu parto do filho morto, a condição animal da mulher que sofre, vítima da vida; a história do Tenório, o galo com o harém e o seu jovem rival, uma das cenas mais fortes e com mais graça do espectáculo (uma pequena camioneta e um velho automóvel constituem o cenário dessa luta).

Tudo isto decorre ao ar livre, como uma outra cena, no alto do terraço, a do burro Morgado e do seu dono que sacrifica o animal à voracidade de um lobo.

Nesta área, os edifícios imensos, em degradação, os restos de um mundo ainda vivo, parecem possuídos por estranhas figuras e por uma pequena banda, perfeitamente normal, que acabámos por acompanhar, atrás de um carro fúnebre, carregado de fruta, e de mulheres vestidas de noivas. O espectáculo muda para o interior, um enorme quadrilátero perfeito, de uma beleza formidável, onde havia um enorme estrado que era ao mesmo tempo palco e mesa. Nele são colocados pratos com fruta, a distânci-as marcadas por uma régua (o cuidado do pormenor), fruta que os espectadores são convidados a comer. Aí o espectáculo é contaminado



Francisco Paraíso

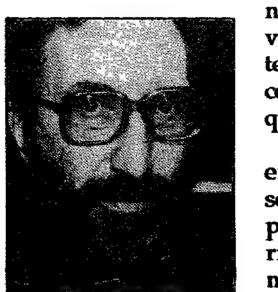
pelo balido das ovelhas, únicos animais autênticos, além dos humanos, claro, que ali estão, e não por acaso, como símbolo da inocência que percorre o espectáculo no seu itinerário de carácter medieval. E também tem a ver com a presença da história de Jesus, que é uma história de pássaros.

No espaço fechado, o espectáculo fala-nos de pássaros, de insectos, da cigarra (excelente Adelaide João), e de outros animais, como o touro Miura, e sobretudo Vicente o corvo que se escapa da arca de Noé.

No fim: o público aplaudia, a banda tocava, os actores dançavam. E aplaudia, e tocavam e dançavam. E depois toda a gente dançava e era a festa. Como raramente se tem visto no teatro português. Não sei se este é o melhor espectáculo do Bando, talvez não seja, mas isso pouco importa. É um espectáculo formidável que deve ser visto naquele espaço porque fora dali será outro espectáculo (atenção leitor, só esta semana, no Beato). É uma criação que, uma vez mais, comprova a qualidade do trabalho de João Brites e dos seus colaboradores, incluindo os actores que mereciam ser, outra vez, nomeados (ver ficha). Uma palavra também para o trabalho de José Carretas, na cenografia, de Luís de Matos, na caracterização, e em especial de Luís Pedro Faro, que escreveu e dirigiu um admirável trabalho musical muito bem executado pelos doze músicas da banda que tiveram também intervenções teatrais. Uma palavra também para as luzes de Florival Dias a aproveitar as potencialidades excepcionais do espaço. espectáculo, por vezes, de uma beleza incrível. «Bichos» ficará como uma criação histórica desde início dos anos 20, 90 aliás, inseparável da criação literária de que saiu. Como dizia a Sofia, nunca vi teatro assim.

Depois de «Dimônis» e da «Ópera de Pequim», o terceiro espectáculo da Câmara de Lisboa conseguiu a adesão do público e provou, se é que é preciso, que no capítulo de invenção o nosso teatro é tão bom como outro qualquer.

Se isto fosse entendido, os seus principais problemas seriam rapidamente resolvidos.



Carlos Porto

B R E V E S

Capas de Botelho e Amarelhe

Inaugura-se eta tarde, pelas 18 horas, no Forum Picoas, uma exposição de capas para partituras musicais de autoria de CArlos Botelho e Amarelhe. Trata-se da colecção do acordeonista Michel, que com capas de Stuart já fez, há meses, uma exposição semelhante, também no Forum Picoas. A exposição, que hoje se inaugura, está patente até dia 31.

Encontros de música barroca

Iniciam-se hoje e prosseguem até dia 16 os Encontros de Música Barroca da Casa de Mateus. O concerto inaugural inclui música do fim do barroco ao clássico e tem por tema os instrumentistas da Casa de Mateus. Amanh~o concerto etá a cargo de jovens profissionais e na sexta-feira são tocadas obras de J.S. Bach. Os concertos dos dias 14 e 16 estão a cargo, respectivamente, dos alunos de Mateus e dos solistas, côro e orquestra do curso de Mateus.

Prémio para jovens pintores

Maria da Conceição Santos Martins, com a obra «Fecunda Natureza», obreve o 1.º prémio do concurso de jovens pintores, promovido pela Fidelidade. O prémio é do valor de 500 contos. O 2.º lugar (prémio: 250 contos) coube a Gustavo Lima Pires e o 3.º (100 contos) a sabel Maria Godinho Duarte Ribeiro. A exposição dos trabalhos premiados e de todos os que foram seleccionados apra a final serão mostrados, na Biblioteca Nacional, a partir de 17 de Outubro.

Concertos da Régie Sinfonia

A orquestra Régie Cooperativa Sinfonia actua nos dias 10, 11 e 12, respectivamente, na Fkigueira da Foz, Espinho e Póvoa do Varzim. Do programa dos concertos constam obras de Joly Braga SAntos, João Domingos Bomtempo e Beethoven. Dirige a orquestra o maestro Jan Latham-Koenig, actuando como solista a pianista Nella Maissa.

Quem porfia mata caça

NEVES DE SOUSA
Enviado especial

Estava-se com um simples quilómetro de prova. Subitamente, o pulo para fora da casca: dois homens arrancavam da enorme serpente colorida e, em andamento de vertigem, diziam adeus à concorrência de um instante antes. Erguiam-se sobre as máquinas e percebia-se que estavam charneirados no mesmo sonho: ganhar uma etapa voltista, façanha que um dia mais tarde dá para recordar à lareira, junto aos netos.

Um português e um espanhol resolviam ir pela vidinha: Amílcar Neves com a camisola da Alguerra/Componauto/Aralmolde e José Rafael Garcia tendo sobre o peito o emblema da Seur. Foram por ali fora dividindo tarefas e proveitos, até que a cem metros da meta de Tondela foi a explosão do salve-se quem puder, cada artista procurando o triunfo final, os jornalistas interrogando-se sobre quem primeiro tocara o traço branco, o juízo sábio do «foto-finish» dando o último e definitivo parecer.

A escalada da serra

História cingida

Pouco para contar, até porque a fuga dos dois peninsulares resistiu a todos os ataques, a todas as fraquezas, e quando se chegou a Tondela apenas cinco homens tinham perdido o contacto com o pelotão de 96 caras que chegara encabeçado pelos já habituais «sprinters» de turno: Pedro Silva (Recer/Boavista) e Paulo Pinto (Avibom/Valouro/Lousa).

Num círculo que dardejava perguntas estava Amílcar Adão Neves, imponente no seu metro e 84, os 72 quilos de peso normal certamente diminuídos pelo esforço despendido:

— *Nasci a 15 de Dezembro de 1968, em França, onde continuam a morar os meus pais. Eu é que resido em Vila Nova de Gaia.*

O suor escorria-lhe por tudo o que era corpo. Os dirigentes da sua equipa vão sempre dando novos abraços: o director desportivo Manuel Gonçalves (que é conferente), Joaquim Carvalho (reformado do Exército), o massagista Rafael Cardoso, os mecânicos José Fernandes e José Leite, toda aquela gente como se lhes tivesse tocado a sorte grande. E, no eixo do festival, Amílcar Neves:

— *Tinha de ganhar esta etapa, porque o meu patrão tem aqui uma fábrica e estava à espera de um triunfo deste o primeiro dia.*

Encharcara-se em água, tomara duche em plena rua. E vai prosseguindo:

— *Até hoje, conheci várias equipas: estive no Sport Clube de Mirandela, no Centro de Ciclismo de Chaves, no Coimbrões, no Garcia Joalheiro, no Orima/Cantanhede e no Feirense. Agora trabalho para o Alguerra/Componauto/Aralmolde mas não deixei totalmente a minha outra profissão.*

Abre-se:

— *Sou vaqueiro. Sei tratar do gado e, se conseguir juntar o suficiente, quero comprar uma quinta e criar animais.*

Amílcar Neves está solteiro. Mas por pouco tempo, não é verdade?

— *Exacto: estou noivo da Teresa Barros e pensamos casar ainda este ano. Um homem precisa de assentar, não é verdade?*

Desfolha o livro das outras predilecções:

— *Gosto de futebol, motocross e andebol. Vou ao cinema ver o David Carradine, o Charles Bronson, o Chuck Norris ou ou Franco Nero. Tenho montes de discos do Julio Iglesias, que é o meu cantor favorito. Ouço muito a Rádio Renascença e não perco programas como «Fórmula Um, Dois, Três» ou «Oceano Pacífico». E ainda não perdi a esperança de conhecer pessoalmente o Laurent Fignon e depois correr a seu lado. Aquilo é que é um ciclista!*

Amílcar Neves dissera em Loulé: «Quero ganhar uma etapa nesta Volta. E vai acontecer antes de chegarmos à serra da Estrela. Depois é mais difícil.» Aconteceu, pensamento está realizado por esse rapagão que foi 2.º na Volta à Madeira e campeão nacional em equipas seniores em 87, ano em que ficou também no 5.º lugar da Volta a Vila Real. Foi campeão regional e o melhor júnior aqui há quatro anos e garante que não quer ficar por aqui:

— *Quero ver se acabo esta Volta nos 20 primeiros lugares, mas estou com um atraso de 35 minutos e tal do Fernando Carvalho...*

Aparece o companheiro da odisseioa. Jose Rafael Garcia dá o perfil:

— *Nasci a 22 de Dezembro de 1961, em Sevilha, onde moro. Quando passar por lá, é uma casa às ordens: Pocillo de Gilván, 60, é minha a Residencial Calaver, em Mairena de Aljarafe. Quer o telefone?*

Fala que se desunha, parece responder a interrogatório policial:

— *Sou casado, peso 70 quilos, tenho um e 77 de altura, as minhas pulsações em repouso são 50.*

O atleta da Seur tem «palmarés» curioso: 19 vitórias como juvenil, 16 como amador, 12 em profissional. Tem conquistado sucessos em provas por etapas: nas Voltas a Cadiz e Sevilha, na própria Volta a Espanha que completou em 84 (91.º no final), 85 (67.º), 86 (98.º), 87 (74.º) e 88 (78.º). No ano passado pedalou no Giro de Itália: 72.º quando acabou. E andou na nossa Volta: foi 27.º

— *Este ano tive «malapata» em duas etapas: dei uma queda na ida para o Algarve e tive um avaria na máquina perto da Figueira da Foz. Pero la cosa vá delante!*

Distribuem o comunicado do júri: prémio de combatividade distribuido pelos dois galopantes, vinte contos de multa aos directores desportivos do Bom Petisco/Tavira (Brito da Mana) e Avibom/Valouro/Lousa (Manuel Maduro) um engenheiro e um industrial que são penalizados por terem permitido a corredores das suas equipas meio-fundo momentâneo nos seus carros de apoio (cerca de 100 metros que custaram os olhos da cara...) e também os corredores César Fernandes, Constâncio Reis e Luís Sequeira (todos do Bom Petisco/Tavira) a sofrerem um minuto de tempo a mais no seu gasto real e ainda dez contos fora de cada algibeira porque procuraram abrigo atrás da viatura da sua formação.

Continuam a ser negativos todos os resultados do controlo «antidoping» e, curiosamente, no concurso Philips em que cada elemento da Comunicação Social dá palpite sobre os três melhores ciclistas em cada tirada, prémio diário representado por uma máquina de gravar, um dos mais novatos no ciclismo e (até) estreante na Volta, já limpou dois aparelhos apenas decorridas oito etapas: o embolsador-mor é Pedro Azevedo, relator da Rádio Renascença que já pensa (muito seriamente) estabelecer-se com uma loja de electrodomésticos.

Voo de passarinho

Quando a malta se reúne, lá muito dentro da noite, fala-se de tudo: desde aquele restaurante, na Figueira da Foz e bem de frente para o mar, que vende talhadinhas de melão a 200 escudos quando na esquina seguinte uma camioneta despeja os frutos a 45 escudos o quilo até ao duplo incêndio que emoldurou a caravana, fazendo alas à passagem dos ciclistas, um cenário de arrepiar com os bombeiros impotentes para vencerem uma luta que dura há dois dias e parece ciclicamente reavivada.

Fazem-se palpites: Joaquim Gomes? Manuel Cunha? Fernando Carvalho? Jorge Silva?

cont. na pág. 24

SMALTEX
TINTAS
VERNIZES
DILUENTES
SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª
R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA

A nossa equipa de reportagem viaja numa viatura *RENAULT* gentilmente cedida por:
SACAVENAUTO
Estrada Nac. N.º 10 — N.º 69 • Sacavém • Tel. 942 50 40 • 942 52 40

TEMOS PARA VENDA
EM LISBOA: LOTES DE TERRENO — PRÉDIOS DEVOLUTOS
COM PROJECTO APROVADO EM TODAS AS ZONAS DA CIDADE
AOS MELHORES PREÇOS — HABITAÇÃO — ESCRITÓRIOS
— CENTROS COMERCIAIS — HOTÉIS — APARTHOTÉIS
CONTACTE-NOS:
Avenida D. Nuno Álvares Pereira, 46, r/c, Esq. — 2800 ALMADA-PORTUGAL — Telefs.: (01) 274 42 56 - 274 42 57 — Fax 274 36 53 — Telex 61004 TRIALM P — Apartado 33 — ALMADA-PORTUGAL
urbicidade
MEDIADORES
ALMADA

52.ª VOLTA A PORTUGAL

Vaqueiro de Gaia andou mais rápido

cont. da pág. 23

Manuel Abreu? Alguém pergunta ao mais antigo do pelotão o seu ponto de vista. Com aquela cara que parece talhada a canivete, sempre os olhos grandes dominando a situação, o senhor Venceslau Domingues Fernandes, filho mais velho do casal José Fernandes-Maria José Domingues França, solta a sabedoria acumulada em experiência sem fim:

— *Continuo com a minha aposta no Manuel Correia, no Joaquim Gomes ou no Manuel Cunha. Para mim, vencer uma etapa já estava bem...*

«Lau», o avô da rapaziada do pedal, nasceu em Perosinho (Vila Nova de Gaia) no já distante dia 22 de Abril de 1945. Precisamente: com 45 anos de idade ainda anda nestas vidas!

— *E, se não tiver azar igual ao que me aconteceu no princípio da temporada, quando do Grande Prémio Tensai, em que dei um tombo que me amarrotou todo espero concluir mais esta Volta. Claro que não posso tornar a repetir a vitória de 1984, quando corria pela Ajacto. Mas ainda aqui ando para fazer uma perninha...*

Venceslau já correu em tudo o que é lado: nas Américas, em África, por essa Europa. Ao longo de 30 anos de carreira, lembra-se que representou uma catarata de emblemas: Futebol Clube do Porto, Centro Ciclista de Aldoar, Leixões, Académico do Porto, Cedemi, Benfica de Luanda, Ambar, Sangalhos, Sport Lisboa e Benfica, outra vez o Sangalhos, novamente, os senhores das Antas, e Rodovil, a Ajacto, nova incursão bairradina com a Recer, Grundfos e agora o Alguerra/Componauto/Aralmolde. Uma vida cheia, «Lau»?

— *De muito sofrimento. Tanto que nem os meus irmãos, o António e o José que também correm de bicicleta, ainda palpitaram inteiramente. Só a minha mulher (Maria Hermínia Ferreira de Sousa Fernandes) entende que eu continuo a correr por duas razões: gostar cada vez mais do ciclismo e ter necessidade de assegurar plenamente o futuro das nossas filhas, da Vanessa que tem quatro anos, da Vânia que fez agora três.*

Comerciante e mecânico, Venceslau mora nos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia. É a legenda que prolonga a tenacidade de campeões da era de Joaquim Agostinho. Hoje, à frente de uma equipa modesta, onde o atleta mais bem classificado anda no 54.° posto (José Passos mora a sete minutos e onze segundos do comandante Fernando Carvalho), com a formação globalmente distanciada 19 minutos e 56 segundos dos chefões da Sicasal/Acral, sentindo uma matemática impossibilidade de tornar a dar nas vistas, Vesceslau continua esperançoso:

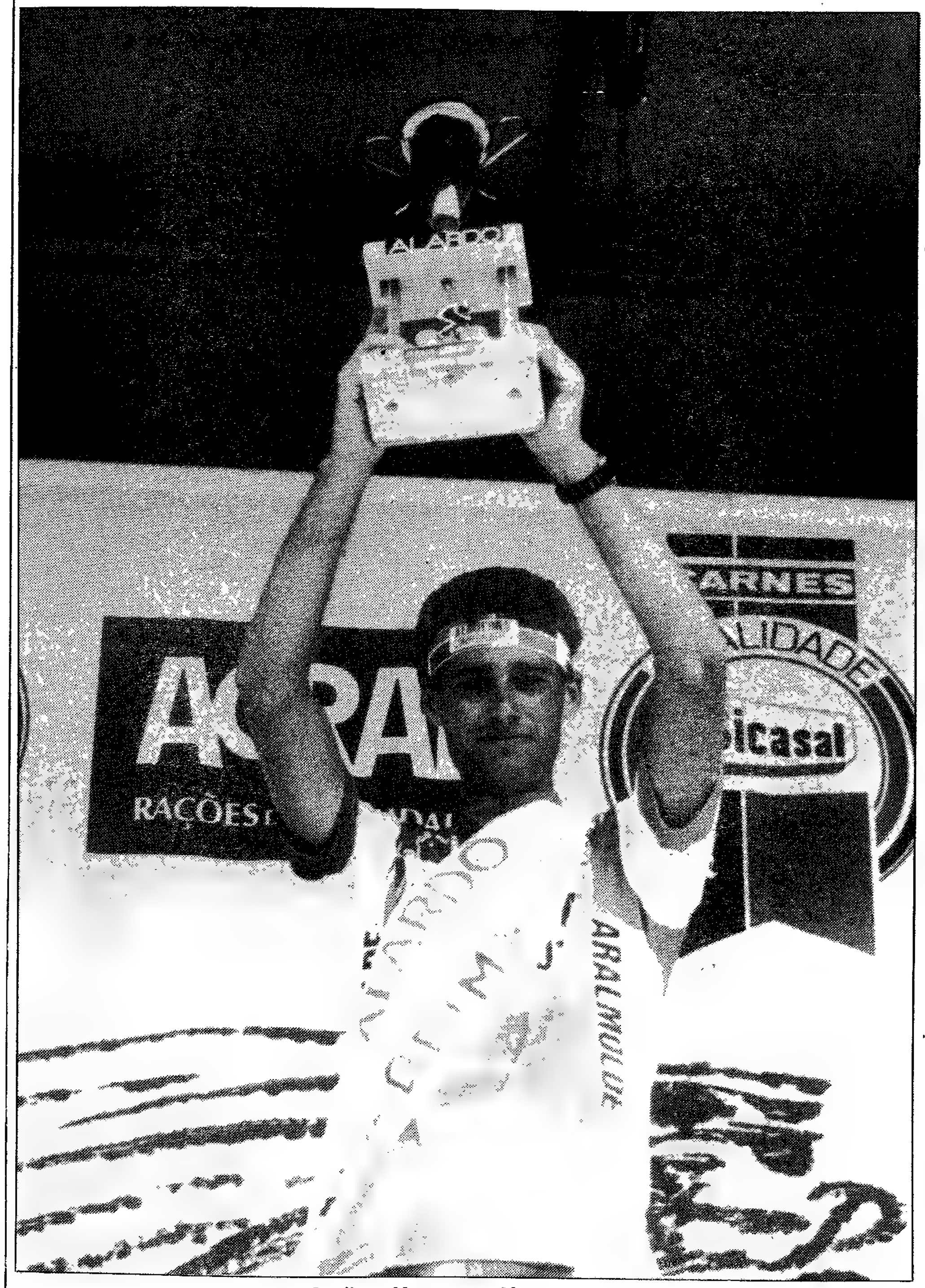
— *Acredite: o Jorge Henriques ou Joaquim Fernandes ainda podem ganhar etapas. E isso seria ouro sobre azul para o Alguerra continuar a mexer...*

O mais respeitado ciclista português, veterano que tem no pêlo toda a sorte de acidentes e incidentes, recorda triunfos sem paralelo: a tal Volta de 84 e um vastíssimo leque de outros êxitos que vão desde Grandes Prémios (Minho, «JN», «Comércio do Porto» e Torres Vedras) até o Porto-Lisboa, campeonatos nacionais de crosse, estrada e pista, sucessos em Angola e na África do Sul, no Brasil e no Canadá, na Venezuela e em Espanha, por França ou em Marrocos.

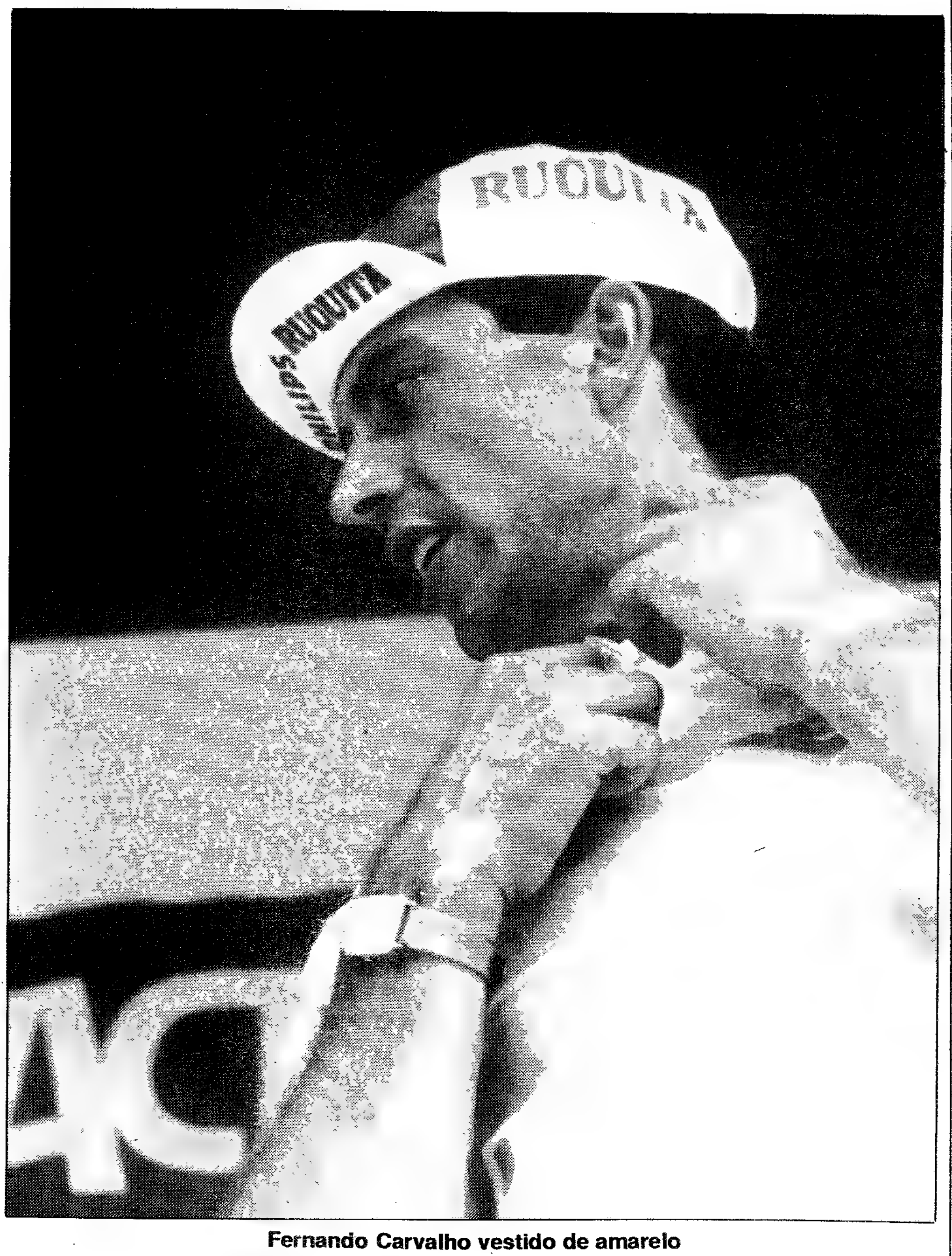
— *E ainda não morri. Só arrancado pela raiz, se pode matar uma árvore...*

SMALTEX
TINTAS
VERNIZES
DILUENTES
SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª
R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA

SMALTEX
TINTAS
VERNIZES
DILUENTES
SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª
R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA



Amílcar Neves: troféu ao alto



Fernando Carvalho vestido de amarelo

Na berma da estrada

Prémios e castigos

O júri da Volta a Portugal atribuiu o Prémio Combatividade a Amílcar Neves, do Alguerra/Componauto e a Rafael Garcia, da Seur, os fugitivos da oitava etapa que terminou em Tondela.

O júri penalizou os ciclistas César Fernandes, Constâncio Reis e Luís Sequeira, todos do Bom Petisco/Tavira, com um minuto e 10 mil escudos cada um, por «abrigo atrás veículos» durante a etapa de ontem.

Os directores desportivos do Bom Petisco/Tavira e do Avibom/Lousa foram ambos multados em 20 mil escudos por terem permitido as transgressão dos três ciclistas.

Doping

Os ciclistas Manuel Dominguez, da Seur, e Fernando Pinero, da Festina/Lotus, foram designados por sorteio para o controlo «antidoping», após a oitava etapa da Volta a Portugal em bicicleta.

Após a etapa de ontem forma também ao controlo o camisola amarela Fernando Carvalho (Ruquita/Feirense e Amílcar Neves (Alguerra/Componauto), vencedor da tirada.

Entretanto, foi anunciado que as quatro análises «antidoping» efectuadas após a terceira etapa tiveram todas resultado negativo.

Henrique Castro no Congresso da UCI

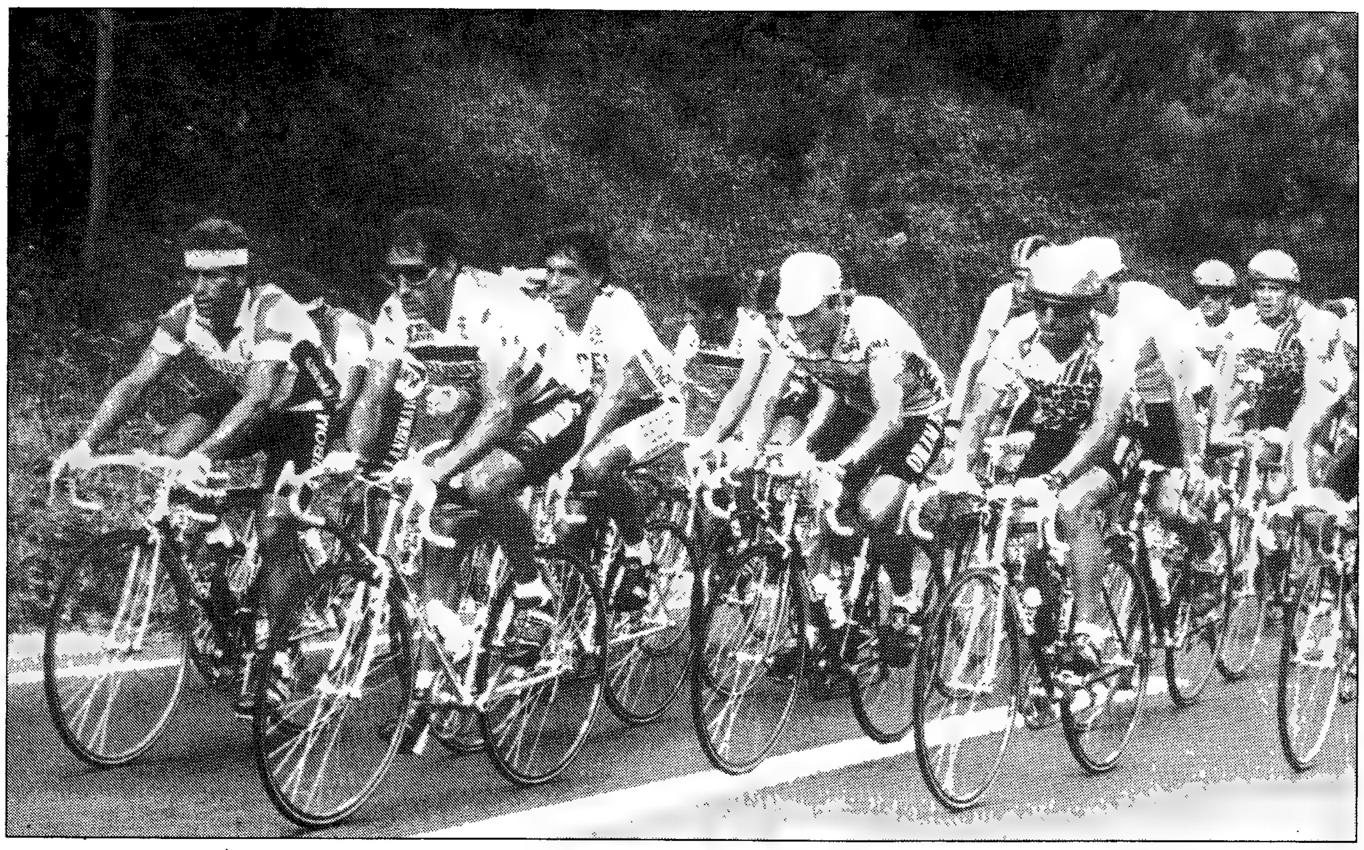
A Federação Portuguesa de Ciclismo vai propor o técnico José Santos e o dr. Artur Moreira Lopes, como representantes portugueses em instituições do ciclismo internacional.

Henrique Castro (presidente da FPC) segue no dia 15 para Tóquio, onde vai participar no Congresso da União Ciclista Internacional (UCI), onde vai propor José Santos, actual técnico da Recer/Boavista, para comissário internacional, e o dr. Artur Moreira Lopes, actual director adjunto na Volta a Portugal, para os quadros dirigentes da UCI ou da Federação Internacional de Ciclismso Profissional (FICP).

Temos de colocar um português nas estruturas internacionais, para defender os nossos interesses, disse Henrique Castro salientando que num dos casos, *José Santos é de momento o único português em condições de desempenhar o cargo, por preencher todos os requisitos fundamentais.*

O presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo vai ainda tentar sensibilizar os dirigentes do ciclismo europeu para que a Volta a Portugal em bicicleta seja integrada no calendário internacional, com a duração de 15 dias mais o prólogo, o que até agora não foi aceite pela UCI ou pela FICP.

52.ª VOLTA A PORTUGAL



Pelotão nas calmas

A PALAVRA DO CAMARADA

O último dos Moicanos

Nestas andanças da Volta, vivem-se experiências curiosas. Aprendmeos a gostar de certas coisas e a entender melhor o espírito de sacrifício desta rapaziada das bicicletas. Há os trepadores, os roladores, e os «sprinters». Os sempre alegres, os mal dispostos, os introvertidos e os extrovertidos. Fazem-se amizades e apesar da nossa condição de jornalistas muitas das vezes passamos ao papel de confessores. Todas estas experiências vão ficando alinhadas e cimentam-se grandes amizades.

Como é bom, por vezes recordar e viver algumas passagens do passado. Lembramos o Marco Chagas, o «ultimo dos «Moicanos» do nosso ciclismo. Claro que há o Venceslau Fernandes, que com 45 anos ainda se atreve a desafiar os mais jovens, mas o Marco tem um palmarés que lhe terá de ser reconhecido por direito. Ganhar 5 vezes a Volta a Portugal é um feito que nem o nosso saudoso Joaquim Agostinho conseguiu. Mas, para além do atleta, há o homem e nesse sentido o Marco, mesmo nos momentos mais controversos, soube manter a sua postura impondo a sua forte personalidade.

Aprendemos a gostar do Marco Chagas e a respeitá-lo e vimo-lo agora com um certo saudosismo quase a passar despercebido entre uma multidão de ciclistas. Passou talvez o seu tempo, mas a sua imagem não foi ultrapassada. Todos o olhamos ainda com a auréola de um grande campeão e, por vezes exigimos-lhe aquilo que ele já não pode dar.

Marinho Neves
«Gazeta dos Desportos»

No final do contra-relógio da Marinha Grande, foram muitos os que ficaram admirados por o Marco não ter utilizado uma «cabra» daquelas bicicletas especiais para este tipo de prova — e quando lhe perguntaram porque é que ele não o tinha feito, a resposta foi bem simples e à sua imagem: «Não a tenho. Para correr em quintais não é necessário fazer um investimento dessa ordem, muito embora agora as coisas estejam a melhorar.» Marco Chagas continua a ser um homem simples e directo, só é pena que as suas faculdades como atleta se estejam a esvair com o tempo. É a inevitável corrusão da força e o amadurecimento das ideias.

Amílcar Neves e José Garcia: os fugitivos de ontem

maquirema
Soc. Imp. e Rev. de Máquinas
Um espaço no seu escritório
Telefones 474 46 52 - 474 50 74

Classificações

8.ª Etapa — Marinha Grande-Tondela

			H M S
1.º	Amílcar Neves	Alguerra/Componauto/Aralmolde	05 06 26
2.º	José Rafael Garcia	Seur	m.t.
3.º	Pedro Silva	Recer/Boavista	a 00 11
4.º	Paulo Pinto	Avibom/Valouro/Lousa	m.t.
5.º	Manuel Abreu	Sicasal/Acral	m.t.
6.º	Fernando Carvalho	Ruquita/Philips/Feirense	m.t.
7.º	Neil Stephens	Royal	m.t.
8.º	Eugénio Passos	Landima/Salgueiros	m.t.
9.º	Santiago Portillo	Festina/Lotus	m.t.
10.º	Carlos Marta	Orima/Cantanhede	m.t.
11.º	José Poeira	Sicasal/Acral	m.t.
12.º	Manuel Neves	Ruquita/Philips/Feirense	m.t.
13.º	David Assunção	Recer/Boavista	m.t.
14.º	Vítor Teresinho	Ruquita/Philips/Feirense	m.t.
15.º	Nentcho Dimitrov	Bom Petisco/Tavira	m.t.

Geral individual

			H M S
1.º	Fernando Carvalho	Ruquita/Philips/Feirense	34 18 32
2.º	Manuel Abreu	Sicasal/Acral	a 00 03
3.º	Neil Stephens	Royal	a 00 23
4.º	Jorge Silva	Sicasal/Acral	a 00 55
5.º	Dulas Andrezej	Ruquita/Feirense	a 01 18
6.º	Joaquim Gomes	Sicasal/Acral	a 01 34
7.º	Manuel Cunha	Avibom/Valouro/Lousa	a 01 37
8.º	Jesus Blanco Villar	Festina/Lotus	a 01 38
9.º	Manuel Neves	Ruquita/Feirense	a 01 47
10.º	Marco Chagas	Orima/Cantanhede	m.t.
...			
103.º	José Rodrigues	Alguerra/Componauto/Aralmolde	a 1 02 33

Geral por equipas

		H M S
1.º	Sicasal/Acral	102 56 56
2.º	Ruquita/Philips/Feirense	a 01 45
3.º	Royal	a 03 17
4.º	Recer/Boavista	a 04 13
5.º	Festina/Lotus	a 05 39
6.º	Bom Petisco/Tavira	a 06 10
7.º	Avibom/Valouro/Lousa	a 06 46
8.º	Orima/Cantanhede	a 07 49
9.º	Seur	a 08 44
10.º	Salgueiros/Landimar	a 14 34
11.º	Alguerra/Componauto/Aralmolde	a 19 56

Pontos

			P
1.º	Paulo Pinto	Avibom/Valouro/Lousa	40
2.º	Manuel Abreu	Sicasal/Acral	25
3.º	Dick Dekkers	Royal	20

Montanha

			P
1.º	José Santiago	Recer/Boavista	32
2.º	Luís Santos	Recer/Boavista	16
3.º	José Dias	Alguerra/Componauto/Aralmolde	13

Metas volantes

			P
1.º	Carlos Marta	Orima/Cantanhede	17
2.º	Roberto Torres	Festina/Lotus	10
3.º	Paulo Silva	Bom Petisco/Tavira	10

Prémio combinado

			P
1.º	Neil Stephens	Royal	30
2.º	Dulas Andrezej	Ruquita/Feirense	42
3.º	Jesus Blanco Villar	Festina/Lotus	43

Prémio da juventude

1.º	Joaquim Andrade	Sicasal/Acral
2.º	José Rosa	Avibom/Valouro/Lousa
3.º	Paulo Silva	Ruquita/Philips/Feirense

Amanhã: dia de pausa

Depois da dura tirada de hoje com escalada da Torre, os ciclistas têm amanhã o merecido dia de repouso para, no dia imediato, voltarem à serra, trepando a Torre e as Penhas Douradas na tirada que ligará o Fundão à Covilhã na distância de 165 quilómetros.

DESPORTO

B R E V E S

Jogos da Amizade: medalhas

Os Jogos da Amizade, que decorreram em Seattle (EUA) com a participação de atletas de dezenas de países, foram dominados pela União Soviética (188 medalhas) e pelos EUA (161). Vejamos a lista dos mais medalhados:

Países	Ouro	Prata	Bronze	Total
URSS	66	68	54	188
EUA	60	53	48	161
RDA	11	8	23	42
Bulgária	8	7	9	24
China	6	7	3	16
RFA	4	3	9	16
Japão	2	3	10	15
Cuba	6	4	3	13
Canadá	4	1	6	11
Roménia	2	4	3	9
Espanha	3	2	2	7
Coreia do Sul	3	2	2	7
Holanda	1	1	5	7
Hungria	1	1	5	7
Austrália	0	4	3	7
Brasil	0	1	6	7

Ben Johnson anuncia regresso

Perto do termo dos dois anos de suspensão com que foi castigado por análise «antidoping» positiva nas Olimpíadas de Seul, em 1988, Ben Johnson afirmou estar disposto a correr em provas de pista coberta a partir de Janeiro.

Estarei em provas de pista coberta talvez por volta do dia 15 de Janeiro. Não sei ainda exactamente onde nem quando, mas logo que o momento chegue eu estarei pronto para correr, afirmou o atleta, desqualificado do título de campeão olímpico dos 100 metros na sequência do resultado positivo da análise.

Sete mil atletas nos Jogos de Homossexuais

Mais de sete mil atletas emm representação de 250 cidades de 27 países, participarão, a partir do próximo domingo, nos III Jogos Olímpicos de Homossexuais que decorrerão em Vancouver (Canadá), Em desfile, estarão 29 modalidades desportivas, desde o hipismo à natação, hóquei sobre o gelo ao atletismo e segundo Barry McDell (membro da organização dos Jogos), o objectivo do certame é dar ao mundo uma imagem diferente dos «gays» e das lésbicas.

Viaturas Usadas

GARANTIA TOTAL
CRÉDITO RENAULT GEST

RENAULT 4 V 1984
RENAULT 4 GTL 1984/86/88
RENAULT 5 TL 5 portas 1988
RENAULT 5 GTL, 3 e 5 portas 1985/86
RENAULT 5 TD, 5 portas 1987
RENAULT 5 TD SOCIÉTE, 2 lug. 1987
RENAULT 5 GTR, 3 p. 1987/88
RENAULT 9 GTC 1984
RENAULT 9 GTC Super 1987
RENAULT 9 GTL 1983
RENAULT 11 GTD 1986
RENAULT 19 TSE .... (Abril de 90) serviço
RENAULT 21 RS c/ ar cond. e alarme 1987
RENAULT 21 RS 1986
RENAULT EXPRESS, gasolina, vidrada, 1.4 1988
RENAULT EXPRESS Diesel 1988/89
RENAULT TRAFIC TB 13 (3 lug.) 1985
RENAULT TRAFIC TB 43 (7 lug.) tecto alto 1986
RENAULT TRAFIC TB 24 tecto alto 1988
SAAB 900 TURBO 1982
PEUGEOT 505 1982
AUSTIN MONTEGO 1.3 1986
FORD TRANSIT L300 6 lug. 1986

PORTAS ABERTAS
DIAS ÚTEIS: DAS 9 ÀS 20 HORAS
SÁBADOS DAS 10 ÀS 18 HORAS
– A GARANTIA QUE VOCÊ QUER –
SACAVENAUTO
E.N. 10 – N.º 69 – SACAVÉM – ☎ 942 50 40 – 942 52 40
RENAULT

Natação

«Dragões» com forte braçada

O FC Porto foi o vencedor colectivo com um total de 956,5 pontos, dos Campeonatos de Portugal absolutos de natação, que decorreram na Póvoa de Varzim.

O FC Porto venceu também o sector feminino dos campeonatos, enquanto o Benfica triunfou em masculinos.

A última jornada da principal competição da natação lusitana, teve como principal feito o recorde sénior e absoluto obtido pela sportinguista *Joana Arantes* na prova de 200 metros mariposa, em 2.17,00 minutos.

Joana Arantes, nascida em 1972 e a competir pelo primeiro ano como sénior, bateu o anterior recorde de 2,17,83, que pertencia a Sandra Neves, conseguindo ainda o tempo mínimo para participar nos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992, que é de 2.17,80 e que só recentemente foi publicado pelo Comité Olímpico Português.

Recorde-se que aquela atleta já tinha, nos Regionais de Lisboa, obtido o mínimo para os campeonatos do Mundo, a realizar em Janeiro de 1991, na Austrália.

Na última jornada caíram também mais um recorde, absoluto e de clubes e um recorde de sénior, o que transformou o último dia do campeonato num dos mais frutuosos da competição, em termos de marcas. A portista *Natacha Sousa* nadou em 2.10,87 minutos os 200 metros livres, melhorando o anterior mínimo de clube de 2.11,67, que já lhe pertencia, mas ficando a nove décimos do recorde absoluto (2.09,97). na estafeta de 4x100 livres, a mesma nadadora e mais três colegas da equipa venceram em 4.06,00, melhorando também o recorde de clubes de 4.10,50 e retirando 98 centésimos ao mínimo absoluto, obtido pela selecção nacional em Abril, na Taça Latina. No final da jornada a Federação Portuguesa de Natação divulgou os nomes convocados para a Taça Internacional de Roma, que se inicia quinta-feira e promete ser, não a prova mais importante da Europa este ano, mas do Mundo.

Assim, e por já terem os mínimos para o Mundial, são chamados *Alexandre Yokoche e Diogo Madeira* (Benfica) e *Artur Costa e Joana Arantes* (Sporting).

Por terem efectuado os tempos de pré-selecção para os estágios e competições de avaliação com vista ao Mundial, foram também convocados *Ana Barros* (Algés) e *e Paulo Trindade e Rui Borges* (FC Porto).

A equipa nacional, parte hoje e é chefiada pelo presidente da Federação Portuguesa de Natação, Victor Nogueira, sendo ainda constituída pelos técnicos Shintaro Yocochi (Benfica), Antóio José de Almeida (Sporting), o fisioterapeuta Rui Raposo (Algés) e o director técico nacional José Sacadura.

Ténis

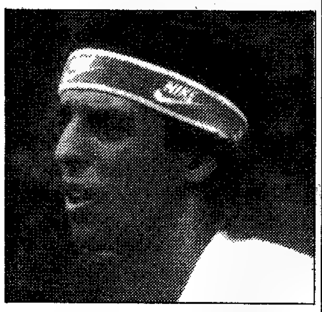
Cunha e Silva sobe na escala

João Cunha e Silva ascendeu ao número 131 do mundo, a sua melhor posição de sempre desde que passou a integrar o quadro da Associação dos Tenistas Profissionais.

Este lugar do tetra-campeão nacional deve-se à conquista dos pontos adquiridos nos torneios em que está a participar no Brasil, onde termina a sua presença a 20 do corrente.

Nuno Marques, até agora o tenista que ocupou a melhor posição de sempre com 126.º lugar em Abril de 1989, teve também uma ligeira subida nas listas mundiais, passando a ser o número 142 do mundo, uma diferença de onze lugares entre os dois jogadores portugueses.

A lista dos 10 melhores do mundo é a seguinte: 1.º, Ivan Lendl, Checoslováquia; 2.º, Stefan Edberg, Suécia; 3.º, Boris Becker, RFA; 4.º, Andre Agassi, EUA; 5.º, Andres Gomez, Equador; 6.º, Thomas Muster, Áustria; 7.º, Brad Gilbert, EUA; 8.º, Emilio Sanchez, Espanha; 9.º, Arron Krickstein, EUA; 10.º, Michael Chang, EUA.



«Dobradinha» na «Baja de Aragon» mostrou criatividade da Citroën

Os Camel Citroën ZX Rally Raid iniciaram o seu programa de 1990 com uma brilhante dupla na «Baja de Aragon», importante e competitiva prova incluída no calendário mundial desta modalidade.

Ari Vatanen/Bruno Berjlund e Jacky Ickx/Christian Tarin, foram as equipas que deram criatividade à Citroën nesta vitória na sua estreia oficial nos Grand Raid, desta feita tendo como palco os difíceis traçados das montanhas de Aragon, situadas a este de Saragoça, sob o calor tórrido do Verão espanhol.

Vencedor da mesma competição ao vaolante do Peugeot 405 T16 em 1988, Ari Vataren não deixou agora de elogiar as qualidades do novo Citroën ZX, assim como da nova equipa onde está inserido: *«Este foi o melhor começo possível para o Camel Citroën Rally-Raid Team» — começou por afirmar o ex-campeão do mundo de ralis.*

Árbitros de Lisboa com «salários em atraso»

Um árbitro pertencente ao Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Lisboa contacta o «DL» e diz-nos: «*Por favor lancem um alerta no 'Diário de Lisboa' para a gravidade desta situação: a nossa Associação não nos paga desde Janeiro. Somos cerca de 500 a financiar o futebol. Isto não pode ser. Por favor noticiem esta inconcebível situação.*« Está noticiada. Noticiado e confirmado, já que, fonte próxima da AFL por nós contactada, nos referiu ser verdade que apenas foram liquidados os débitos relativos a Janeiro prevendo-se que hoje sejam emitidos os cheques correspondentes aos meses de Fevereiro e Março.

Quanto às causas que justificam este atraso, a AFL alega que as culpas terão de ser endossadas aos clubes que não pagam dentro dos prazos estabelecidos, sendo aquele organismo credor de cerca de 100 mil contos. Uma justificação que não colhe o entendimento dos árbitros. Nem o nosso. Que culpa têm aqueles servidores do futebol que não exista um dispostivo legal que impeça os clubes de se servirem de dinheiro que não lhe pertence? Perguntamos nós: este atropelo aos direitos dos árbitros não merecerão que os dirigentes das associações imponham que a Liga dos Clubes exija aos seus filiados o cumprimento rigoroso dos seus deveres para com os organismos coordenadores do futebol? E já agora, mais isto: existindo um órgão congregador dos árbitros (Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol) porque não defende, como estaturariamente lhe cumpre, os seus associados de todas questões que bulam com os seus direitos? Em suma: a Associação de Futebol de Lisboa «sacode» as responsabilidades argumentando que a culpa é dos clubes; os clubes atentam contra a honorabilidade não devolvendo à Associação o dinheiro que por força dos regulamentos lhe pertence; a Associação Portuguesa de Árbitros não cuida de bem defender os seus filiados; a Liga dos Clubes tolera ilegalidades; a Federação Portuguesa de Futebol conhece a situação e não actua. Entretanto o mexilhão vai aguentando.

Alves Henriques

BREVES

Setúbal: piscina para o Vitória

O Vitória de Setúbal vai iniciar ainda este ano a construção de uma piscina coberta — disse o presidente do clube sadino, Fernando de Oliveira.

Segundo aquele dirigente desportivo, *a construção vai ser iniciada após um protocolo que em breve será assinado entre o Vitória de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal e a Direcção-Geral dos Desportos.*

A piscina, cujo custo está orçado em cerca de sessenta mil contos, é o primeiro equipamento a ser construído no novo complexo desportivo do clube sadino, na zona das Manteigadas, em Setúbal.

A direcção do Vitória de Setúbal vai encetar contactos com o ministro do Plano e Ordenamento do Território, Valente de Oliveira, no sentido de solicitar colaboração para reforço de verbas para o complexo, cujo custo total se aproxima do milhão de contos.

O complexo desportivo do Vitória de Setúbal, que vai ser construído em terrenos cedidos pelo município local, integra campos relvados para futebol, «courts» de ténis, piscinas e um pavilhão gimnodesportivo.

Críticas a Havelange

O ex-presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol (CSF), o peruano Teofilo Salinas, acusou o presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), o brasileiro João Havelange, de manipular o futebol mundial transformando-o numa espécie de mafia.

Salinas, que presidiu à CSF durante 20 anos, declarou a um diário desportivo de Lima que a carta enviada a Havelange por Carlos Carrera, membro da Confederação Centro-Americana e do Caribe de Futebol (CONCACAF) é corajosa, e o seu conteúdo verdadeiro.

Na sua missiva Carrera recusa o cargo de presidente da CONCACAF.

Havelange, afirma Salinas, pediu a retirada da candidatura de Joaquim Soria Terrazas, 22 anos à frente da CONCACAF, porque, tudo o indica, este teve algum desentendimento com o presidente da FIFA, que a partir de então se lhe opôs.

Segundo Salinas, quando a oposição de Havelange a Terrazas chegou ao seu conhecimento, compreendeu que o presidente da FIFA manipula o futebol mundial, fazendo negócios com este desporto e envolvendo-o num clima mafioso.

Ontem, em Alvalade: Sporting, 3-Atlético de Madrid, 0

A mais-valia está prometida

Um tento de belo efeito de Carlos Xavier, no último minuto da partida, fixou em 3-0 a vitória do Sporting sobre o Atlético de Madrid, em encontro de apresentação da equipa leonina para a época de 1990/91, disputado ontem à noite no Estádio José de Alvalade.

Gomes, aos 17 minutos, inaugurou o marcador para o Sporting, tendo Cadete, na sequência de um pontapé de canto, elevado para 2-0, aos 50 minutos.

O árbitro do encontro, Vítor Correia, foi bastante contestado pela equipa espanhola, já que mostrou quatro cartões amarelos e um vermelho a jogadores espanhóis. O sportinguista Careca também viu a cartolina amarela, aos 71 minutos.

Os locais justificaram nos primeiros 20 minutos de cada uma das partes da partida a vitória sobre o Atlético de Madrid que se mostrou em má forma, apesar de ter vencido recentemente o Torneio Internacional da Cidade do Porto.

Futre, ex-jogador do Sporting, foi a principal figura da equipa espanhola na primeira parte, mas foi substituído ao intervalo por Toni.

O Sporting criou a primeira situação de perigo logo no segundo minuto da partida, quando o seu novo reforço, o brasileiro Careca, sozinho frente ao guarda-redes espanhol, Diego, perdeu a oportunidade de se colocar desde logo na frente do marcador. Dois minutos depois foi o moçambicano Ali Hassan que na direita fugiu à marcação dos defesas madrilenos, cruzou para o centro da área do Atlético e vários jogadores leoninos não foram capazes de dar seguimento ao lance.

O Atlético de Madrid criou perigo aos oito minutos, quando Futre apontou um pontapé de canto na esquerda e com Pizo Gomes a rematar sobre a barra do guarda-redes jugoslavo do Sporting, Ivkovic.

Aos 15 minutos, Vítor Correia não assinalou uma grande penalidade sobre o austríaco Rodax, melhor marcador europeu em 1989, o que motivou protestos dos jogadores da equipa espanhola.

A partir dos 30 minutos a partida decaiu em espectacularidade, com as equipas a actuarem mais a meio-campo, apenas se registando um golo invalidado a Baltazar, por fora-de-jogo, após intervenção de Marina e Rodax. O Sporting terminava assim a primeira parte a vencer por 1-0.

Na segunda parte, Cadete, bastante oportuno, aproveitou de cabeça um canto bem apontado na esquerda por Oceano, elevando o resultado para 2-0.

Quando muitos dos cerca de 35 mil espectadores que se deslocaram a Alvalade estavam já a abandonar as bancadas, Carlos Xavier, com um remate muito colocado, depois de um cruzamento de Cadete ter sido rechaçado por um defesa espanhol, fixou o resultado final da partida em 3-0.

Sob a arbitragem de Vítor Correia, de Lisboa, as equipas alinharam:

Sporting: Ivkovic; Carlos Xavier, Leal, Venâncio e Luisinho; Ali Hassan (Litos, aos 70 minutos), Oceano e Douglas; Gomes, Careca e Cadete.

Atlético de Madrid: Diego; Tomas, Solzabal, Donato, Julio Pietro, Marina (Sabas, aos 61), Pizo Gomes e Rodax; Baltazar (Juan Carlos, aos 61), Futre (Toni, aos 45) e Orejuela (Manolo, aos 45).

Acção disciplinar — amarelos: Tomas, Marina, Pizo Gomes, Sabas e Careca; vermelho: Sabas.

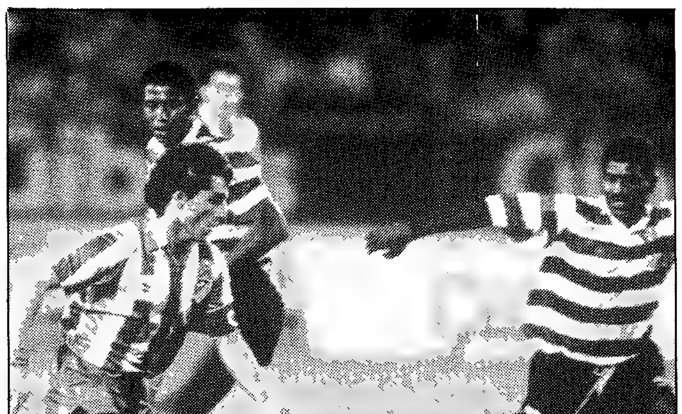
Para os EUA onde o Sporting participará no Torneio Marlboro, seguiram (hoje) os seguintes jogadores: Ivkovic, Sérgio, Carlos Xavier, João Luís I, Miguel, Luisinho, Bozinoski, Leal, Oceano, Douglas, Ali Hassan, Litos, Lima, Cadete, Careca, Gomes e Edel.

Francisco Paraíso

Frente a frente entre Careca e Baltasar

Francisco Paraíso

Golo n.º 2 rubricado por Cadete



Francisco Paraíso

Futre tenta escapar-se a Oceano

Estrela - FC Porto jogam hoje para a Supertaça

O FC Porto (campeão nacional) e o Estrela da Amadora (vencedor da Taça de Portugal) realizam, esta noite, no Estádio José Gomes, o encontro da primeira mão da 12.ª edição da Supertaça. Um jogo que promete casa cheia, tendo em conta o prestígio da prova e o valor dos artistas em presença.

Conselho de Justiça analisa impugnação da assembleia

O Pleno do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol vai hoje analisar e, em consequência, decidir, quanto ao processo de impugnação introduzido por cinco associações, pondo em causa as decisões emanadas da assembleia geral federativa realizada no passado dia 21 de Julho.

As associações signatárias do ciado recurso Lisboa, Leiria, Guarda, Coimbra e Portalegre — consideram, no texto do mesmo, que as decisões saídas da mesma assembleia encontram-se feridas de irregularidades, tendo em conta o estatuto por que se regem as assembleias gerais, designadamente no tocante ao respeito pela ordem de trabalhos.

Curiosamente, o jurista e membro da 1.ª Secção do Conselho de Justiça, Almeida Lopes, teve uma intervenção, no decurso da referida assembleia de 21 de Julho, na qual sustentou opinião diversa da que é manifestada no aludido recurso.

Esta e outras opiniões (Valentim Loureiro, durante os sorteios do Campeonato Nacional da 1.ª Divisão e liguilhas, mostrou-se céptico quanto à hipótese de o Pleno do CJ alterar o que já foi aprovado) podem ser indícios claros de uma decisão a sair esta noite, na reunião a realizar a partir das 21 horas.

Horas antes (18,30), mas no mesmo local, a FPF procede à realização do sorteio (condicionado) do Campeonato Nacional da 2.ª Divisão de Honra.

AGENDA

I Série N.º 181
Dia 7 de Agosto

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 255/90:
Altera o Decreto-Lei n.º 376-A/89, de 25 de Outubro (aprova o regime Jurídico das Infracções Fiscais Aduaneiras).

Ministério das Finanças e da Saúde

Portaria n.º 627/90:
Altera o quadro de pessoal do Hospital Distrital de Portimão (pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica).

Ministério das Finanças e do Comércio e Turismo

Portaria n.º 628/90:
Define as formalidades e a tramitação processual a que ficam sujeitos os diferentes tipos de documentos previstos no Decreto-Lei n.º 126/90, de 16 de Abril (disciplina o regime do registo prévio das importações e exportações de mercadorias).

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 629/90:
Sujeita ao regime cinegético especial os prédios rústicos situados na freguesia de Espírito Santo, concelho de Mértola. Revoga a Portaria n.º 902/89, de 14 de Outubro.

Portaria n.º 630/90:
Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade de Claros Montes de Baixo», situada na freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, e «Herdade dos Condes» e outras, situadas na freguesia de Pavia, concelho de Mora.

Portaria n.º 631/90:
Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade do Pedregulho» e «Herdade de Vale do Zebro», situadas na freguesia de São Facundo, concelho de Abrantes.

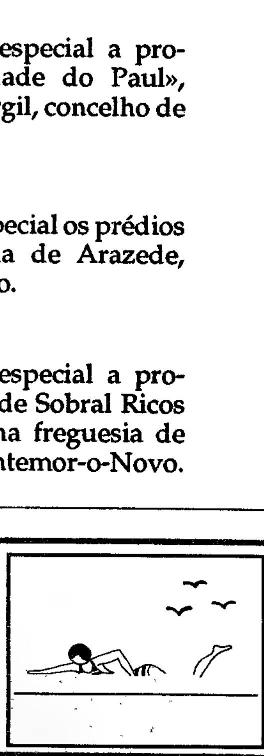
Portaria n.º 632/90:
Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade dos Carvalhos» e «Herdade da Espadaneira», situadas na freguesia de Canha, concelho de Montijo.

Portaria n.º 633/90:
Sujeita ao regime cinegético especial a propriedade denominada «Herdade do Paul», situada na freguesia de Montargil, concelho de Ponte de Sor.

Portaria n.º 634/90:
Sujeita ao regime cinegético especial os prédios rústicos situados na freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho.

Portaria n.º 635/90:
Sujeita ao regime cinegético especial a propriedade denominada «Herdade Sobral Ricos Courela Sesmarias», situada na freguesia de São Crisóvão, concelho de Montemor-o-Novo.

SE
nada pouco
ou tem cãibras
não se afaste da praia



O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território
Céu geralmente limpo. Vento fraco soprando em regime de nortada durante a tarde no litoral Oeste. Neblina ou nevoeiro matinal, especialmente na faixa costeira ocidental.
Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação noroeste de 2 metros na Costa Ocidental e mar de pequena vaga com ondulação inferior a 1 metro no Costa Sul.

Amanhã
Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco soprando moderado de Noroeste, durante a tarde, no litoral Oeste. Neblina ou nevoeiro matinal na faixa costeira ocidental.

Depois de amanhã
Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco ou moderado de Noroeste durante a tarde no litoral Oeste. Neblina ou nevoeiro matinal.

MADEIRA

Períodos de céu muito nublado. Vento fraco ou moderado de Nordeste.Pequena descida de temperatura.
Mar de pequena vaga com ondulação noroeste de 2 metros na Costa Norte e encrespado com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

No Funchal
Céu geralmente pouco nublado. Vento fraco.

Amanhã
Períodos de céu muito nublado. Vento fraco ou moderado de Nordeste.

Depois de amanhã
Períodos de céu muito nublado. Vento fraco ou moderado de Nordeste.

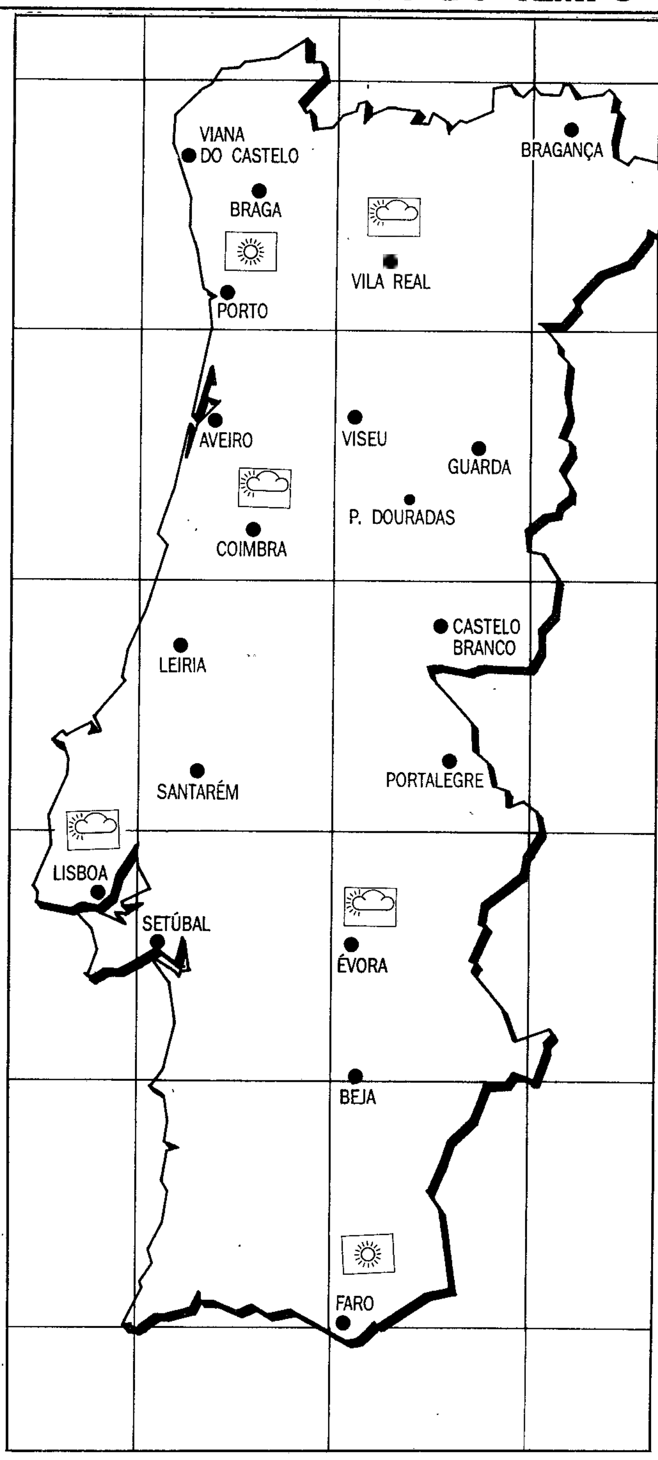
AÇORES

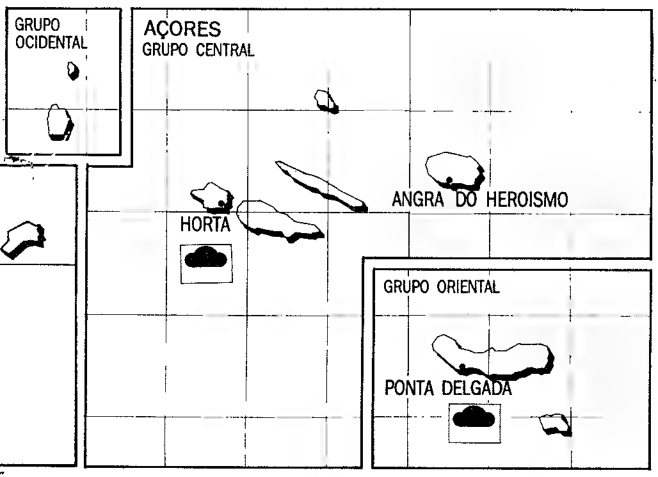
Grupos Ocidental e Central
Céu geralmente muito nublado. Vento moderado a forte de Sueste. Aguaceiros. Condições favoráveis à ocorrência de trovoadas.
Mar cavado a grosso com ondulação noroeste de 3 metros.

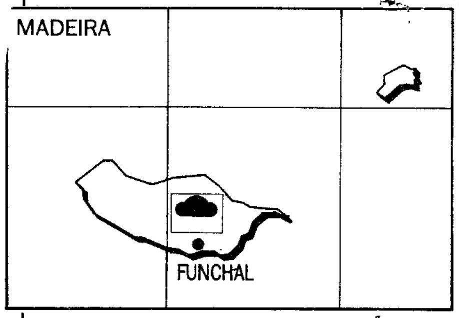
Grupo Oriental
Céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado de Sueste. Aguaceiros fracos.
Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação noroeste de 2 metros.

Amanhã
Céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado de Sul. Períodos de chuva especialmente nos grupos Central e Oriental.

Depois de amanhã
Céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado do quadrante Sul. Aguaceiros.







- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
04.36	3,4m	10.03	0,6m
16.48	3,7m	22.27	0,5m

Amanhã

05.09	3,5m	10.38	0,6m
17.22	3,8m	23.03	0,5m

PORTUGAL

	Min.	Máx.	Às 6 h.
Bragança	13	13	M. nub.
V. Castelo	16	16	Neblina
Vila Real	16	16	P. nub.
Porto	15	15	P. nub.
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	16	17	P. nub.
C. Carvoeiro	19	19	M. nub.
C. Branco	20	20	P. nub.
Portalegre	23	23	Limpo
Lisboa	19	19	P. nub.
Évora	19	20	Bruma
Beja	17	17	Limpo
Sines	-	-	-
Faro	22	25	Limpo
Sagres	20	20	P. nub.
P. Delgada	20	20	P. nub.
Horta	21	21	M. nub.
Funchal	22	23	P. nub.

Tem. máx. prevista para hoje; Lisboa, 32; Porto, 30; Faro, 32; P. Delgada, 26; Funchal, 33.

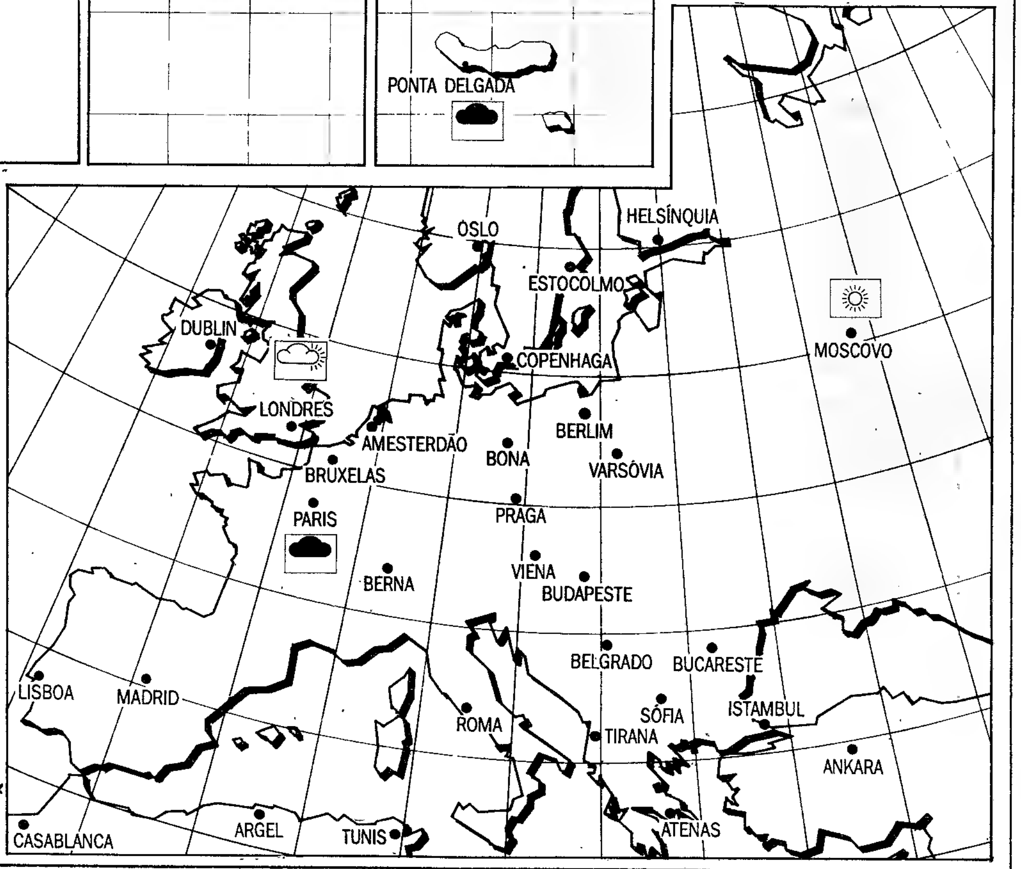
EUROPA

	Min.	Máx.	Às 6 h.
Madrid	17	17	M. nub.
Londres	12	14	M. nub.
Paris	10	13	Limpo
Bruxelas	9	11	Chuva
Amesterdão	11	13	M. nub.
Genebra	12	14	P. nub.
Roma	24	25	Neblina
Oslo	12	14	P. nub.
Copenhaga	11	15	P. nub.
Estocolmo	9	13	P. nub.
Berlim	11	13	P. nub.
Viena	15	15	Chuva
Varsóvia	15	15	Chuva
Atenas	22	26	P. nub.
Moscovo	14	20	P. nub.

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Buenos Aires	13	23	Limpo
Caracas	19	28	Nublado
Hong Kong	28	32	Limpo
Joanesburgo	7	18	Limpo
Los Angeles	18	25	Limpo
Montreal	20	27	Chuva
Nova Deli	25	32	Nublado
Nova Iorque	23	26	Chuva
Rio de Janeiro	16	24	Nublado
São Francisco	13	24	Nublado
São Paulo	10	19	Nublado
Tóquio	26	32	Nublado

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



AGENDA

FARMÁCIAS LISBOA SERVIÇO PERMANENTE

Alcântara: Probidade, Rua Alcântara, 15 A-B. Tel. 3638589; **Alto Pina:** Eusil, Rua Barão Sabrosa, 104. Tel. 8141922; **Alto Santo - Amaro Rio Seco:** Dilema, Rua Aliança Operária, 49 A-B. Tel. 3636620; **Alvalade:** Roma, Av. Roma, 85-B. Tel. 772466; **Baixa:** Valdas, Rua da Madalena, 235. Tel. 879060; **Benfica-Igreja-Cemitério:** Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A. Tel. 703393; **Campolide:** Imparcial, Rua General Taborda, 28-30. Tel. 680931; **Chelas:** Banha, Est. de Chelas, 173-175. Tel. 382241; **Lapa:** Mota Capitão, Rua São Félix, 45 B-C. Tel. 660720; **Lumiar:** Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93 A-B. Tel. 7591131; **Metro-Anjos:** Colonial, Rua Forno do Tijolo, 40, Tel. 8141122; **Olivais Sul:** Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43. Tel. 310026; **São Sebastião:** Sá da Bandeira, 36-42. Tel. 554672; **Brandoa-Amadora:** Tavares Matos, Rua Irene Lisboa, Lote 108. Tel. 993220; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A. Tel. 4104556; **Moscavide:** Império, Rua 1 de Maio, 48-A, Tel. 2513234; **Odivelas:** Gonçalves, Rua Dr. Egas Moniz, 30-B. Tel. 9815662; **Pontinha:** Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R-8.

REFORÇO

Apeadeiro do Areeiro: Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331; **Campo de Ourique:** Castro Fonseca, Rua 4 Infantaria, 28-A. Tel. 688857; **Areeiro - Praça Londres:** João XXI, Av. João XXI, 16-A. Tel. 886462; **Carnide:** Guimarães Morais, Rua Neves Costa, 33-35. Tel. 7140081; **Chafariz Dentro:** Cruz de Malta, Largo Chafariz Dentro, 36. Tel. 866126; **Conde Barão:** Moz Teixeira, Rua Poço dos Negros, 117. Tel. 601961; **Encosta Restelo - Moinhos:** Tanara, Rua Rodrigo Reinel, 3-A. Tel. 611814; **Estefânia:** Universal, Rua Actor Taborda, 5-7. Tel. 544158; **Marquês Pombal:** Liberal, Av. Liberdade, 219. Tel. 543641; **Martim Moniz:** Tavares, Rua da Palma, 194. Tel. 863350; **Sapadores:** Branquinho, Rua dos Sapadores, 87-89. Tel. 8142725; **Buraca-Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal). Tel. 902221; **Olival Basto:** Nova, Açores, 11-A Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166, Tel. 4104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 de Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25. Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Godinho, R. Cândido Reis, 98. (Tel. 4430090. Permanente; **Parede:** Do Junqueiro, R. Luanda Lote 6, n.º 6-B. Tel. 2464825. Prmanente. **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas. Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera. Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Parque, Arcadas do Parque, 3, Tel. 260191. Até às 22 h; **Cascais:** Misericórdia, R. Regimento 19, 41, Tel. 280141. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Central, Av. Cardoso Lopes, 25-A. Per. 4932210. Permanente; Melo, P. D. João, I, 9-B (Tel. 970523). Até às 22 horas; **Damaia:** Damaia, P. Alex, Gusmão, 9-A. Tel. 970523). Até às 22 horas; **Queluz:** Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A. Tel. 4365849. Permanente; Albergaria, L. Prof, Dr. Jorge Mineiro, 42 Tel. 4356487. Até às 22 horas; **Cacém:** Araújo e Sá, Est. Paço Arcos, Lote 1-B. Tel. 9240781. Permanente; **Mem Martins:** Químia, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Sintra:** Misericórdia, Vila Pnedoa. Tel. 9231070. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Até às 22 h.

OUTRA BANDA

Almada: Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39. Tel. 270504. Permanente; **Cova da Piedade:** Rainha Santa, R. Soc. Fua Piedense, 50-A, Tel. 2294182. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 horas; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. República, 23 Tel. 2900020. Até às 19 horas; **Laranjeiro:** Moderna, R. Dr. Ant.º Elvas, 8-A, Tel. 2290305. Até às 22 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13 Tel. 2233471. Até às 19 horas; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. J. Fernandes, 17-C. Tel. 2043126. Até às 19 horas; **Barreiro:** Piçarra, Av. Bocage, 65-A Tel. 2074771. Permanente; **Baixa da Banheira:** Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302. Até às 19 h; **Corroios:** Bento-Lino, Est. Vale Milhaços Tel. 253260. Até às 19 horas; **Amora:** Nobre Guerreiro, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314, Tel. 2212923. Permanente; **Seixal:** Soromenho, P. Paiva Coelho, 38, Tel. 2215360. Até às 22 h; **Montijo:** Borges Cruz, R. Angola, 19 - Afonsoeiro, Tel. 2301853. Até às 22 h.

CLÍNICA S. JOÃO DE DEUS

MÉDICO DE URGÊNCIA

795 06 80/9

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

CAPARICA: Salvação à vista

RUBRICADO O ACORDO GERMANO-RUSSO

AGOSTINHO GANHOU ISOLADO NA COVILHÃ

Caparica: salvação à vista

Foi já assinado pelo ministro das Obras Públicas o despacho determinando a aprovação do projecto da obra de defesa da Caparica, eliminando-se, assim, os graves problemas que têm surgido todos os anos na época invernosa.

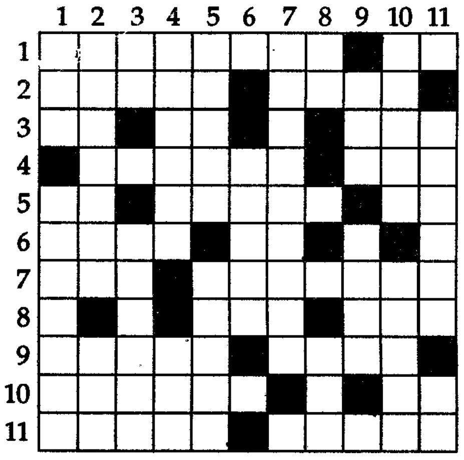
Agostinho ganhou isolado na Covilhã

Entrando isolado na meta instalada na cidade da Covilhã, Joaquim Agostinho (o sportinguista que ostenta a «camisola amarela») ganhou a etapa desta manhã, gastando 1 hora, 27 minutos e 44 segundos.

Acordo germano-russo

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética e da República Federal Alemã rubricaram, hoje, um tratado que se destina a normalizar as relações entre os dois países, após um quarto de século de hostilidades e desconfiança.

PALAVRAS CRUZADAS



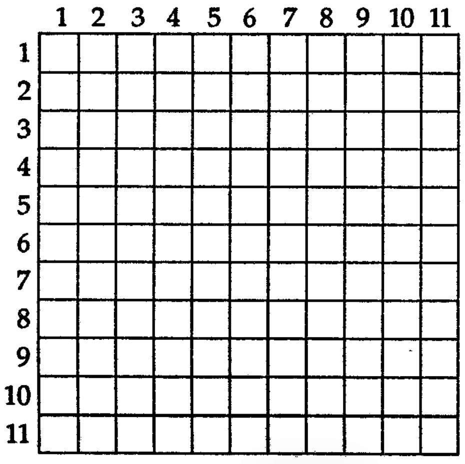
PROBLEMA N.º 17976

HORIZONTAIS:

1 - Fantasia. Ruténio (s.q.).
2 - Cidade de França. Cidade da Alemanha.
3 - Bromo (s.q.). Nota musical. Ensejo.
4 - Empregaras. Sadio (inv).
5 - Basta! Distrito da ex-Índia Portuguesa. Ósmio (s.q.)
6 - Engano. Bromo (s.q.).
7 - O mesmo que ion. Vila e concelho do distrito de Setúbal.
8 - Agarrei. Ofereces.
9 - Ataviar. Cidade da URSS capital da Ucrânia.
10 - Transpiraria. Amónio (s.q.)
11 - Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto. Ecoara.

VERTICAIS:

1 - Medida de capacidade hebraica (litro). Obstinado.
2 - Dividiras em ruas. Artéria.
3 - Prasiodímio (s.q.). Murmuras.
4 - Amofinado. Apelido.
5 - Rio de França. Cidade de França.
6 - As duas juntas.
7 - Pov. da Ásia Menor, na Troáde, onde se julgou, reconhecer segundo Schlieman, o lugar em que se ergueu a Tróia homérica.
8 - O mesmo que oh! (Bras). Passado.
9 - Recusa. Tansige. Nome de letra.
10 - Justiça. Limpar com água.
11 - Endurecidas. Miriare.



PROBLEMA N.º 16786

HORIZONTAIS:

1 - Massacre.
2 - Investigaras.
3 - Ilha do arquipélago de Sonda, a E. de Flores, que pertencia em parte à Indonésia e em parte a Portugal. Caruma.
4 - Albergara por esmola. Chefe etíope.
5 - Solitário. Campeões.
6 - Césio (s.q.). Lago de Itália.
7 - Ferro temperado. Canoa de casca de árvores com a proa e a popa achatadas. Abreviatura que se usa em música.
8 - Apelido. Pronome pessoal.
9 - Linha perpendicular a outra ou a uma superfície (pl). Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
10 - Empregue. Nome de homem.
11 - Solitários. Causas amuo a.

VERTICAIS:

1 - Seda crua, ainda não fiada. Resíduo de tabaco, em pó (Bras).
2 - Conselho. Nome de algumas tribos indígenas do Brasil, em Mato Grosso.
3 - Receei. Golpes.
4 - Indivíduo sem valor. Duas vogais desiguais.
5 - Recitarás. Político e militar português que participou da Guerra Peninsular e tomou parte na guerra civil de 1846-1848.
6 - Rei de Basã morto por ordem de Moisés. Profissional que escreve para jornal
7 - Cidade da China. Arsénio (s.q.). Fronte.
8 - Chefe etíope. Cabelos brancos. Artigo indefinido.
9 - Lenço usado pelos Romanos para limpar a boca. Fava de um centímetro de diâmetro, usada em quantidades diminutas como condimento.
10 - Gosta muito de. Palavra ou marca que os artistas põem nas suas obras para constar que foram por eles realizadas.
11 - Membros de aves. Alvitras.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17.975

HORIZONTAIS: 1 - A. CARNE. DE. 2 - Luir. Ardera. 3 - Dor. Au. Ne. 4 - Restantes. 5 - Nio. Si. Tese. 6 - Aas. Acre. Sa. 7 - Sola. Bar. 8 - Loucos. Dá. 9 - Rui. Pesca. 10 - Bordara. Caí. 11 - Aarau. Soo.
VERTICAIS: 1 - Aldona. LOBO. 2 - Ou. Iago. 3 - Cirros. Urra. 4 - Ar. Acuda. 5 - Assaloiar. 6 - Náuticos. Rã. 7 - Er. Rs. Pau. 8 - DENTE. DE. 9 - Dente. Basco. 10 - ER. Essa. CÃO. 11 - Assear. Ais.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16.785

HORIZONTAIS: 1 - Eneias. Bobo. 2 - Mandrião. AC. 3 - Mudai. Orara. 4 - Oder. Ri. 5 - Resumidas. 6 - Ras. 7 - Hum! III. Par. 8 - Adua. Calosa. 9 - Lara. Osa. 10 - Usar. Urro. 11 - Soca. Emas.
VERTICAIS: 1 - Emmen. Halux. 2 - Nau. Judas. 3 - Endor. Muras. 4 - Idades. Aaro. 5 - Áries. 6 - Si. Rurícola. 7 - Ao. Maias. 8 - Gorais. Laue. 9 - Pó. Rm. 10 - Barrabás. Rã. 11 - Ocais. Ramos.

PROVÉRBIO: A CARNE DE LOBO, DENTE DE CÃO.

EFEMÉRIDES

1660
• Morre o pintor espanhol Velasquez.

1875
• Em Lisboa, é publicado o primeiro número do jornal «O Protesto» órgão do Partido Socialista Português.

1971
• Os três astronautas da nave espacial norte-americana «Apollo 15», que exploraram o solo lunar, amaram suavemente no Oceano Pacífico.

1974
• Chega a Portugal Arnold Kalinin, o primeiro embaixador da URSS em Lisboa.
• A Alemanha Federal e a Síria concordam em reatar relações diplomáticas, interrompidas pelos sírios em 1965.

1975
• Nove militares portugueses (Vasco Lourenço, Vítor Crespo, Melo Antunes, Franco Charais, Pezarat Correia, Vítor Alves, Sousa e Castro, Canto e Castro e Costa Neves elaboram um documento o «Documento dos Nove» que assinala o fim da «era gonçalvista».

1984
• Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países africanos de expressão portuguesa, reunidos em Bissau, manifestam a sua profunda preocupação por «Portugal não assumi, com clareza, as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas» na questão de Timor.
• Pelo menos 30 bombas explodem, nas últimas 24 horas, em diversas regiões do Chile, cortando o fornecimento de energia eléctrica e provocando elevados prejuízos materiais.

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1
Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2
NA CORDA BAMBA
Filme de John Bradham
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3
TRIUNFO DO ESPÍRITO
Filme de Robert M. Young
M/16 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4
OLHA QUEM FALA
Filme de Amy Heckerling
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5
NINGUÉM É SANTO
Filme de Neil Jordan
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA CLUBE
Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
JOE CONTRA O VULCÃO
Filme de John Patrick
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa - T. 691275
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 3
O TRIUNFO DO ESPÍRITO
Filme de Robert M. Young
M/16 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4
JOE CONTRA O VULCÃO
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 5
HENRIQUE V
Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 6
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 7
FOGO MALDITO II
Filme de Tony Randel
M/18 anos - Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8
CENAS DE LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS
Filme de Paul Bartel
M/16 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9
ATA-ME
Filme de Pedro Almodovar
M/16 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 10
ORQUÍDEA SELVAGEM
Filme de Valman King
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319
SONHOS DE AKIRA KUROSAWA
Filme de Akira Kurosawa
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10 - T. 776098
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 15.15, 18.00 e 21.30

CAPITÓLIO
Parque Mayer
DESEJOS ESCALDANTES
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15 - T. 324194
RAID - SOBRE O INFERNO VERMELHO
Filme de Christian Ingnordsen
M/12 anos - Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253
DURO DE ROER
Filme de Steven Seagal
M/16 anos - Às 14.00, 16.30 19.00 e 21.30
CAÇADA DE DUROS
M/16 anos - Às 24.00

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA
T. 9434762
Encerrado para férias

ESTÚDIO SHEZA
Encerrado para férias

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27 - T. 573407
CONSULTÓRIO SEXUAL
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085
(Encerrada para férias até dia 3 de Setembro)

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

CONDES
Av. da Liberdade, 2 - T. 322523
DESAFIO TOTAL
Filme de Richard Marguana
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO
Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133
ALWAYS - SEMPRE
Filme de Steven Spielberg
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255
(Encerrado temporariamente)

FONTE NOVA 1
Est. de Benfica 503 - T. 7145088
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 14.30, 16.45 19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.45, 17.00, 19.15 e 21.15

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037
AUDITÓRIO 1
JULES E JIM
Filme de François Truffaut
M/16 anos - às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00
AUDITÓRIO 2
TEMPO DOS CIGANOS
Filme de Emir Kusturica
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.15 e 21.45

IMPÉRIO
Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

«Sempre», a mais recente longa-metragem de Steven Spielberg, em exibição actualmente em Lisboa

KING GEMINI
R. Sousa Lopes - T. 8480808
(Encerrado temporariamente)

KING TRIPLEX 1
R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808
FÚRIA SILENCIOSA
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

KING TRIPLEX 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

KING TRIPLEX 3
CANHÕES PERDIDOS
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
T. 3631162
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2
ORQUÍDEA SELVAGEM
M/12 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES
Av. de Roma, 7-A - T. 801313
ATA-ME
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão - T. 538743
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 2
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

MUNDIAL 3
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
T. 574362
JOE CONTRA O VULCÃO
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ODEON
R. dos Condes, 4 - T. 326283
FÚRIA SILENCIOSA
M/18 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

OLIMPIA
Rua dos Condes, 13
T. 325309
SEXO PARA RICOS E POBRES
Filme porno
M/18 anos
Sessões contínuas a partir das 14.00

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
ORQUÍDEA SELVAGEM
M/16 anos - Às 13.45, 16.15, 18.45 e 21.15 e 23.45

PLAZA 2
DESAFIO TOTAL
M/12 - Às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00

POLITEAMA
R. Portas de St.º Antão - T. 326305
VENTOS DE MUDANÇA
Filme de Terence Ryan
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16 - T. 771378
AS MINHAS NOITES SÃO MAIS BELAS QUE OS VOSSOS DIAS
Filme de Andrej Zulawski
M/16 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00, 21.45 e 24.00

QUARTETO 2
ATA-ME
M/16 anos - Às 14.15, 16.15, 18.15, 20.15, 22.00 e 24.00

QUARTETO 3
AS AVENTURAS DE BERNARDO E BIANCA
Filme de Walt Disney
(Falado em português)
M/6 anos - Às 15.00, 17.00 e 19.00
COOKIE
M/12 - Às 21.45 e 24.00

QUARTETO 4
CORAÇÕES SOLITÁRIOS
Filme de Paul Cox
M/12 anos - Às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00

SÃO JORGE 1
Av. da Liberdade, 175 - T. 579144
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 19.15 e 21.45

SÃO JORGE 3
O TRIUNFO DO ESPÍRITO
M/16 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

7.ª ARTE
Av. da República - T. 730715
JOE CONTRA O VULCÃO
M/12 anos - Às 14.45, 17.00, 19.00 e 21.45

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
T. 804210
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

TERMINAL
Estação do Rossio - T. 371573
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30

TURIM
Est. de Benfica, 723-A - T. 706666
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
M/12 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON
Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446
(Encerrado para férias)

ALMADA

ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

COSTA DE CAPARICA

CAPARICA OCEANO
Av.Gen.Humberto Delgado - T. 2905011
Sala 1
ADEUS AO REI
M/12 anos - Às 15.45 e 21.30

Sala 2
COOKIE
M/12 anos - Às 16.15 e 21.45

O PESCADOR
Telef. 2905350
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

CASCAIS

CARCAVELOS

ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30
LOUCURA DO SURF
Hoje e amanhã às 24.00

CASCAIS

MIRAMAR
Sala 1
Telef. 2841769
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

Sala 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.15 e 21.30

OXFORD
Av. 25 de Abril - T. 2865027
ASTÉRIX E A SURPRESA DE CÉSAR
Para todos - Às 16.00 e 21.30

NOVA OEIRAS

CINE PALMEIRAS
Telef. 2479144
Sala 1
ATA-ME
M/12 anos - às 15.15 e 21.30

Sala 2
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 15.30 e 21.45

OEIRAS

ALTO DA BARRA
Av. das Descobertas - T. 4439759

Sala 1
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 15.15 e 21.45

Sala 2
HENRIQUE V
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

SINTRA

AMADORA

BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
T. 493487[illegible]
DESAFIO TOTAL
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

CACÉM

ESTÚDIO FLORES
Telef. 914[illegible]570
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 15.00 e 21.30

QUELUZ

KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
Sala 1
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

Sala 2
O JOVEM EINSTEIN
M/12 anos - Às 15.15, 18.15 e 21.30

Sala 3
CANHÕES PERDIDOS
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.45

TEATROS

LISBOA

ABC
Parque Mayer - T. 3466783
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45
Dom. e feriados às 16.00
AI CAVAQUINHO

CONVENTO DO BEATO
Fábrica Nacional
Na 3ª e 4ª às 22.00
BICHOS
De Miguel Torga, pelo Grupo de Teatro «O Bando»

MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - T. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45, Domingos e Feriados, também às 16.00
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

RITZ CLUBE
R. da Glória - T. 325140
Sexta e Sáb. às 22.00
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas

ALGÉS

PRIMEIRO ACTO
R. Eduardo Augusto Pedroso, 16-A
T. 2115033
De 3ª a Sáb. às 21.30
Sáb. e Dom. às 17.00
O FADO, A NAVALHA E A GUITARRA, OU A HISTÓRIA DA ROSA ENJEITADA
De Fernando Gomes

CASCAIS

TEC
Av. Marechal Carmona, 6-B
T. 2867933
De 3ª a Sáb. às 21.30 / Dom. às 16.00
REI LEAR
De William Shakespeare. Encenação de Carlos Avilez

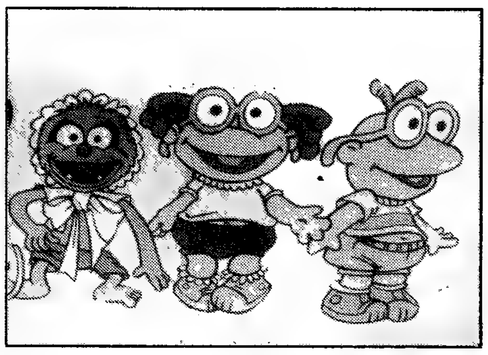
SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

15.40 - CASA DE IRENE
16.10 - PAIS E FILHOS
6º Episódio
17.15 - O MUNDO ANIMAL
28º Episódio: «cobras venenosas americanas»
17.40 - BRINCA BRINCANDO
Com «O Cão e o Gato», «Ferdy» e «Sunbow Super Specials»
18.40 - OS MARRETINHAS
19.05 - ESPECIAL VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA
9ª Etapa - Tondela / Fundão
19.30 - JOGO DE CARTAS
20.00 - TELEJORNAL
20.30 - BOLSA DIA A DIA
20.35 - O TEMPO
20.40 - BOLETIM AGRÁRIO
20.45 - RODA DE FOGO
32ºEpisódio
21.40 - PRIMEIRA PÁGINA
Inicia esta semana uma série de quatro reportagens sobre a China
22.40 - SARACEN
4º Episódio: David Barber e Tom Duffy, os dois principais detectives da Saracen Systems, continuam a partir para vários pontos do globo terrestre, a fim de solucionarem misteriosos casos que lhes são entregues quer pelo governo de Sua Majestade quer por empresas particulares. Apesar de terem métodos e personalidades diferentes, David e Tom são uma dupla difícil de enganar.
23.35 - 24 HORAS
00.10 - REMATE



Na 1º canal às 18.40, o 25º episódio da série «Os Marretinhas»

«Nós Por Cá Todos Bem» com Lia Gama, no 2º canal às 21.50

RTP-2

15.30 - AGORA, ESCOLHA
Bloco A: «Vingadores»
Bloco B: «Fiscais»
17.00 - OS NOVOS CAÇA-FANTASMAS
37º Episódio
17.25 - CONTOS CONTADOS
4º Episódio
17.45 - NO RASTO DOS ANIMAIS SELVAGENS
4º Episódio
18.30 - MEU PÉ DE LARANJA LIMA
164º Episódio
19.10 - ESPAÇO INFANTIL
Com «Paulus o Duende» e «Lucas e Filho»
19.55 - VIA RÁPIDA
20.05 - CLÁSSICOS DA TV
«Ruas de S. Francisco»
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMAGAZINE
21.50 - CINEMADOIS
«Nós Por Cá Todos Bem»: foi um dos primeiros filmes portugueses que no período pós 25 de Abril alcançou notório sucesso de público e crítica de certa forma devido às suas características de vocação popular. Em «Nós por Cá Todos Bem» Fernando Lopes interroga-se publicamente num filme profundamente afectivo e pessoal ao nos falar da sua família e das suas origens, transformando a sua própria mãe na personagem central desta obra mista de documentário, ficção e reportagem.
Intérpretes: Zita Duarte, Wanda França, Adelaide João, Fernando Barradas. Lia Gama, Bina, Paula Guedes, Margarida O'Neill, Cecilia Berenguer e Elvira Marques.
Realização: Fernando Lopes.
Duração: 77 minutos

AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - A GATA COMEU
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - CLINICA GERAL
14.20 - ESTRADA LARGA
14.45 - JOE COCKER
15.45 - CASA DE IRENE
16.15 - OLARIA DO REDONDO
16.25 - ACÇÃO EM MIAMI
17.10 - O MUNDO ANIMAL
17.35 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - OS MARRETINHAS
19.00 - ESPECIAL VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA
19.35 - JOGO DE CARTAS
20.00 - TELEJORNAL
20.30 - BOLSA DIA A DIA
20.35 - O TEMPO
20.40 - BOLETIM AGRÁRIO
20.45 - RODA DE FOGO
21.40 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.50 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«A Baía do Ódio»
23.50 - 24 HORAS
00.20 - REMATE

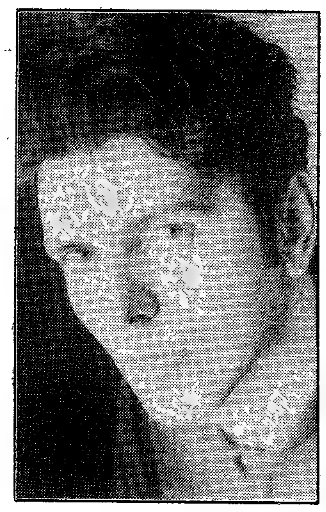
RTP-2

14.02 - PRIMEIRO JORNAL
14.20 - ESPAÇO INFANTIL
14.35 - FILHOS E FILHAS
15.00 - AGORA, ESCOLHA!
16.20 - O LICEU DEGRASSI
16.50 - ESPECIAL DESPORTO
18.40 - MEU PÉ DE LARANJA LIMA
19.20 - ESPAÇO INFANTIL
19.55 - VIA RÁPIDA
20.05 - CLASSICOS TV
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - FUGA DO DESESPERO
22.25 - HOTEL TERMINUS
23.15 - FADOS DO FADO

«O que resta do PRD não passa de um esqueleto vazio»

Pegado Liz, «Diário de Notícias», 06.08.90

A PERGUNTA DO DIA



Rui Reininho vocalista dos GNR

Em que vai consistir a iniciativa «Insensibilização pela Poesia», que terá lugar no próximo dia 18 em Sines?

«Os GNR vão fazer um concerto nesse dia em Sines e a organização aproveitou para me convidar a dar uma palestra sobre poesia, subordinada ao tema 'Sensibilização pela Poesia', dado que eu estou ligado à poesia. Eu decidi então transformar aquilo numa sessão totalmente improvisada. Vou levar meia dúzia de livros de poetas catalães e orientais; talvez com música de fundo - depende das condições do local onde a sessão se vai realizar - e vou tentar, sobretudo, pôr as pessoas a mexer, levá-las a participar, aproveitar a veia poética dos alentejanos. Não sei como é que aquilo vai resultar. Se calhar toda a gente vai preferir ir para a praia.»

Quarta-feira no **Diário de Lisboa**

Drogas leves: sim ou não à despenalização?

Entrevista com Waldemar Bastos

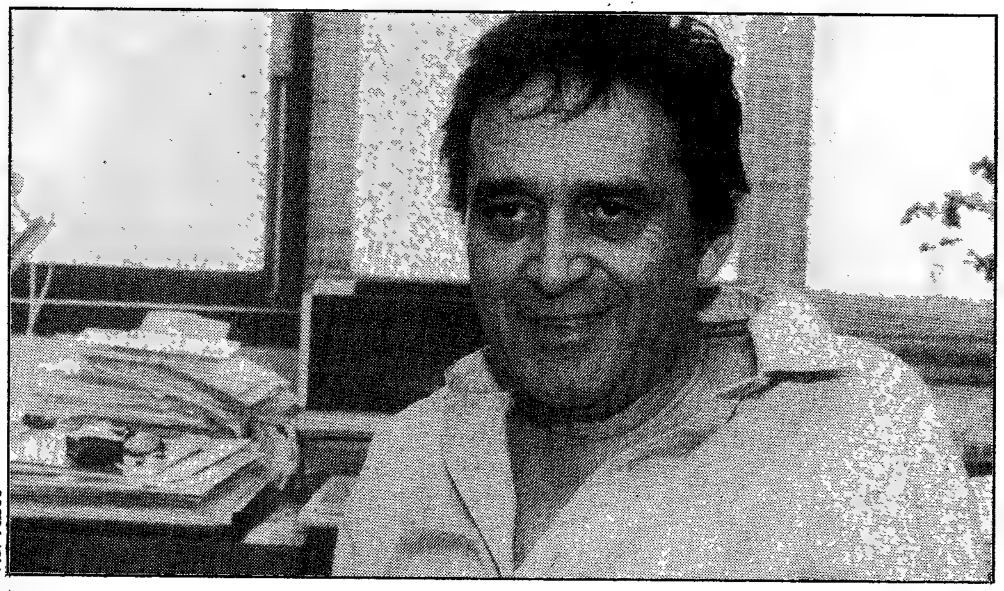
Volta a Portugal: o descanso depois da primeira montanha

Cartoon de Pedro Palma

ENTREVISTA

José Fonseca e Costa, cineasta a tempo inteiro, sete filmes feitos e um na forja, acha que o cinema só tem sentido desde que sirva para comunicar com o público

«Os filmes são feitos para as pessoas verem»



Rui Vasco

D.L. - Como vai o cinema português?

J.F.C. - Continuo a pensar que um cinema que ninguém vê não vai bem. Parece que se diz por aí que se fazem muitos filmes. Pergunto quem é que os vê, por que é que não são vistos e o que acontece quando o são. Penso que os filmes são feitos para as pessoas verem e filmes que não são vistos não cumprem a sua função.

D.L.- Então o problema não será só a apregoada falta de dinheiro. Provavelmente faltará mais qualquer coisa...

J.F.C. - Não me parece que o problema se deva reduzir ao dinheiro, até porque antes do dinheiro há um problema muito mais vasto que é o das políticas a seguir em relação ao cinema português, sabendo-se, como se sabe, que depende do Estado.

D.L. - Está a preparar alguma coisa neste momento?

J.F.C. - Estou a preparar outro filme. Trata-se de um projecto que a Comissão dos Descobrimentos aprovou, adaptado de um livro de Miguel Torga, chamdo «Senhor Ventura». É um projecto muito grande, muito ambicioso, para o qual consegui arranjar financimentos das mais diversas proveniências - principalmente de um produtor inglês - e o apoio institucional activo da Comissão dos Descobrimentos.

D.L. - Em que fase é que está?

J.F.C. - Estou justamente na fase de reunir todos os financiamentos. O argumento já está escrito, vai entrar na segunda fase da escrita, em breve será aberta a produção e passarei depois às outras fases normais de organização de um filme.

D.L. - Pode-se viver do cinema?

J.F.C. - É essa a ideia. Você não vive do que escreve? Então por que é que não se há-de viver do cinema?

D.L. - Mas é rentável?

J.F.C. - Pode ser, depende dos filmes que se fazem e do espírito com que se fazem. Eu faço um filme para comunicar com o maior número possível de pessoas, nem me parece que haja outra maneira de os fazer. Quem disser o contrário está a mentir. Um filme é um objecto com o qual se comunica e, portanto, quanto mais comunicar melhor atinjo o meu objectivo e, consequentemente, melhor viverei disso. Não tenho parado de filmar. Em dois anos fiz dois filmes.

D.L. - Quer dizer que o cinema é a sua actividade, não tem outra...

J.F.C. - Não, não tenho outra e, como vê, não vivo na opulência.

D.L. -Há quem o acuse de ser um cineasta da burguesia. Acha que é uma acusação justa?

J.F.C. - Não sei se isso é uma acusação. Acabo de ler dois romances portugueses, interessantíssimos, que contam histórias da burguesia. Não penso que pertencer à burguesia seja um pecado. Se exprimo ou não pontos de vista universais, é disso, principalmente que deve tratar-se quando estamos perante uma obra de arte.

D.L. - O que pensa do Secretariado para o Audiovisual?

J.F.C. - O Secretariado para o Audiovisual tem um estatuto e, a menos que ele seja alterado, não me parece que possa ter uma palavra a dizer nos destinos da entidade que mais financia o cinema português, o Instituto Português de Cinema. Ou alteram a lei que cria o IPC e atribuem a esse Secretariado funções de financiamento da produção cinematográfica ou, a manterem-se as coisas como estão, continuará a ser o IPC. O Instituto tem órgãos próprios, não tem só uma direcção, tem também um conselho consultivo que, aliás, não reúne.

D.L. - Quais pensa que são as hipóteses de um funcionamento diferente, agora que o IPC tem um novo presidente?

J.F.C. - Não é o novo presidente que vai dar ao Instituto um funcionamento diferente. Ele pode ter orientações diferentes em matéria de aplicação da lei. Julgo que é absolutamente indispensável aplicar a lei, que foi aplicada em bastante poucas das suas cláusulas. Há muitas cláusulas da lei que estão por aplicar.

D.L. - Porquê?

J.F.C. - Porque isso acontece muito em Portugal e por falta de vontade política de quem tem dirigido o IPC. Há pontos da lei que dizem respeito, por exemplo, ao mercado e que nunca forma aplicados por medo de entrar em conflito com quem em Portugal domina o mercado. Uma cinematografia sem mercado não é uma cinematografia feliz.

D.L. - Há algum filme que, quando o vê, sente «inveja» de não ser seu?

J.F.C. - Não sou invejoso, mas há uma quantidade de filmes que admiro muito, que me emocionam sempre, que considero, senão como modelos, pelo menos como obras-primas às quais gostaria de me equiparar através de qualquer um dos filmes que porventura venha a fazer.

D.S.

C R Ó N I C A

Apanhados do clima

A corrida até nem era longa, mas o motorista desviou a loquacidade do tema obrigatório, a canícula destes dias.

Às considerações sobre a condução de outros e o comportamento dos peões juntavam-se justíssimos reparos sobre as cargas e descargas nas ruas e avenidas desta cidade de Lisboa, que a par dos semáforos transformavam o táxi numa frigideira, mesmo depois de passadas as paragens forçadas pelo Código ou pelo desembarque de refrigerantes.

Mesmo tão transpirado como o passageiro que escreve estas linhas, o homem esgrimia esforços dialécticos que nem sequer poupavam os companheiros de ofício.

Do trânsito para a coisa pública, a moral era mote obrigatório do discurso, com incursões mais ou menos esclarecidas nos terrenos jurídicos.

«Anda tudo apanhado do clima!» - resumia o teórico do dever-ser.

Uma personalidade, no entanto, escapava às tundas nos desvarios das gentes. Era o primeiro-ministro. «O tipo viu mais longe que todos os outros e aumentou a gasolina antes de começar esta guerra do Iraque, porque já sabia que o preço do petróleo ia subir», sustentava.

No fim da corrida, foi a minha vez de lhe fazer a pergunta que as desculpas subsequentes não anularam, no capítulo do impacte: «Então o senhor não se envergonha de deixar o freguez mesmo em frente a uma caixa da EDP ?»

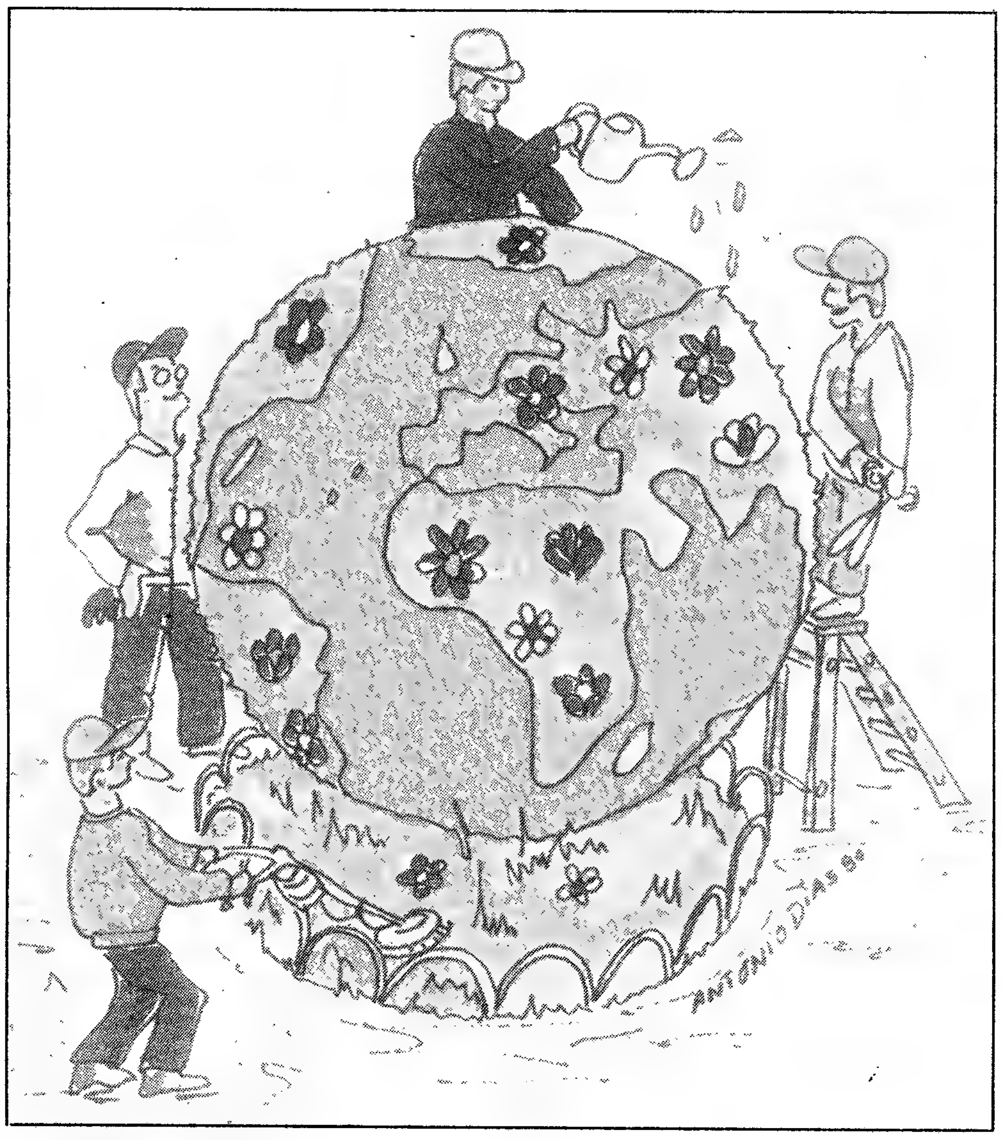
João Isidro

A.M.A. ® Auto Monumental do Areeiro S.A.
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE
ECONOMIA
Diário de Lisboa

Enquanto existem acusações e suspeitas no ar sobre ligações entre grandes produtores, comerciantes e a administração fiscal, Oliveira e Costa diz que vai tirar tudo a limpo

Floricultores queixam-se de «espinhos» fiscais



O fisco está a "picar" a floricultura. João Moisés, presidente da Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais, garante que até à introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado o sector ia muito bem. Agora, com a manutenção da isenção de imposto para os produtores com facturações anuais inferiores a 800 contos e a mais alta taxa de imposto da CEE, o sector está ameaçado. Se a situação persisitir, é até possível que acabe, admite aquele dirigente associativo.

Na base da inovação fiscal estarão, afirma, ideias erradas sobre os rendimentos dos produtores de flores: «Pensam que vivemos principescamente».

O fundo da questão é constituído pela incapacidade comercial dos produtores, que faz com que o IVA seja transformado em imposto sobre a produção, quando é suposto ser sobre o consumo.

Por seu turno, Oliveira e Costa está com atenção ao sector. Alertado por vários factores, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais quer saber o que se passa. Para já determinou a criação de um grupo de trabalho que levantará as diversas realidades da floricultura. Das suas conclusões e averiguações saber-se-á algo antes do fim do ano.

Antes, haverá oportunidade de averiguar da qualidade da produção florícola em Portugal, quando for realizado o 1º Salão das Plantas e Flores, na FIL, no próximo mês de Setembro.

Espera-se que lá, ou a pretexto desta movimentação, de certa forma inédita, no sector, sejam esclarecidas certas acusações de proteccionismo e ligações preferenciais entre a administração fiscal e certos "grandes comerciantes do Norte" associados a "certos produtores do Sul". O motivo desta aliança seria a defesa e o reforço de "monopólios" do sector, através do afastamento da concorrência com medidas fiscais...

Centrais

Japão: GATT dá zero à abertura comercial

Embora muitos países reconheçam o esforço que o Japão está a fazer em termos de se abrir às importações de produtos dos seus parceiros internacionais, a verdade é que o GATT manifesta a sua insatisfação e dá-lhe zero pela opacidade e complexidade dos seus mecanismos comerciais. Mas os nipónicos reagem e ameaçam elaborar e divulgar um relatório em que denunciarão as práticas comerciais desleais com que se deparam no estrangeiro, em particular nos países da OCDE, ao mesmo tempo que criam um novo departamento para harmonizar as suas regras e práticas com as estebelecidas no âmbito do GATT. Regras que este organismo considera serem benéficas para os consumidores japoneses e para o próprio reforço da capacidade exportadora do Japão.

Pág. 8

Desaproveitamento agrícola vai ter penalizações Pág. 2

Cooperação: é necessária uma política portuguesa Pág. 3

Relações de produção e relações de sedução - A análise de Geraldo Dias Pág. 3

Avizinha-se a privatização das bolsas de valores Pág. 6

Imagens da privatização do Totta & Açores Pág. 7

AGROPROMOTORA
CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA
RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

Nova Lei Agrícola estabelece níveis mínimos de aproveitamento dos terrenos

Terra improdutiva dá penalização

A nova Lei Agrícola Nacional, que deverá estar concluída até final do ano, define limites à propriedade privada e estatal, os níveis de aproveitamento mínimo da terra e as penalizações pela sua má utilização.

Segundo o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, os proprietários de terrenos agrícolas «terão de obedecer aos níveis mínimos de aproveitamento da terra, sob pena de serem accionados mecanismos penalizadores». Com esta medida, explica, pretende-se fazer desaparecer o latifúndio enquanto grande propriedade mal aproveitada.

A nova lei prevê a extinção da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, passando a haver uma norma regulamentar da propriedade aplicável a todo o território nacional.

Quanto aos cerca de 80 mil hectares que ficarão nas mãos do Estado, com a nova lei uma pequena parcela será colocada à disposição do sector público, nomeadamente dos municípios, para o desenvolvimento de projectos de investigação agrária.

Uma outra parte vai manter-se arrendada às cooperativas que actualmente têm contratos de arrendamento, cabendo a maior parcela ao arrendamento a pequenos e médios agricultores, por períodos de 19 anos.

Dos 1,2 milhões de hectares ocupados em 1974, o Estado possui ainda cerca de 102 mil hectares de terrenos agrícolas, dos quais cerca de 22 mil vão ser entregues aos seus proprietários sob condição de manterem um contrato de arrendamento por um período de 19 anos com os actuais rendeiros.

Alternativas aos cereais avançam em Portugal

Negociações com a CEE procuram harmonizar preços e defender os sectores do leite, da pecuária, das frutas e do vinho

A introdução de culturas alternativas aos cereais, nomeadamente as oleaginosas e as proteaginosas, vai ser uma realidade em Portugal, tendo para isso o governo português estabelecido um acordo político com a Comissão Europeia.

Este apoio financeiro da CEE não resulta da adesão de Portugal à Comunidade, segundo o ministro da Agricultura Arlindo Cunha, mas de uma concessão que «foi posta na mesa de negociações».

A negociação final, dada a sensibilidade da matéria em termo de GATT, Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, vai começar depois da conclusão do «Uruguay Round» que decorrerá em Bruxelas em Dezembro.

Entre as oleoginosas destacam-se a soja e a colza como culturas alternativas a serem introduzidas nas zonas de regadio, enquanto as proteaginosas, como a fava, a faveta, a ervilha forrageira e o tremoço, serão colocadas em zonas de sequeiro, num sistema de rotação com os cereais.

«Todo o país anda com o fardo dos cereias às costas», disse Arlindo Cunha à Lusa, salientando que a principal preocupação era, por um lado, «conseguir salvaguardar os rendimentos dos produtores» e, por outro, «compatibilizar esse aspecto com a competitividade de outros sectores económicos que utilizam os cereias».

Neste processo de negociações por etapas dos cereias, os reflexos fazem-se também sentir na pecuária e nos produtos agrícolas em geral, embora seja o sector dos cereais o que regista um maior diferencial de preços em relação à Comunidade, que implicam altos custos de produção.

A harmonização

Na primeira fase de negociações com a Comissão, recentemente terminadas, ficou prevista a harmonização dos preços dos cereias forrageiros, os quais baixam cerca de 20 por cento a partir de 1 de Janeiro de 1991 e a criação de uma ajuda de 65 por cento por parte da Comunidade directamente ao produtor. Trata-se de uma ajuda para um período de dez anos com vista a igualar os preços comunitários.

O leite é um dos produtos considerados «delicados» no âmbito destas negociações. Para este sector, foi conseguida uma quota de produção de 1.900 toneladas, superior em mais de 20 por cento à actual produção nacional. Esta quota será gerida pelo INGA, Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola.

Os produtores de leite ficam, por sua vez, isentos do pagamento da taxa de co-responsabilidade durante os cinco anos da segunda etapa da negociações. Regista-se que em Portugal existem cerca de 100 mil explorações leiteiras com um média de 2,6 vacas por exploração. Do total, 85 por cento tem menos de 10 cabeças por exploração.

Prémios para bovinos

No caso dos bovinos, foi acordada a concessão, na totalidade, dos prémios por cabeça, vacas em aleitamento e novilho de engorda, a partir de Janeiro de 1991.

Para os vinhos foi assegurado o escoamento de toda a produção da campanha 90/91, estimada em 11 milhões de hectolitros, tendo a comissão admitido proceder à harmonização total dos preços no início da campanha, em Setembro de 1991.

Sobre as frutas, a Comissão aceitou a comercialização de frutas portuguesas de categoria três nos próximos dois anos, medida excepcional de adaptação às regras da CEE, aceitando também em 80 por cento, um programa de fomento e controlo da normalização das frutas em Portugal.

Foi, por outro lado, negociado a aplicação do mecanismo complementar de trocas para as importações de todo o tipo de carnes, arroz, produtos lácteos, frutas e produtos hortícolas.

Segundo Arlindo Cunha, as negociações da segunda etapa dos produtos agrícolas portugueses garantem «uma estabilidade dos rendimentos para os produtores viverem com tranquilidade nos próximos anos».

«DL»/Lusa

abc — INFORMÁTICA, LDA.
Rua dos Sapateiros, 160-2.° • 1100 LISBOA
Tel. (01) 325070-3475940 — Telex ABCINF 13348 P — Fax 3462248

CAMPANHA DE VERÃO

ABC 8088 — 10/12 MHz

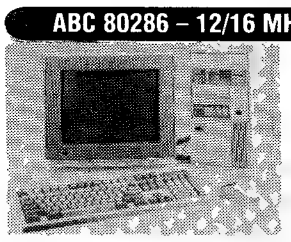
ABC 8088
— Compatível PC XT
— CPU 8088-1 (CPU V20)
— 4,77/10 (12) Mhz
→ 10 Mhz - 1 mb RAM 12 MhZ - 640 Kb
— Drives de 5¼" ou 3½"
— Portas série e paralelo
— Carta monocromática
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
— Mouse Opcional

PREÇO: ABC 8088 — 10 Mhz .... 108 000$00
— 12 Mhz .... 116 000$00
Com HD 20 MB .... 145 000$00

ABC 80286
— Compatível PC AT
— CPU 80286-12/16 Mhz
→ 1 Mb RAM
— Drives de 5¼" ou 3½" — Alta densidade
— Portas série e paralelo
— Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
— Carta monocromática (VGA opcional)
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
— Mouse Opcional

PREÇO: ABC 80286 — 12 Mhz .... 175 000$00 ★
— 16 Mhz .... 199 000$00 ★

ABC 80286 - 12/16 MHz



PARA REVENDA E ENSINO CONSULTE-NOS

ABC 80386 - 16/25/33 MHz

Redes UNIX XENIX e comunicações Somos especialistas

ABC 80386
— Compatível PC AT
— CPU INTEL 80386 - 16/25/33 Mhz
→ 1 Mb RAM expansíveis até 8 Mb
— Drives de 5¼" ou 3½" — Alta densidade
— Portas série e paralelo
— Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
— Carta monocromática (VGA opcional)
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
— Mouse Opcional

PREÇO: ABC 80386 — 16 Mhz .... 265 000$00 ★
— 25 Mhz .... 365 000$00 ★
— 33 Mhz .... 610 000$00 ★

DISCOS E CONSUMÍVEIS OS MELHORES PREÇOS DO MERCADO

★ Aos preços indicados serão acrescidos 17% de IVA

UTILIZE O CRÉDITO «abc»

abc AGENTES:
LISBOA: R. da Assunção, 67 — Telefs. 324647-327296
BRAGA: Av. Central, 85-1.° — Telefs. 7 27 98 - 7 43 69
S. JOÃO ESTORIL: Av. Florinda Leal, lote 1-A — 267 07 33
VISEU: Rua Direita, 77 — Telef. 2 76 64
PORTIMÃO: Rua D. Carlos I — Telef. 8 36 53 - 8 56 70
SETÚBAL: Largo da Misericórdia, 28 — Telef. 3 14 32

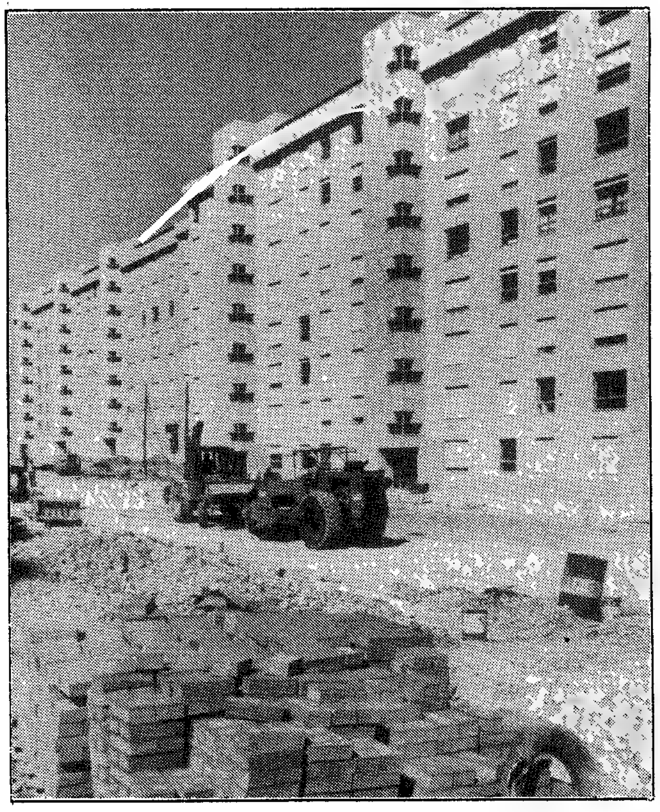
IGAPHE aplica 6,4 milhões em fogos habitacionais

O IGAPHE, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, efectuou no ano de 1989 obras no valor de 6,4 milhões de contos, ao abrigo do PIDDAC, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

O nível de execução global deste programa pertencente ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi de 87,7 por cento, tendo sido aplicado a 100 por cento pelo IGAPHE, pela direcção-geral de Navegação e Transportes Marítimos e pelo gabinete do Secretário de Estado dos Transportes Exteriores.

No programa «Promoção Directa», o IGAPHE concluiu 927 fogos, iniciou 434 em 1989, estando em curso, neste momento, 791 fogos. Estes projectos respeitam a diversas zonas do norte, centro e sul, destacando-se o plano integrado do Zambujal e da Malagueira em Évora. No que respeita à recuperação de fogos, iniciaram-se as obras em 3326, estão em curso 4055 e foram concluídos 2130 fogos.

No caso do programa «Promoção Apoiada», o RECRIA absorveu a maior parte do programa no que respeita a despesas. Em 1989 foram deferidos 177 pedidos referentes a 553 fogos e foram concluídas obras em 310 fogos de recuperação.



Construção não chega para a procura

Quanto aos «Contratos de Desenvolvimento», concluíram-se 420 fogos em 1989 estando em curso a construção de 1520 fogos. Em promoção directa foram aplicados 5,396 milhões de contos e em promoção apoiada 503 mil contos.

Em infra-estruturas habitacionais foram aplicados mil contos e em contratos de desenvolvimento 500 mil contos.

ECONOMIA

A improvisação não é o melhor método para obter resultados, embora algumas vezes resulte. Mais do que os aspectos quantitativos há que ponderar os qualitativos para que se estabeleçam relações úteis

Cooperação: é necessária uma política portuguesa

Tem havido um constante eco nos órgãos de comunicação social sobre a cooperação portuguesa nos países africanos de expressão portuguesa (PALOP), o que tem sido tema de interesse alargado, ultrapassando círculos mais ou menos restritos. Este facto traduz os interesses múltiplos e diversificados que existem em Portugal em torno da cooperação.

A política de cooperação portuguesa é recente. Vem do ano de 1975, após a independência das ex-colónias e do regresso de Portugal ao seio da comunidade internacional.

Ao longo destes anos, principalmente entre 1975 e 1980, não se criou uma base sólida e coerente para o desenvolvimento das relações entre Portugal e os PALOP, devido, essencialmente, a uma certa descontinuidade do poder político no País e à hipersensibilidade das relações entre as duas partes.

Foi só a partir dos anos 80 que esta situação registou alterações sensíveis, com a total integração, no tecido social português, da enorme massa de portugueses vindos das ex-colónias, a melhoria da situação económico-financeira do País e a vontade política manifestada pelas autoridades portuguesas e dos PALOP em reforçar laços de cooperação.

Não se pode dizer que a política portuguesa de cooperação seja muito diversificada. De facto, ela limita-se a um reduzido número de países africanos.

A adesão de Portugal à CEE (e consequentemente à Convenção de Lomé) teria já exigido que se tivessem desenvolvido esforços e contactos mais profundos que favorecessem o aproveitamento de novas oportunidades de cooperação. Refira-se que a Espanha, país que não tem a «tradição africana» portuguesa, tem mais acordos comerciais com aquele continente do que Portugal.

Por outro lado, saliente-se que alguns acordos estabelecidos aparecem como acções isoladas e conjunturais (visitas de governantes), não tendo sequência operativa. Continua a verificar-se que não há nem uma estratégia de actuação com objectivos claramente definidos, nem inventariação dos meios e instrumentos adequados para o desenvolvimento e reforço das relações de cooperação de Portugal com os PALOP.

Improvisação

A improvisação é característica dos portugueses e, mais uma vez, se vê que até na cooperação ela prima. Se não há estratégias definidas por parte dos governantes dos países, vamos «furar» de outra maneira.

E é assim que se constata que, apesar de tudo, a cooperação existente é muito diversificada, nomeadamente com os PALOP, abrangendo áreas que envolvem acções nas áreas da cultura, educação, língua portuguesa, legislação, formação de quadros e profissional, saúde, etc., até aos domínios que incluem a participação em projectos de desenvolvimento e na gestão de empresas, bem como, naturalmente, as trocas comerciais e os investimentos em distintos sectores de produção.

São tantos os casos de cooperantes que aparecem nos PALOP quase por iniciativa própria ou integrados em empresas privadas, que as organizações dos outros países são ultrapassadas sem entenderem porquê. De repente, vêem-se afastadas de um projecto que envolve elevados investimentos, porque aparece um português que resolveu o problema em questão de uma forma mais prática e financeiramente compensadora, reforçada pela facilidade de uma comunicação na própria língua.

É mesmo possível verificar que um simples relatório pode ser resolvido por duas vias: ou é contratada uma empresa de consultoria estrangeira que elabora um orçamento pesadíssimo para a realização deste «simples» trabalho; ou é resolvido por um técnico de expressão portuguesa que o elabora em «três tempos».

No balanço da cooperação portuguesa ressalta sempre a crítica, quase unânime, quanto à escassez de recursos financeiros para o apoio à cooperação cultural e económica, o que, sem dúvida, representa um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Tirar partido

No entanto, Portugal tem de começar a pensar em tomar partido deste grande mercado que é a África, o que, para além de tornar necessário a definição de políticas de cooperação e o investimento neste domínio, terá de facilitar o caminho às empresas portuguesas, no sentido de uma abertura à sua entrada nos países africanos. Com a sua experiência, mas também com o seu potencial humano, técnico e material, que constituem um capital decisivo para o estabelecimento de relações de cooperação úteis, tanto para Portugal como para os parceiros africanos. Mais do que os aspectos quantitativos são os factores qualitativos da cooperação que têm de ser ponderados.

Depende-se, assim, da capacidade de Portugal, País europeu, estabelecer um quadro de relacionamento capaz de aproveitar as potencialidades que proporciona a coincidência de interesses com as necessidades de desenvolvimento dos países africanos.

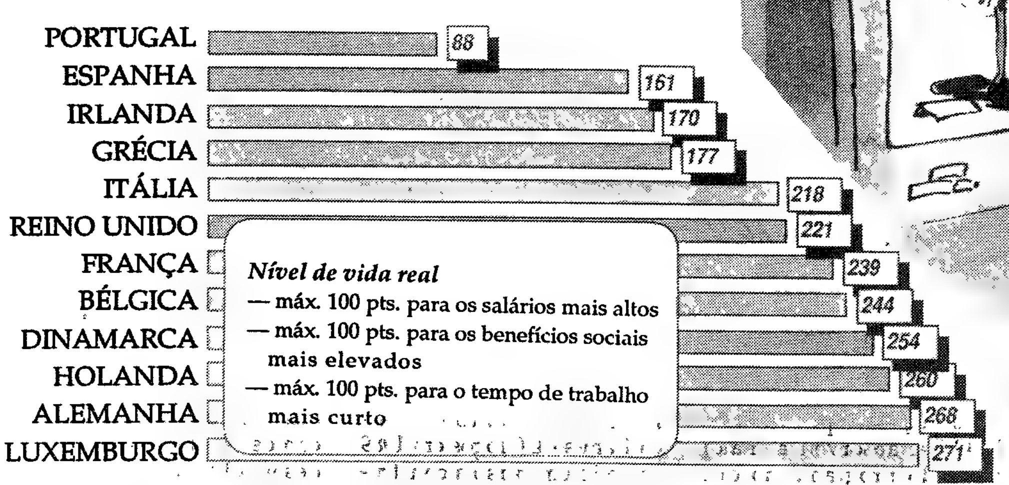
Caso contrário, corre-se o risco de a cooperação bilateral com os PALOP (e com a restante África) ficar diluída no espaço mais vasto de cooperação levada a cabo pela CEE.

Isabel Braz

O atraso do Sul

Way Press International

O nível de vida entre os diferentes países da Comunidade Europeia é muito desigual. Em matéria salarial, de tempo de trabalho e de protecção social, é o Luxemburgo que vem à cabeça. A Bélgica situa-se na quinta posição, enquanto que os países do Sul estão no fim do pelotão...



COMENTÁRIO

Relações de produção e relações de sedução

Numa sociedade caracterizada pela descoincidência entre modalidades de produção e modalidades de consumo num contexto de descolagem dos modos de vida face aos modos de produção - quer dizer em que aqueles se constituem e reproduzem em relativo avanço, uma vez que as normas de consumo estão mais próximas dos novos modelos que as normas de produção - a temática proposta das relações de produção *versus* relações de sedução condensa um interesse particular.

Com o fordismo, fórmula que traduz a generalização do consumo de massa nos países centrais, a sedução torna-se, de alguma forma, relação social dominante no sentido de um princípio de organização global da sociedade, uma vez que a democratização do consumo arrasta uma tendência global de redução das relações autoritárias e, ao mesmo tempo, de ampliação da gama de opções privadas.

O comportamento individualista/consumista inscreve-se no qudro de um processo de personalização que, embora mais lentamente, também se faz sentir na ordem da produção. As novas formas de organização do trabalho, o desenvolvimento de lógicas inovadoras nas relações profissionais, o valor da comunicação e das psicoterapias aí estão para o comprovar.

Mas se as diferentes esferas - produção e consumo - apresentam ritmos diferenciados de evolução, a coerência do modelo está, apesar de tudo, presente. Nas sociedades semi periféricas a situação é diferente dado que a passagem ao fordismo é problemática. A descoincidência entre formas de produção e de consumo é aí radical, quer dizer de raiz. O modelo de acumulação não operou, neste caso, a síntese produção/consumo.

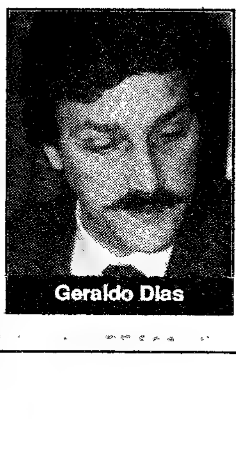
A designação de fordismo periférico pretende dar conta de um processo de transição em que as determinantes da valorização - concretamente as modalidades de uma relação salarial assente numa mão-de-obra barata - esbarram com os requisitos da realização, obrigando ao fechamento do ciclo produção/consumo sobre o exterior, em condições de interdependência dependente.

Se nas condições das sociedades centrais o consumo - o consumo validado pelo mercado, mais todas as formas de pseudo validação - liberta a sociedade da ideologia, fazendo emergir um modelo de socialização/individualização inédito, já nas sociedades semi periféricas a tradução desses acontecimentos, inevitável nos modos de vida, questiona a precaridade das realidades materiais que a sustenta.

A estratégia de sedução relaciona-se com um número cada vez maior de escolhas, permitindo uma selecção livre. Mas essa liberdade de escolha remete para uma ordem indiscutível dos fundamentos adquiridos ou vividos como tais. É aí que se inscreve a possibilidade de escolha entre 80 canais de TV por cabo, ou a total liberdade das opções eleitorais quando é certo que, qualquer que seja a solução, a continuidade está assegurada. As relações de sedução não interferem nas relações de produção, ou interferem pouco.

Paradoxalmente - ou inversamente? - nas sociedades semi periféricas, onde muito está por resolver, nomeadamente ao nível dos fundamentos materiais da sociedade, com problemas de direcção/ orientação, as rupturas eleitorais parecem mostrar uma injustificada incomensurabilidade das relações de produção e de sedução.

Os espaços da economia e da sociedade realizam o processo da sua separação. Privatização exacerbada dos indivíduos, divórcio entre as aspirações e as gratificações reais?


Geraldo Dias

Comerciantes do Norte, produtores do Sul e administração fiscal são acusados de fomentar uma situação de monopólio na floricultura.«Desprezo puro e simples pela realidade dos factos e efectivas condições de mercado», é uma acusação dirigida aos Serviços do IVA

Floricultor acusa Administração de protecção a monopólios

"Defesa dos monopólios" do sector e "comportamento incoerente" são duas das mais fortes acusações feitas à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais pelo floricultor Américo da Silva Jorge, que denuncia ainda um *complot* entre comerciantes do Norte e produtores do Sul para arrasar a concorrência.

Parlamento Europeu, Provedor de Justiça, partidos políticos e a própria Secretaria de Oliveira e Costa têm sido os destinatários das várias iniciativas que tem desenvolvido, qual autêntica "cruzada", contra a sujeição dos floricultores ao IVA.

Na base do ardor e do dinamismo evidenciado por este empresário, nas suas acções de protesto, está a publicação do Despacho Normativo 51/86, que isenta do pagamento do IVA os produtores de flores com uma facturação anual inferior a 800 contos e, em particular, as consequências que teve para si: a ruína económica da exploração florícola que, pouco antes, iniciara «por incentivos e com expressa aprovação oficiais».

"Carta Aberta"

A última acção de Américo Jorge consistiu no envio de uma *Carta Aberta* a Oliveira e Costa, datada de 28 de Junho último, onde retoma grande parte da argumentação explanada junto do Provedor de Justiça, em documento datado de Novembro de 1989.

Neste, intitulado "IVA - imposto forçado aos agricultores. Factor de monopólio e destruição da floricultura portuguesa", critica os serviços de Concepção e Administração do IVA, pelo seu «desprezo puro e simples pela realidade dos factos e efectivas condições de mercado», e classifica de «ilegal» e «inconstitucional» o despacho nomeado.

Segundo considera, esta legislação não só não elimina as condições de distorção de mercado, como acaba por as criar, ao não considerar a incapacidade do produtor impor as suas condições de comercialização, facto que leva, na grande maioria dos casos, a ter de ser ele próprio a suportar o peso do imposto.

Assim, o IVA, um imposto sobre o consumo, transforma-se, pela incapacidade comercial do produtor, em imposto sobre a produção.

Américo Jorge cita, inclusive, um parecer da Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO) no sentido descrito.

Acontece que, afirma, o director do IVA entende que a DRARO abordou o problema «apenas sob o ponto de vista de alguns produtores e esqueceu o de grossistas e retalhistas».

Para o queixoso, a posição da DRARO «é perfeitamente lógica», porque «trata-se simplesmente de evitar a destruição, cega e ilegítima, da possibilidade de expansão de uma produção agrícola que teria, como os serviços do IVA acentuaram, *francas possibilidades de competitividade externa*, mas que o consumidor nacional paga por dois mil e mais por cento do respectivo custo pago ao produtor, o qual, ainda, por cima, é inconcebivelmente obrigado a suportar, à própria custa, a maior parte do imposto que o Estado consegue arrecadar do respectivo consumo».

Jorge vai mais longe na sua argumentação: «não é lógico ou compreensível que, contrariamente ao realismo e à honestidade dos serviços agrícolas, a administração fiscal teime em tutelar exclusivamente os interesses restritos e unilaterais...desses mesmos grossistas e retalhistas». E pormenoriza: «Dos tais ditos *comerciantes do Norte* associados a certo grupo restrito e monopolizador de grandes produtores do Sul».

O resultado da «cedência a pressões tendenciosas e mal intencionadas» e de «permanecer cego e surdo aos pareceres adequados dos serviços oficiais competentes» é «a protecção e a consolidação de um verdadeiro monopólio, em desfavor de todos os restantes agricultores portugueses», garante.

Comercialização doente

Ao analisar o condicionamento fiscal da floricultura, Jorge afirma que o despacho carece de legitimidade, porque não só as «distorções significativas de concorrência não têm existência significativa, como veio, ele sim, introduzir gravíssimas distorções de concorrência entre os agricultores portugueses a vários níveis:

- entre os floricultores que dispõem de alguns clientes a quem conseguem liquidar algum IVA e aqueles que, limitando-se aos mercados abastecedores, não têm essa possibilidade;

- entre os horticultores que não produzem flores e aqueles que as produzem ou pretendam produzir, inibindo dessa maneira a floricultura, que passa a constituir *reserva* para privilegiados e protegidos, e

- entre os agricultores com volume de negócios superior a 800 contos e aqueles que possam afirmar que o não têm, inibindo dessa maneira o aumento natural da produção ou impondo incrivelmente a sua redução ou o seu abandono».

Como os volumes de produção são, por norma, elevados, «qualquer pessoa bem intencionada não poderá ter dúvidas de que as vendas directas do produtor a consumidores finais só poderão ter algum significado relativo no caso das muito pequenas explorações, precisamente as que estão isentas.».

Desta forma, conclui, «as alegadas *distorções significativas de concorrência* só existiram no espírito ganancioso de uns quantos *comerciantes grandes produtores* para levarem a administração fiscal a conceder protecção ilegítima ao seu próprio monopólio de produção e distribuição por todo o País, na tentativa, perfeitamente conseguida com o apoio oficial, de destruir economicamente pela via fiscal, todos os existentes e potenciais concorrentes».

Para os outros produtores, «incluindo os pequenos isentos de IVA», apenas é «concedido restritivamente o mercado abastecedor de Lisboa (ou do Porto), que técnicos oficiais da chamada "Comissão Nacional da Floricultura" não hesitam em apelidar de "caixote do lixo" da floricultura portuguesa».

Como exemplo dos resultados desta indiciada mancomunação, Américo Jorge referiu a Oliveira e Costa que «se V. Exª se dignar mandar verificar os preços reais de venda das flores no mercado abastecedor central, concluirá que, para além das enormes quantidades de flores que diariamente vão para o lixo, as rosas, os gladíolos, os cravos e cravinas, etc, vendem-se, durante os meses de maior produção a preços que descem a 100 escudos, 50 escudos e menos por molho.

No caso dos gladíolos, para dar um só exemplo, chegam a vender-se por metade do preço do simples custo do bolbo de plantação.

Quem no mercado compra tais flores, porém, obterá com elas lucros que chegam a margens de mil a dois mil por cento, e mais».

Paralelamente a este mercado público, «existe uma forte distribuição directa ao comércio logista de todo o País, organizada e monopolizada por um verdadeiro *trust* de distribuidores associados a um número restrito de grandes produtores, cujos preços nunca descem de níveis relativamente altos, três a cinco vezes superiores àqueles que esses mesmíssimos produtores simultaneamente praticam no mercado abastecedor, para as enormes quantidades de flores com que diariamente inundam esse mercado».

Américo Jorge diz, por outro lado, que «deve ficar esclarecido que os *comerciantes grossistas do Norte* (com capitais de grandes produtores do Montijo...) - cujas associações levaram a administração fiscal a afirmar que a isenção de que beneficiavam os produtores agrícolas punha em causa a neutralidade do IVA, por incentivar a privilegiar as vendas directas a consumidores finais, em detrimento da actividade desenvolvida pelos comerciantes - vêm, agora, distribuir a lojas de retalho, *à porta* das estufas do reclamante, por exemplo, rosas a 350 escudos limpos por molho que, no mercado abastecedor, quando não vai para o lixo, é pago por 50 ou 100 escudos quando muito».

«Entra pelos olhos...»

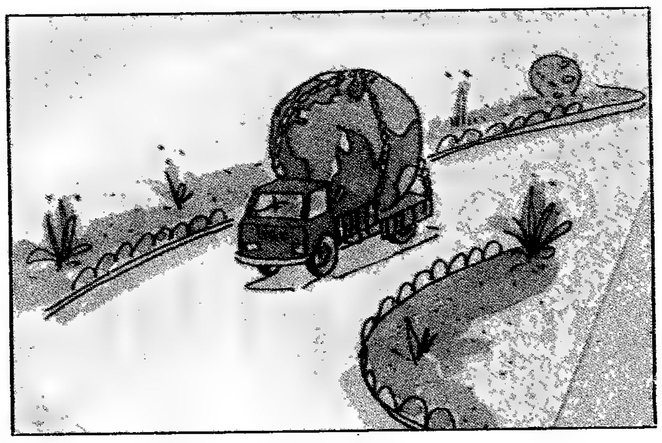
Armado com estes casos, afirma que «o tipo das tais *distorções significativas de concorrência* entra pelos olhos de quem o queira ver».

Só que os directores do IVA insistem, diz, na tese da coexistência de vendas a consumidores finais feitas por produtores e retalhistas, o que os leva a defender a tributação dos produtores, «sabido como é importante o sector da comercialização».

Ainda de acordo com estes responsáveis fiscais, citados por Jorge, «os verdadeiros problemas são de natureza *extra-fiscal* e passam pela necessidade de organização dos pequenos produtores, face a concorrentes com outra dimensão que, por esse facto, impõem preços de mercado difíceis de acompanhar por parte dos pequenos produtores».

Jorge não aceita este «descarte de responsabilidades» do Fisco, porque ele «está, efectiva e precisamente, a condicionar a política comercial agrícola do País, inibindo a sua produção e desenvolvimento».

R.N.



Produção "pica-se"

Crescem os problemas na floricultura portuguesa. Mais do que em outras ocasiões, esta é a apropriada para referir o velho ditado popular "não há rosas sem espinhos". O pomo da discórdia que opõe floricultores ao Governo e entre si reside no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA): «Até ao aparecimento do IVA, o sector ia mais ou menos bem», afirma João Moisés, presidente da Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais.

A isenção dos floricultores com facturações inferiores a 800 contos do pagamento de IVA, introduzido no sector em 1986, leva-o a falar dos problemas da concorrência e das más perspectivas que se colocam aos membros da associação a que preside: «Quem está por fora diz que esta actividade dá muito dinheiro. Hoje, já não é bem assim. Há 10, 15 anos, quando começou, aí sim».

É ainda a esta "falsa imagem" da floricultura que atribui a decisão governamental de isentar de IVA aqueles produtores: «Penso que o despacho deve-se ao entendimento do Governo de que os grandes e médios floricultores vivem principescamente».

Para "defender" este pessimismo, Moisés, que considera que «a floricultura é uma actividade que envolve grandes riscos», invoca a concorrência dos pequenos floricultores, a elevada taxa do IVA, a ausência de espírito associativo, os temporais.

Os pequenos floricultores, pormenoriza, com explorações de área inferior a meio hectare, «estão a criar grandes problemas» aos médios e grandes, pelo facto de não pagarem IVA (uma exploração média ocupa de meio a três hectares e uma grande poderá chegar aos dez hectares; estima-se que haja 300 médios e grandes floricultores, 70 por cento dos quais estão inscritos na associação referida).

Desta concorrência «distorcida» resulta que «há já casos de cooperativas de produtores que não pagam aos seus associados, porque os floristas compram mais barato e não lhes compram a eles». O próprio João Moisés, na exploração que gere, vai reduzir a plantação: das 100 mil plantas do ano passado passará para 60 mil no corrente: «na floricultura, o que

Administração

Até ao final deste ano deverão haver novidades no enquadramento fiscal da floricultura em Portugal.

Oliveira e Costa, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, disse ao DL que criou um grupo de trabalho, «para saber o que se está a passar».

Este grupo contactará, em breve, com os diversos floricultores para levantar a situação e atacar os problemas, «se é que os há, e parece que sim». Uma das tarefas será a confirmação das informações de posse da Secretaria de Estado referentes à produção, e ao seu valor, por metro quadrado.

Segundo admitiu, poderá não haver nenhuma proliferação de produtores com produções abaixo de 800 contos, porque quaisquer mil metros quadrados podem originar facturações de mil contos por ano, valor este que poderá subir, de forma significativa, no caso das plantas ornamentais.

Estará implícita uma reformulação do patamar de isenção ou um reforço da acção fiscalizadora, mas será certo que a acção deste grupo de trabalho esclarecerá muita da realidade, conturbada, do sector.

Como se mostra em artigos publicados nestas páginas, a questão da sujeição do sector, há quatro anos, ao Imposto sobre o Valor Acrescentado ocupa lugar de destaque entre os proble-

Grandes e médios produtores afirmam-se prejudicados pela isenção fiscal dos pequenos. O fim da actividade é mesmo admitido pelo presidente da sua Associação

...o de flores
..." no fisco

...rinci- ...pes- ...con- ...ura é ...volve ...ca a ...uenos ...taxa ...a de ...tem- ...tores, ...xplo- ...meio ...gran- ...dios e ...não ...xplo- ...eio a ...ande ...hec- ...a 300 ...ricul- ...quais ...iação ...«dis- ...há já ...s de ...gam ...rque ...mais ...ram a ...íses, ...e, vai ...s 100 ...ssado ...cor- ...o que

não se vende hoje, tem de mandar-se fora», justifica.

No caso concreto da sua exploração, situada em Palmela, verifica-se ainda a escassez e o encarecimento da mão-de-obra, resultado de uma outra concorrência: a materialização progressiva da Operação Integrada de Desenvolvimento da península de Setúbal.

O peso da pequena produção nas vendas estará entre os 30 e os 50 por cento no Verão e os 20 e 30 no Inverno. Esta variação não deixa de constituir um indicador da ausência de estruturas dos pequenos produtores, cujo número, «difícil de estimar», admite que ronde os 600.

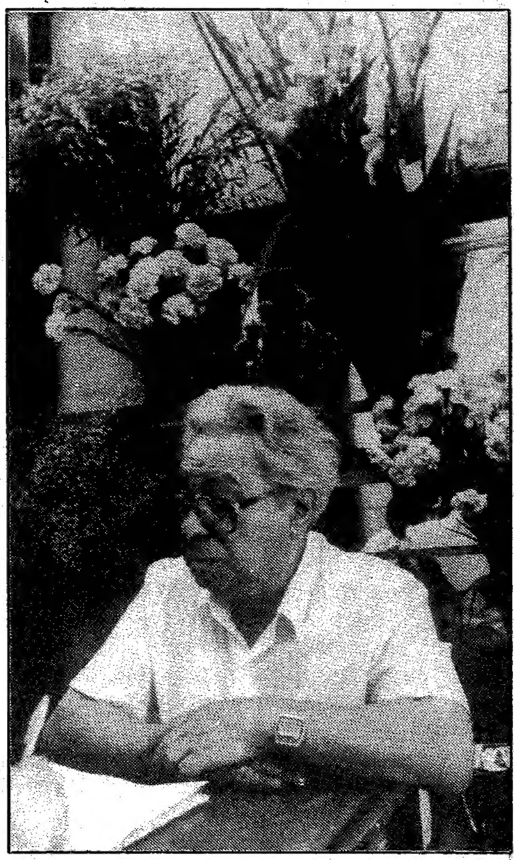
Para o presidente dos médios e grandes floricultores, é «incompreensível» que Portugal seja o país da Europa onde os produtores pagam o IVA mais elevado, porque tem grandes condições para esta produção: «Na Inglaterra, paga-se 12 por cento, na Espanha, quatro, na Alemanha Federal, sete, na França, 5,5, na Itália, dois e na Holanda, seis. Nós, que podíamos concorrer com qualquer deles, pagamos 17 por cento».

Em alternativa, propõe uma redução da taxa: «Nós não pedimos isenção. Pedimos uma redução: pagar quatro a oito por cento, e queremos que todos paguem IVA». De resto, interroga, «porque é que nós pagamos IVA se o produtor de tabaco não paga?». Dadas as exigências desta actividade (técnica e sementes de qualidade, importadas, na sua maioria, de Israel e Holanda) e os condicionalismos existentes, João Moisés admite que «se a situação continuar, a floricultura pode acabar em Portugal».

Rui Nunes

Também na floricultura não há rosas sem espinhos

Rosas no Verão: muitas e baratas



No Verão, sobram flores e faltam compradores

Se alguma vez pensou comprar flores e nunca o fez, faça-o agora, durante o Verão, porque é a altura indicada. Pelo menos, se tiver por critério o preço. Se tiver problemas na escolha, faça o que faz a maioria: compre rosas. Se quiser um produto "despachado", vá às portas das igrejas: uma rosa pode custar-lhe um terço do que lhe custa na florista.

O proprietário de um estabelecimento no Chiado, uma casa onde se vendem flores há 85 anos, tem nas rosas, orquídeas, gladíolos, antúrios e coroas imperiais, as flores mais procuradas: «Os cravos ainda se vendem, mas já não tanto como se venderam».

Diz-nos que uma rosa, a flor mais procurada, custa à volta de 150 escudos. «Com ornamentação», acrescenta. No Inverno, o preço quase que triplica, por a produção registar uma tendência inversa à da procura: desce. Hoje, passa-se o oposto - mais produção, menos procura: «Vende-se menos 70 por cento do que durante os outros meses. As pessoas não estão cá...».

Com fornecedores certos, recorre ainda à Ribeira: «O que lá vou buscar é muito variável. Depende se tenho a qualidade e a quantidade que preciso, mas é mais barato. Basta ser um mercado abastecedor».

A 50 metros, as rosas, protegidas pela sombra de uma igreja, custavam 50 escudos. Mas se fosse no Inverno o preço estaria multiplicado por cinco. Sem ornamentação...

FIL enche-se de flores

Dar resposta às necessidades dos agentes económicos do sector, confrontados com um mercado concorrencial e em franco crescimento é o objectivo proclamado pelos organizadores do 1º Salão das Plantas, Flores, Produtos, Equipamentos, Mobiliário, Iluminação para Jardins e Piscinas - *Expogarden/90*, a ocorrer de 6 a 9 do próximo mês, na FIL.

Se houver a adesão dos floricultores, o público terá oportunidade de ver as mais diversas flores de corte (rosas, cravos, cravinas, gladíolos, túlipas, lilium,...) e plantas de interiores produzidas pelo sector, que envolve 20 mil trabalhadores, afectados à produção, à comercialização e às estruturas.

As principais produções são os cravos e as rosas. Estima-se que a produção dos primeiros ocupe uma área de de 50 hectares e a das segundas 30 a 40.

Segundo os organizadores do Salão, espera-se que estejam presentes agentes económicos ligados a estufas, viveiros, floricultura, jardins (construção, manutenção, acessórios, ornamentos, equipamentos, motores, toldos e mobiliário), iluminação, paisagismo, horticultura (produtos e equipamentos), adubos, fertilizantes, pesticidas, rega (equipamento e tratamento de águas), terraplenagem, vedações e piscinas.

Pode ser que, além de "encher o olho", conheça alguma das empresas que montam um jardim de raiz durante uma semana...

...ão fiscal prepara novidades

...e 800 ...quer ...s po- ...es de ...reste ...forma ...o das ...a re- ...ar de ...o da ...s será ...grupo ...ecerá ...ntur- ...arti- ...pági- ...ão ... ...s, ao ...Valor ...lugar ...roble-

mas dos floricultores e, inclusive, dá azo a críticas contundentes à administração fiscal, que chegam à acusação de «favorecimento de monopólios».

Para Oliveira e Costa, a questão está colocada de forma errada: «O problema é ao contrário. A situação que existe não favorece monopólios». Como diz: «Até é contra, apesar de não haver intenção de ser contra ou a favor, dada a neutralidade fiscal».

Da acção do referido grupo de trabalho resultará o esclarecimento da fundamentação das queixas das empresas organizadas, que consistem em dois grandes pontos: têm de pagar IVA e os pequenos produtores, com facturações inferiores a 800 contos, não e a taxa a que são sujeitas (17 por cento) é muito superior à dos seus homólogos comunitários.

Para Oliveira e Costa, isentar quem produza abaixo de certo valor é um princípio universal, desde logo comunitário. O que pode estar em causa é o valor que serve de fronteira entre os contribuintes e os isentos. Sobre o pagamento de IVA a uma taxa superior à dos floricultores de outros países da Comunidade, esclarece: «Em Portugal temos uma taxa zero na agricultura. A floricultura é uma excepção. Lá fora, a excepção é a taxa zero».

R.N.

Oliveira e Costa quer saber o que se passa na floricultura

ECONOMIA

A Lei Sapateiro vem modernizar os mercados de valores e adequá-los à nova realidade, liberalizando-os e tornando-os mais acessíveis aos investidores

Avizinha-se a privatização das Bolsas de Valores

José Luís Sapateiro: uma profunda reforma das bolsas

Privatização da Bolsa, liberalização da emissão de títulos, criação do segundo mercado e consagração dos *market-makers*, agentes reguladores do mercado que lhe asseguram a liquidez, são os aspectos mais marcantes da reforma da Bolsa, consagrada no documento produzido pela equipa dirigida por Luís Sapateiro e que será publicado em breve.

No respeitante ao segundo mercado, o projecto consagra e regulamenta o seu funcionamento, de forma a permitir o acesso à Bolsa aos valores emitidos por pequenas e médias empresas que não preencham todas as condições para a admissão ao mercado de cotações oficiais.

Neste mercado serão admitidos também os valores emitidos por qualquer empresa, desde que não satisfaçam os requisitos exigidos para a admissão ao das cotações oficiais, mas preencham os requisitos exigidos para a admissão ao mercado secundário.

A dispersão de capital necessário para a admissão no segundo mercado poderá fazer-se através de vendas efectuadas na própria Bolsa, no mercado sem cotações, por corretores para o efeito nomeados, de acções colocadas à sua disposição pela sociedade interessada ou pelos respectivos accionistas.

Nesses casos, a admissão à cotação pode ser imediatamente decidida e divulgada, ficando, todavia, a produção dos seus efeitos condicionada à verificação do mínimo legalmente indispensável de dispersão do capital da requerente.

As bolsas portuguesas vão ter mais eficácia

Este projecto de decreto-lei consagra e regulamenta o mercado de balcão (vulgarmente designado por fora de Bolsa), com o objectivo de no futuro ser organizado em termos de mercado unificado a nível nacional com todos, ou a maior parte, dos operadores interligados por um sistema informático de negociação a um nível apropriado de globalização da oferta e da procura que nele se geram.

Neste regime, a Oferta Pública de Venda (OPV), tal como a Oferta Pública de Compra (OPC), fica sujeita a prévio registo na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O projecto de diploma considera, ao contrário da lei ainda em vigor, obrigatório o lançamento de uma OPC por qualquer pessoa que pretenda adquirir valores mobiliários correspondentes a mais de dois terços dos votos da sociedade em questão.

A operação para a OPC tem, no enquandramento jurídico em análise, de ser organizada, processada, lançada e colocada através de uma instituição de crédito, sociedade de investimento ou sociedade financeira de corretagem.

Os documentos da OPC têm, por outro lado, de ser previamente aprovados pela CMVM como elementos integrantes da operação.

Refira-se que as alterações introduzidas para as OPV são, em grande maioria, as mesmas das contempladas para as OPC.

No documento Sapateiro são criadas as acções escriturais, deixando-se às sociedades emitentes a livre escolha da forma de representação (titulada ou escritural) de cada emissão de valores mobiliários.

O novo diploma procura, através de várias disposições, facilitar e incentivar a emissão de valores escriturais, bem como a conversão em escriturais dos valores titulados em circulação.

Por outro lado, estende-se a todas as espécies de valores mobiliários e a todas as entidades que os emitem a possibilidade de adopção da forma escritural de representação.

No que toca aos valores titulados, o projecto faz depender a sua transacção em Bolsa do respectivo depósito junto de intermediário financeiro autorizado para o efeito, decretando em termos amplos a fungibilidade dos títulos ao portador não obrigatoriamente sujeitos aos regimes de registo ou depósito.

Para se estabelecer a regularidade e pontualidade da liquidação das operações de Bolsa é criado um sistema de liquidação e compensação de âmbito nacional, apoiado numa central de valores mobiliários de âmbito nacional, para efeitos de execução da liquidação física.

Esta central assegurará ao mesmo tempo o controlo de todos os valores titulados e de todos os valores escriturais que se encontrem depositados e registados em contas abertas junto dos intermediários financeiros.

No projecto é também fixado o elenco das actividades profissionais de intermediação em valores mobiliários e definidos rigorosamente cada uma delas.

O exercício dessas actividades fica sujeito ao regime de prévia autorização administrativa, bem como a constituição de intermediários financeiros que as exercem.

Sobre a privatização, com a aplicação do projecto as Bolsas, detidas e geridas pelo Estado, passam para a propriedade e administração de associação ou associações de Bolsa, constituídas sob a forma de Direito privado sem fins lucrativos, que terão como associados obrigatórios os corretores em nome individual.

Outro dos aspectos marcantes do projecto é a eliminação da autorização para a emissão, com oferta pública de subscrição, de quaisquer valores mobiliários.

«DL»/Lusa

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ___/___/___ Pelo período de

☐ 1 ANO — 18 000$00
☐ 6 MESES — 9 000$00
☐ 3 MESES — 4 500$00
☐ 1 MÊS — 1 500$00

Nome ____________

Morada ____________

Código Postal ____________

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70$00 cada • Mudança de endereço: 150$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacinal até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

Investidores bolsistas de férias

Cresceu 23,8 por cento o montante investido na Bolsa de Lisboa na última semana, por comparação com a anterior. Dos 10,9 milhões de contos aplicados, 4,1 corresponderam a compra de acções e 3,7 a obrigações.

Nas duas primeiras sessões da semana, o mercado accionista denotou tendência para o crescimento, que veio a revelar-se insustentada, e encerrou a semana em quebra.

De resto, parte significativa do "papel" existente não chegou a encontrar preço ao longo das cinco sessões e as quantidades transaccionadas reflectiram isso mesmo: o BCP, mais uma vez, liderou, com 780 mil acções a mudar de titular, seguido, de bastante longe, pela Sonae, Sofinloc e Corticeira Amorim, com valores que oscilaram entre 25 e 44 mil.

Idêntica evolução foi sofrida pelo segmento obrigacionista.

A "desculpa" apresentada para a monotonia assinalada foi a privatização do Totta, mas uma vez esta passada a situação manteve-se perante a estranheza dos operadores.

Porto: obrigações batem acções

Na Bolsa do Porto, as obrigações voltaram a ser o segmento com valores mais altos, ao suscitar cerca de 70 por cento do volume total de negócios, cujo montante total foi de 2,4 milhões de contos, correspondentes aos 1402 títulos transaccionados.

Com uma tendência para a baixa das cotações, o maior lote negociado no mercado oficial de acções correspondeu a 92400 Sonae, ao passo que no não oficial, esta semana particularmente fraco, as empresas que apresentaram movimento mais regular foram a CMB, Oliveira e Irmão, Império e Lusomundo.

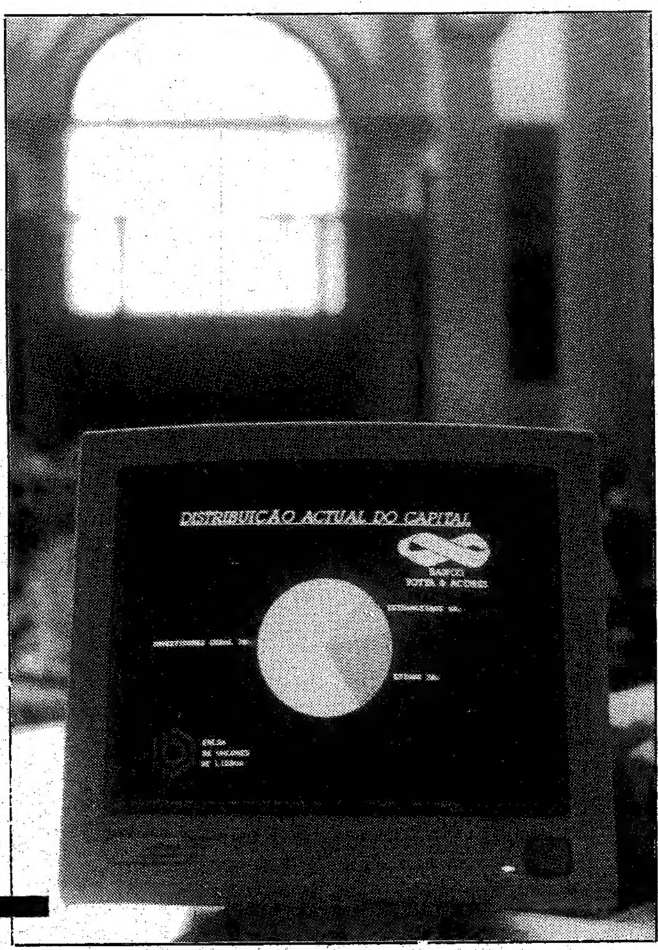
Os títulos de participação protagonizaram esta debilidade geral ao registarem uma única operação: a mudança de 10 mil "Banco de Fomento Nacional", transaccionados justamente no último dia da semana bolsista.

«DL»/Lusa

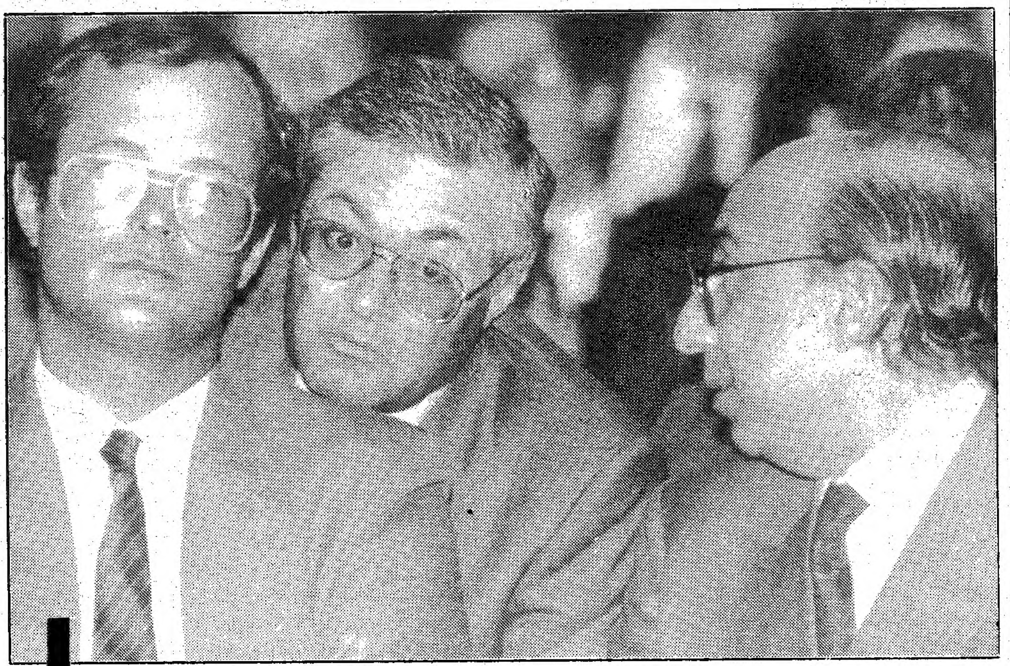
ECONOMIA

Totta: investidores portugueses detêm setenta por cento

Os objectivos foram alcançados: uma procura que rendeu 22,3 milhões de contos; uma forte disseminação do capital, com 70 por cento distribuídos por investidores nacionais; um núcleo duro forte (43 por cento) liderado por um português; uma participação estrangeira de apenas 10 por cento. As figuras são: Miguel Beleza, ministro das Finanças; Elias da Costa, secretário de Estado das Finanças; José Roquette, que lidera o núcleo duro; e Alípio Dias, presidente do Conselho de Administração do Banco Totta & Açores. A sessão decorreu na Bolsa de Lisboa e a reportagem fotográfica é de Rui Vasco

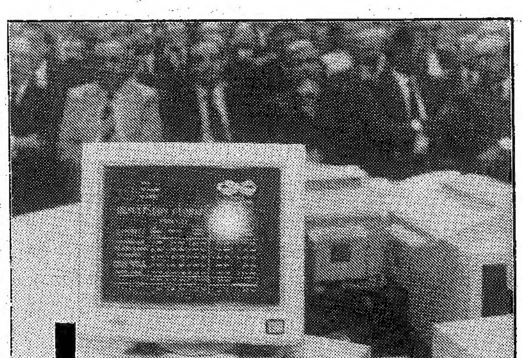


O resultado final: 70 por cento para os investidores em geral; 10 por cento de participação estrangeira; e 20 por cento para o Estado. É a nova composição accionária do Totta



Os três grandes vencedores da operação de venda de mais 31 por cento do Banco Totta & Açores: Elias da Costa (à esquerda), que tem sob a sua responsabilidade o processo de privatizações; José Roquette (ao centro), que se vê a liderar um núcleo duro com uma força que não esperava; e Alípio Dias, que já tem a garantia de continuar à frente da Administração da instituição

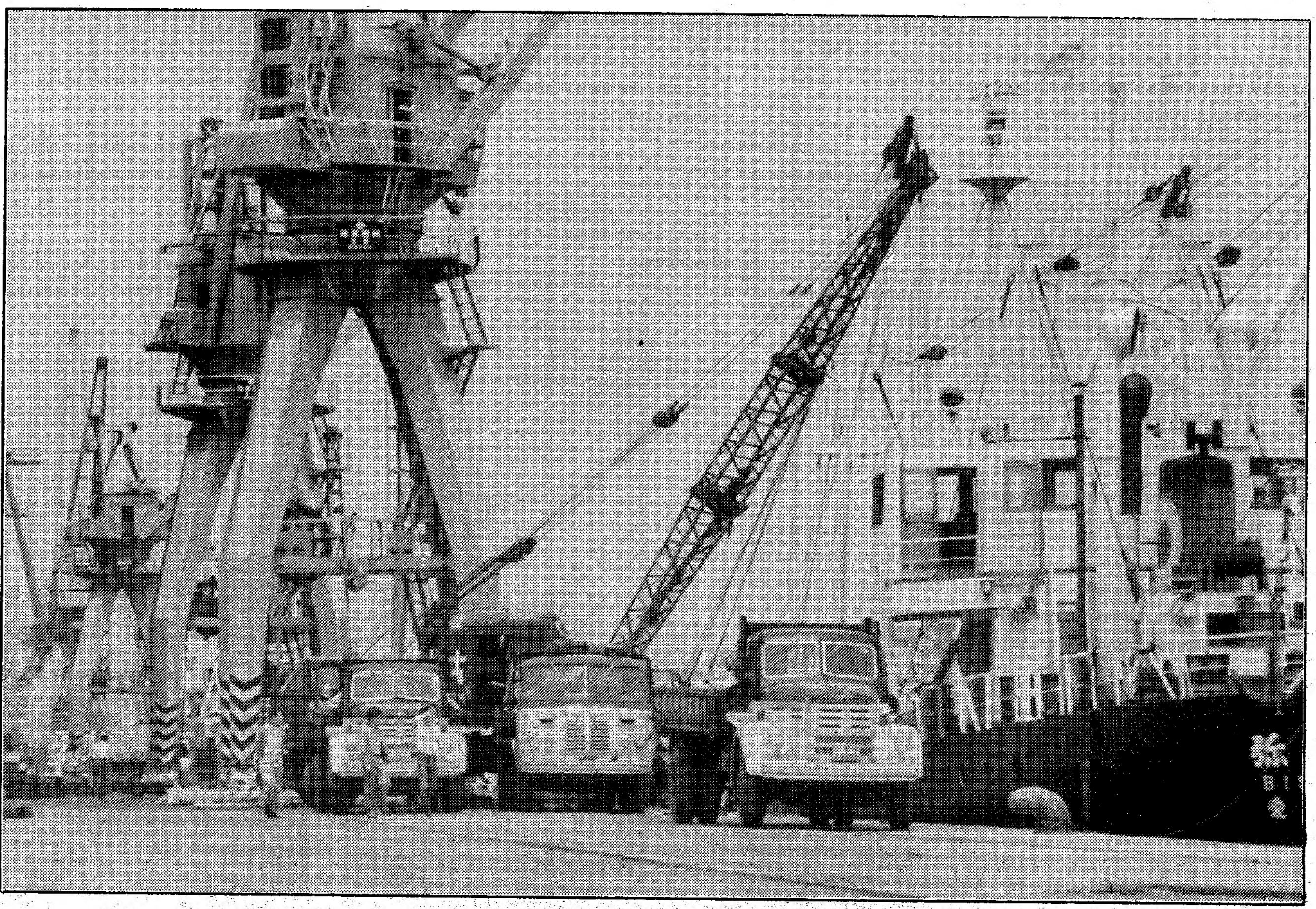
Miguel Beleza e Alípio Dias: o papel deste último foi determinante ao conseguir recuperar e consolidar um banco que chegou a estar em risco de falência e que, agora, merece a atenção dos investidores, dispostos a comprá-lo três vezes



A Bolsa portuguesa moderniza-se: as novas tecnologias aceleram processos e disponibilizam informação mais vasta e fiável

À saída, os senhores que lidam com milhões encontram-se com pessoas que gerem tostões. Lá dentro tinha ficado uma operação de 22,3 milhões de contos. Cá fora a esperança da venda clandestina para o pão para a boca

Os esforços de abertura aos produtos estrangeiros não satisfazem os seus parceiros, mas os nipónicos ameaçam divulgar no próximo ano um relatório sobre o proteccionismo nos países da OCDE, ao mesmo tempo que tentam adequar as suas regras às do comércio internacional



Porto de Tóquio: uma porta de entrada que se vai abrindo aos poucos

Japão: um mercado apetecido por todos

GATT dá zero ao Japão na política comercial

O GATT, Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e de Comércio, atribuiu um zero ao Japão pela opacidade e complexidade da sua política comercial, o que limita fortemente o acesso dos produtos estrangeiros ao seu mercado, mesmo reconhecendo que aquele país desenvolveu esforços de abertura «impressionantes» nestes últimos anos sob a pressão dos seus principais parceiros comerciais, os EUA e a CEE.

As críticas que figuram num relatório publicado recentemente em Genève incidem nomeadamente sobre os obstáculos colocados aos produtos agrícolas e particularmente ao arroz, produto que o governo proibiu virtualmente a importação invocando a necessidade de assegurar a auto-suficiência alimentar do país.

A política praticada por Tóquio teve como consequência um preço de compra do arroz, por parte do governo, em 1989, superior em cerca de 660 por cento ao preço pelo qual é fixado pelo governo americano.

Em 1988, os preços da carne de vaca eram três vezes e meia mais elevados no Japão do que nos EUA. Embora as percentagens da carne de bovino sejam progressivamente reduzidas, os produtores estrangeiros vão estar confrontados com tarifas alfandegárias elevadas: 70 por cento em 1991 e 50 por cento em 1993.

O GATT considera que uma abertura do mercado nipónico aos produtos estrangeiros é útil aos consumidores daquele país e terá como consequência o reforço do potencial exportador da indústria japonesa.

Boa flexibilidade

Desde a sua adesão ao GATT em 1955, o Japão tornou-se a segunda potência industrial do mundo graças a «notável flexibilidade» de que deu provas. O GATT cita, neste contexto, as restrições voluntárias da exportação que lhes permitirá salvaguardar os lucros da exportação.

Curiosamente, as restrições voluntárias sobre os carros de turismo vendidos nos EUA foram mantidas para além de 1985, apesar de Washington não as exigir.

As críticas feitas ao Japão pelos EUA e pela CEE, levaram-no a liberalizar o acesso ao seu mercado de cabedais, bebidas alcoólicas, de certos produtos lácticos, legumes, carne e frutos.

Mas o GATT sublinha que o Japão «faz grande uso duma larga gama de medidas que afectam o comércio exterior», mesmo se ele recorre de maneira crescente às tarifas. Para numerosos produtos agrícolas, a principal medida de protecção não reside nas tarifas que lhes são aplicadas na média de 12,1 por cento, mas numa conjugação de quotas de importação, de monopólios comerciais e de diversas disposições internas.

O Japão continua a praticar numerosos programas de apoio aos preços do arroz, do açúcar, do leite e dos produtos lácticos.

Na indústria as tarifas são geralmente mais baixas, 5,3 por cento em média. As percentagens são aplicadas também ao carvão. Mas tanto na indústria como na agricultura, os produtos de importação são submetidos «a um leque tão vasto quanto complexo de normas, de medidas de certificação, de regras sanitárias e outras medidas de importação», escreve o GATT.

Distribuição regulamentada

Por outro lado, «a distribuição das mercadorias e dos diversos serviços está regulamentada». Os parceiros comerciais do Japão e os representantes dos meios de negócios nipónicos concordaram em dizer que estas disposições impedem a penetração de novos investidores e restringe a concorrência estrangeira.

Embora o governo tenha recentemente tomado medidas para simplificar os processos de importação, a OTO, Gabinete Mediador do Comércio e dos Investimentos, criado em 1982 para receber as queixas, indicou que desenvolveu melhoramentos e clarificações em dois terços das 400 queixas recebidas até Fevereiro de 1990.

Isto prova, segundo o GATT, que fica ainda «uma grande falta de transparência nos regulamentos administrativos, que resulta em parte do importante poder discricionário o qual dispõe de diferentes serviços governamentais nas sua jurisdição».

O GATT afirma que tendo em conta a importância do comércio mundial, o Japão tem uma «responsabilidade importante em relação à saúde do sistema comercial multilateral». Ora, apresentando-se como um adepto incondicional do multilateralismo no comércio, o Japão mostrou-se sempre pronto a procurar soluções aos problemas comerciais nos seus quadros bilaterais, de modo a evitar a ameaça de acções unilaterais.

Inclinado para as soluções pragmáticas, o Japão encorajou a utilização de pressões bilaterais nas relações comerciais e contribuiu para a proliferação de medidas dependentes duma «zona cinzenta».

O GATT encoraja o Japão a «apoiar-se sobretudo em regras multilaterais» e a mostrar-se mais disposto a utilizar o quadro do GATT.

Japão reage

Entretanto, o ministério japonês do Comércio Internacional e da Indústria (MITI) anunciou que vai publicar no próximo ano, tal como os Estados Unidos, um relatório em que denunciará as práticas comerciais desleais no estrangeiro.

Este ministério inaugurou na semana passada um novo departamento encarregado de promover práticas comerciais compatíveis com as regras internacionais do GATT.

Coligindo as informações das empresas japonesas relacionadas com o estrangeiro, no Japão e fora dele, o objectivo das autoridades japonesas é perseguir e denunciar os comportamentos desiguais dos diferentes parceiros estrangeiros.

São particularmente visados por esta acção os países da zona da OCDE (Estados Unidos, CEE, Austrália e Canadá).

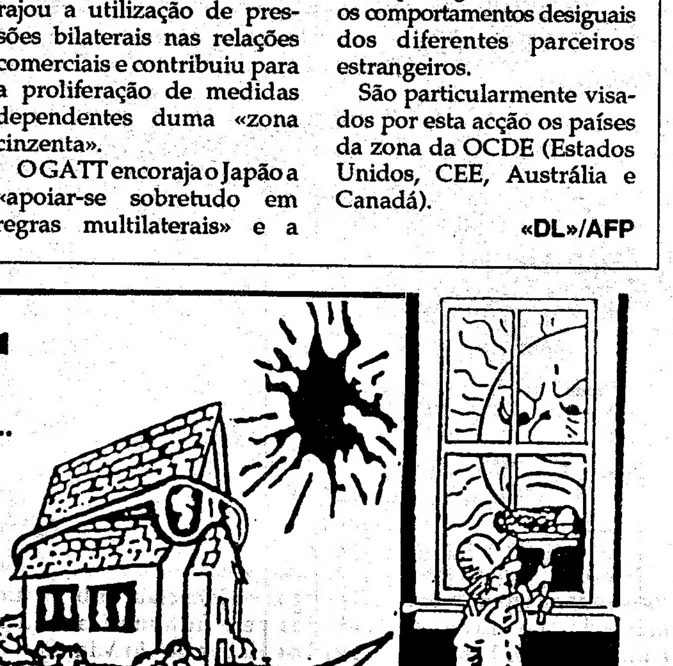
«DL»/AFP

Reduza 80% do Calor

Revestindo os Vidros da sua Casa, Escritório ou Fábrica...

3 Cores: Espelhado Bronze Fumado

DIGA QUE VIU ESTE ANÚNCIO NO «DL» E TERÁ UMA SURPRESA



PREFICO

...com Peliculas Reflectoras de Protecção Solar

Rua da Junqueira, 316 – 1300 LISBOA – Telef. 64 1659 – Fax: 649 449